

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Ciências Administrativas
Programa de Pós-Graduação em Administração - PROPAD

Luisa Maria Rodrigues Diniz

**Análise das Dimensões da Sustentabilidade dos
Pontos de Cultura em Pernambuco**

Recife, 2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO DE ACESSO A TESES E DISSERTAÇÕES

Considerando a natureza das informações e compromissos assumidos com suas fontes, o acesso a monografias do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco é definido em três graus:

- "Grau 1": livre (sem prejuízo das referências ordinárias em citações diretas e indiretas);
- "Grau 2": com vedação a cópias, no todo ou em parte, sendo, em consequência, restrita a consulta em ambientes de biblioteca com saída controlada;
- "Grau 3": apenas com autorização expressa do autor, por escrito, devendo, por isso, o texto, se confiado a bibliotecas que assegurem a restrição, ser mantido em local sob chave ou custódia;

A classificação desta dissertação/tese se encontra, abaixo, definida por seu autor. Solicita-se aos depositários e usuários sua fiel observância, a fim de que se preservem as condições éticas e operacionais da pesquisa científica na área da administração.

Título da Monografia: Análise das Dimensões da Sustentabilidade dos Pontos de Cultura em Pernambuco.

Nome do Autor: Luisa Maria Rodrigues Diniz

Data da aprovação: 29/05/2009

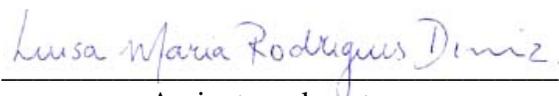
Classificação, conforme especificação acima:

Grau 1 (X)

Grau 2 ()

Grau 3 ()

Recife, Janeiro de 2010:



Assinatura da autora

Análise das Dimensões da Sustentabilidade dos Pontos de Cultura em Pernambuco

Luisa Maria Rodrigues Diniz

Orientadora: Profa. Cristina Amélia Pereira de Carvalho, Dra.

Dissertação apresentada como requisito complementar para obtenção do grau de Mestre em Administração, na área de concentração em Gestão Organizacional, do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco.

Diniz, Luisa Maria Rodrigues
Análise das Dimensões da Sustentabilidade dos Pontos de
Cultura em Pernambuco/ Luisa Maria Rodrigues Diniz. -
Recife : O autor, 2009.

109 folhas : fig.,quadro, abrev. e siglas.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de
Pernambuco. CCSA. Administração, 2009.

Inclui bibliografia e apêndice.

1. Desenvolvimento Sustentável 2. Sustentabilidade
Organizacional. 3. Políticas Públicas. I. Título.

658	CDU (1997)	UFPE
658	CDD (22.ed.)	CSA2009-069

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Ciências Administrativas
Programa de Pós-Graduação em Administração - PROPAD

Análise das Dimensões da Sustentabilidade dos Pontos de Cultura em Pernambuco

Luisa Maria Rodrigues Diniz

Banca Examinadora:

Dra. Cristina Amélia Pereira de Carvalho, UFPE

Orientadora

Dr. Fernando Bastos, UFRN

Examinador Externo

Dra. Carla Regina Pasa Gómez, UFPE

Examinador Interno

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível devido ao apoio de muitas pessoas, cada uma de forma diferente e fundamental para o processo. A todos, meu carinho eterno:

Agradeço à minha família, pelo incentivo e torcida. Em especial, à pequena Heleninha, que em noites difíceis, trazia a alegria de seu sorriso e as “longas conversas” numa linguagem bem particular.

Aos meus grandes amigos Fabíola e Lívio, pelas ligações de incentivo, sempre rezando pelo meu êxito.

À professora Cristina, pela paciência e valiosas orientações. Muito obrigada!

Aos professores Carla Pasa e Fernando Bastos pelos ensinamentos desde a fase de qualificação do projeto. E, ainda, pelos ensinamentos colhidos nas suas produções científicas.

Aos professores do PROPAD, por compartilhar conhecimentos nas disciplinas cursadas durante o mestrado.

À turma 13 de Mestrado, grupo que fiz fortes amizades.

À turma 4 de Doutorado.

À Secretaria do PROPAD. Irani e estagiárias, obrigada!

A todos aqueles a quem entrevistei, por terem compartilhado comigo seus saberes e por possibilitarem um novo olhar sob a realidade.

A CAPES E CNPQ pelo apoio financeiro.

Ao grupo do Observatório da Realidade Organizacional.

(Para alguém, como eu, que não acreditava mais fazer amizades fortes e verdadeiras, o grupo provou, com o carinho e disponibilidade, a possibilidade de, a qualquer momento da vida, construir laços fraternos).

À Deus por permitir que tudo se realizasse.

A Deus por nunca me deixar faltar nada e por
manter sempre minha lucidez.

RESUMO

O Programa Cultura Viva é uma política pública federal elaborada e implantada na gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura. O discurso deste programa apresenta uma forma diferenciada de se trabalhar a cultura no país, historicamente preterida da agenda governamental: há o reconhecimento da cultura como cidadania e o seu papel fundamental na consolidação do processo democrático. O foco do programa são os grupos culturais que até então não foram contempladas pelas políticas públicas governamentais. Entre os propósitos do Programa está a sustentabilidade destes grupos. Nesta pesquisa analisa-se os Pontos de Cultura, expressões culturais que envolvem a comunidade em atividades de arte, cultura, cidadania e economia solidária. A sustentabilidade tratada aqui abrange, além do aspecto econômico (geralmente destacada quando se trata do âmbito organizacional), as dimensões técnico-gerencial, social e política. A análise dos dados colhidos em entrevistas com os Pontos de Cultura mostrou que há níveis diferenciados do impacto do PCV nas dimensões da sustentabilidade, bem como não foram percebidas contribuições do programa em todas as organizações entrevistadas. Transcorridos quatro anos do programa é o momento de fazer um balanço das ações desenvolvidas e, a partir de um diagnóstico do PCV, providenciar ajustes e melhorias.

Palavras-chave: Programa Cultura Viva. Pontos de Cultura. Políticas Públicas. Sustentabilidade.

ABSTRACT

The Living Culture is a federal public policy developed and deployed in the management of Gilberto Gil at the Ministry of Culture. The speech of this program presents a different way of working culture in the country, historically like the governmental agenda: there is a recognition of culture and citizenship and its role in consolidating the democratic process. The gap is also in its aim to give more autonomy to cultural organizations from a shared management. Among the purposes of the Program is the sustainability of these groups. This research analyzed in the Points of Culture, cultural expressions that involve the community in activities of art, culture, citizenship and solidarity economy. Sustainability concerns addressed here beyond economical aspect (usually highlighted when the organizational context), the technical and managerial dimensions, social and political. The analysis of data collected from interviews with the Points of Culture showed that there are varying levels of impact of PCV on the dimensions of sustainability, and were not perceived contributions of the program in all the organizations interviewed. Passed 4 years of the program is the time to take stock of actions carried out until now and, from an analysis of the program, provide adjustments and improvements.

Key-words: Alive Culture Program. Points of Culture. Public Policy. Sustainability.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1- Dimensões e Categorias para a Análise da Sustentabilidade	59
Quadro 1 - Exemplos de Definições de Cultura	29
Quadro 2 - Temáticas Norteadoras das Políticas Públicas Culturais	34
Quadro 3 - Indicadores para a Análise da Sustentabilidade	56
Quadro 4 - Dimensões para a Análise da Sustentabilidade dos Pontos de Cultura de Pernambuco	68

SIGLAS E ABREVIATURAS

CCLF	Centro Cultural Luiz Freire
FUNDARPE	Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MINC	Ministério da Cultura
PCV	Programa Cultura Viva
PPA	Plano Plurianual
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Sumário

1 Introdução	14
1.1 Objetivos	16
1.1.2 Objetivo Geral	16
1.2.1 Objetivos Específicos	16
1.2 Justificativa	16
2 Fundamentação Teórica	18
2.1 Histórico das Políticas Públicas Culturais do Brasil	18
2.2 Breve Estudo da Relação Cultura e Desenvolvimento	25
2.3 Uma Nova Perspectiva no Discurso das Políticas Públicas Culturais Atuais	33
3 O Programa Cultura Viva	39
3.1 As Outras Ações do Programa	41
4 Desenvolvimento Sustentável: Origens e Conceito	45
4.1 Sustentabilidade e suas Múltiplas Perspectivas	49
4.2 Sustentabilidade Organizacional	52
4.3 Dimensões e Indicadores para a Análise da Sustentabilidade Organizacional: Modelos Inspiradores da Pesquisa	54
5 Metodologia do Estudo	61
5.1 Delineamento da Pesquisa	61
5.2 Coleta de Dados	61
5.3 As Organizações Estudadas	63
5.3.1 O Centro Cultural Coco de Umbigada	63
5.3.2 O Centro Cultural Luiz Freire	65
5.3.3 O Centro Maria da Conceição	67
5.4 Dimensões para Análise	68
5.5 Tratamento de Dados	72
6 A Análise das Dimensões da Sustentabilidade dos Pontos de Cultura – as Influências do Programa Cultura Viva	73
6.1 Descrição e Análise da Dimensão Econômica da Sustentabilidade	74
6.2 Descrição e Análise da Dimensão Política da Sustentabilidade	78
6.2.1 Legitimidade	78
6.2.2 Capacidade de Influenciar os Processos Sociais e as Políticas Públicas	80
6.2.3 Nível de Articulação em Redes	82

6.3 Descrição e Análise da Dimensão Social da Sustentabilidade	84
6.4 Descrição e Análise da Dimensão Técnico-Gerencial da Sustentabilidade	86
6.4.1 Quadro de Recursos Humanos	86
6.4.2 Capacidade de Organização e Gestão do Trabalho	88
7 Sustentabilidade: a interdependência das dimensões	93
8 Conclusão	95
Referências	99
Apêndice A – Roteiro de Entrevistas	105

1 Introdução

O campo da cultura no Brasil sempre foi influenciado pelo dirigismo do Estado e investimentos do mercado. A atuação do poder público restringia-se à preservação do patrimônio cultural, e a iniciativa privada beneficiou a indústria cultural de massa, negligenciando a cultura popular. Com o início da gestão do ministro Gilberto Gil no Ministério da Cultura (MinC), em 2003, esse quadro vem apresentando mudanças, pois anuncia uma nova perspectiva para a forma de trabalhar o setor cultural. Nos seus discursos, o governo reconhece a cultura como cidadania - um direito assegurado na Constituição Federal - e o seu papel fundamental na consolidação do processo democrático.

O MinC desde o início apresentou uma dinâmica diferente de conduzir sua política pública cultural, realizou, por exemplo, uma série de consultas e fóruns para estimular a participação de diversos segmentos da área artística e da sociedade em geral; a temática destas discussões era a lei de incentivos fiscais que a partir daí passou por alterações principalmente no que diz respeito à criação de critérios e normas que permitissem uma melhor distribuição dos recursos (CALABRE, 2007). Essas mudanças vistas a partir desta gestão tornam-se mais significativa quando comparada às políticas culturais anteriores, cujo histórico pode ser sintetizado por expressões como “autoritarismo, caráter tardio, descontinuidade, desatenção, paradoxos, impasses e desafios” (RUBIM, 2007b, p. 11).

O Programa Cultura Viva (PCV) foi criado em 2004 para atender a esta nova perspectiva. Compõem o PCV cinco ações: Ponto de Cultura, Ação Griô, Agente de Cultura Viva, Agente de Cultura Digital e Escola Viva. A ação prioritária é o Ponto de Cultura: são selecionadas organizações por meio de edital público que recebem recursos do Governo Federal para realizarem seus trabalhos (compra de instrumentos, figurinos, equipamentos multimídias, contratação de profissionais para cursos e oficinas, produção de espetáculos, eventos culturais etc.). Os Pontos de Cultura são expressões culturais que envolvem a comunidade em atividades de arte, cultura e cidadania. Hoje, existem mais de 650 Pontos de Cultura distribuídos pelo país; em Pernambuco são 44 (MAPAS DA REDE, 2009).

O governo tem a pretensão, com o programa, de possibilitar a divulgação das diferentes manifestações sociais até então preteridas pelas políticas públicas; apresentando

para toda a sociedade a diversidade de características de um povo (BRASIL, 2004). “Desesconder o Brasil, reconhecer e reverenciar a cultura viva de seu povo” é a fala do ministro Gilberto Gil (BRASIL, 2004, p. 4) sobre o programa. É este propósito que mais chamou a atenção da autora para a pesquisa do PCV, pois anuncia o objetivo de dar visibilidade para as variadas manifestações culturais, desde orquestras sinfônicas ou corais até a cultura dos terreiros de candomblé.

Destaca-se também o propósito do Programa Cultura Viva de possibilitar mais autonomia às organizações culturais a partir de uma gestão compartilhada, viabilizando através de recursos financeiros e aparato tecnológico a sua continuidade. No texto do PCV, o governo mostra o seu interesse também de ver os Pontos de Cultura crescendo em suas ações respeitando sua identidade e conquistando sua sustentabilidade.

Neste contexto, destacam-se, portanto, diversas e relevantes temáticas para a análise do PCV: cidadania, democracia, participação, autonomia, sustentabilidade, entre outras. Escolheu-se o aspecto da sustentabilidade dos Pontos para análise neste trabalho, questão que no ano de 2008 foi pauta das discussões dos principais atores que participam ou participaram deste programa.

Determinado o tema, foi necessário definir o que é sustentabilidade e viu-se que há uma diversidade de definições. Neste trabalho, a sustentabilidade é entendida como a capacidade das organizações continuarem a desenvolver suas atividades em conformidade com seus valores e preservando sua identidade.

O segundo passo foi definir as dimensões para análise - um novo desafio, pois a abordagem dos autores remete à sustentabilidade ou atrelada às questões ambientais ou reduzida ao aspecto financeiro.

O contato inicial com os Pontos, as leituras dos relatórios e documentos dos eventos ocorridos, principalmente, nos anos de 2006 e 2007, mostraram que o interesse de muitas das organizações em participar do PCV justificava-se, inicialmente, pelo aspecto econômico da sustentabilidade – representava o PCV, embora temporariamente, uma fonte de recurso financeiro para as organizações - entretanto, na continuidade das pesquisas, observou-se que outros aspectos também foram considerados pelas organizações culturais, por exemplo, o aspecto político do programa.

Assim, entende-se que para entender a sustentabilidade das organizações deve-se estudá-las de forma abrangente, e nesta pesquisa fez-se a análise por 4 dimensões: política, técnico-gerencial, social e econômica. Através da análise de cada uma delas, procurou-se

responder a questão que guia esse trabalho: **qual a contribuição do Programa Cultura Viva para a sustentabilidade dos Pontos de Cultura de Pernambuco?**

No intuito de viabilizar esta investigação, foram traçados os seguintes objetivos:

1.1. Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar como o Programa Cultura Viva contribui para a sustentabilidade dos Pontos de Cultura de Pernambuco nas dimensões social, econômica, política e técnico-gerencial.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Descrever o Programa Cultura Viva identificando o fundamento de seus projetos e ações;
- Definir e descrever as dimensões e parâmetros da sustentabilidade pertinentes à análise dos Pontos de Cultura;
- Verificar como as práticas organizativas dos Pontos de Cultura em direção à sua sustentabilidade são orientadas pelo discurso e prática do Programa Cultura Viva.

1.2. Justificativa

O Programa Cultura Viva tem caráter experimental e inovador, não tem modelo único nem impõe forma de gestão, assim, os resultados não são previsíveis e, como reconhece o ex-ministro da Cultura Gilberto Gil, provavelmente surpreendentes: “que acontece quando se solta uma mola comprimida, quando se liberta um pássaro, quando se abrem as comportas de uma represa? Veremos...” (BRASIL, 2004, p. 8).

Transcorridos quatro anos do lançamento do PCV, é o momento de ver os resultados do programa e nesta dissertação o propósito é a análise no que diz respeito à sustentabilidade dos Pontos de Cultura. Foram propostas para isso quatro dimensões: econômica, técnico-gerencial, social e política.

A definição destas dimensões foi fruto de pesquisas em trabalhos de autores que construíram modelos de quadros analíticos para a análise da temática. Observou-se que há carência de trabalhos no que diz respeito à sustentabilidade de organizações e aqueles que tratam do tema fazem seus estudos em organizações não-governamentais e sob variadas dimensões. Pretende-se, portanto contribuir com a elaboração de um quadro que possibilite o estudo da sustentabilidade, mais próximo da realidade observada nos Pontos, servindo assim como ferramenta para a avaliação da política governamental.

Quanto ao campo teórico, o estudo visa contribuir com o resgate histórico das políticas públicas culturais, evidenciando assim que o PCV de fato tem um caráter diferenciado quando comparado com as políticas governamentais anteriores. Bem como, apresentar os conceitos e dimensões da sustentabilidade no âmbito organizacional, e mostrar que o tema não é modismo, nem mais uma ferramenta de gestão para substituir outras práticas de administração, como alerta Tostes (2006), mas sim um conceito fundamental e estratégico para providenciar a continuidade das organizações.

Pretende também este trabalho servir como subsídio para os Pontos de Cultura entrevistados, no que diz respeito às mudanças provocadas por seu ingresso no PCV, bem como sua participação na construção desta política.

2 Fundamentação Teórica

O referencial teórico para um trabalho é responsável pela fundamentação do estudo e permite que o pesquisador identifique os autores que podem contribuir para o desenvolvimento da pesquisa.

Neste trabalho, num primeiro momento, fez-se um estudo das políticas públicas culturais brasileiras: apresenta-se o histórico destas políticas no intuito de conhecer como os governos anteriores tratavam o setor cultural. No item “Breve histórico da relação cultura e desenvolvimento” são apontadas as mudanças nesta relação ocorridas ao longo do tempo; estudo pertinente, pois anuncia o atual governo que um de seus propósitos é promover o entrelace entre cultura e desenvolvimento. O item seguinte - “Uma nova perspectiva no discurso das políticas públicas culturais atuais” - trata do direcionamento das políticas atuais, mostrando que as suas diretrizes sugerem que a cultura seja instrumento para o desenvolvimento sustentável.

2.1 Histórico das Políticas Públicas Culturais do Brasil

As necessidades, os desejos, os imaginários são outros – no entanto, as idéias que deveriam responder a umas e outros seguem muito freqüentemente sendo as mesmas, em muitas partes do mundo. Isso é verdadeiro quando o tema é política cultural (COELHO, 2007, p.9).

Nos estudos atuais, a cultura é apresentada como elemento fundamental para o exercício da cidadania e a consolidação da democracia e por isso é colocada como pauta principal na elaboração de políticas públicas. O seu histórico, entretanto, mostra que o foco, muitas vezes, distanciava-se desta perspectiva. Para Rubim (2007b), não houve políticas públicas culturais nacionais no Brasil colônia, nem no segundo império ou na chamada República Velha (1889-1930).

Em 1808, a corte portuguesa veio instalar-se no Brasil e por esse motivo D. João VI fez investimentos em variados setores para que o país pudesse recebê-la, entre eles, na cultura, e os fez ao ponto de igualar os investimentos na cultura aos outros segmentos da economia (CESNIK; BELTRAME, 2005). Para ilustrar, cita-se que foi, nesse período, publicado o primeiro livro (1808), criada a Biblioteca Nacional (1811), a Escola Real de

Ciências, Artes e Ofícios (1813), a Filarmônica (1837), entre outras iniciativas (CESNIK; BELTRAME, 2005). Rubim (2007) explica que não se deve considerar essas ações efetivamente políticas públicas para a cultura, pois o investimento na cultura, na realidade, tratava-se de personalizadas atitudes culturais de Dom Pedro II (exemplifica citando o estímulo à inauguração dos Institutos Históricos e Geográficos). Salieta ainda que, em tempo colonial, a monarquia portuguesa negava as culturas indígenas e africanas, além de submeter a colônia a rigorosos controles (por exemplo, a proibição de instalar impressas, censura de livros e jornais estrangeiros, dificultava o desenvolvimento da educação, em especial a implantação de universidades, entre outras ações) (RUBIM, 2007b, p. 13).

Esse contexto não foi substancialmente modificado com a independência brasileira. O Estado continuou despendendo pouca atenção à cultura vista como um privilégio ou ornamento em uma sociedade que imperava a exclusão social (COUTINHO, 2000 apud RUBIM, 2007). Nos primeiros anos da República, a relação cultura e Estado foi agravada com a crise de 1929, onde a cultura era percebida como dispêndio. Houve a dissociação entre desenvolvimento e cultura e somente em meados dos anos 90, limitadamente, começou a mudar (MOISÉS, 2001) esta percepção.

Considera Calabre (2007) que só no governo de Vargas foram implementadas as primeiras políticas públicas de cultura no Brasil que tiveram por objetivo promover maior institucionalidade para o segmento cultural – foi criado, nesta época, o Instituto Nacional de Cinema Educativo, Instituto Nacional do Livro e o primeiro Conselho Nacional de Cultura. De acordo com Cury (2002), as obras produzidas neste período tinham por propósito a consolidação da identidade nacional, ajustada ao gosto do Estado centralizador.

Em 1934, assume Gustavo Capanema o Ministério da Educação e Saúde que definiu seu perfil administrativo próprio: promover o vínculo entre educação e cultura às políticas de desenvolvimento – embora o modo de promover esse desenvolvimento tenha sido pouco democrático (MOISÉS, 2001). Nesta década, em 1937, criou-se o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), depois denominado por IPHAN¹ (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), considerado por Moisés (2001) um exemplo paradigmático do padrão de desenvolvimento institucional defendido no governo. Ele

¹ O IPHAN é contemplado pela Constituição Federal de 1988 no artigo 216 que define patrimônio cultural por suas formas de expressão; seus modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (www.iphan.gov.br). Vê-se portanto que a Constituição de 88 traz um conceito amplo de patrimônio cultural.

surgiu a partir de discussões entre o ministro Capanema e sua equipe, que incluía o poeta Mário de Andrade, e foi “reflexo de um projeto atento à diversidade que singulariza a cultura brasileira” (MOISÉS, 2001, p. 26).

Mário de Andrade pensou a cultura como algo “tão vital como o pão” e pôde mostrar suas inovações quando estava à frente do Departamento de Cultura do município de São Paulo: propôs uma definição ampla de cultura, que foi além de considerá-la como belas artes, abrangendo também as culturas populares. Entendia o patrimônio como algo pertencente não só as elites, mas pertinente aos diferentes estratos da sociedade; patrocinou também, embora estivessem fora de sua jurisdição administrativa, duas missões etnográficas para as regiões amazônica e nordestina a fim de pesquisar sobre seus acervos culturais (RUBIM, 2007b, p.15). Rubim (2007b) aponta o experimento de Mário de Andrade como inovador, embora não escapasse ileso às deficiências e problemas próprios do momento histórico-político dos anos 30.

O anteprojeto elaborado por Mário de Andrade, que resultaria no SPHAN, sofreu significativas mudanças e ficou de lado aquilo que representava o mais desafiador para seu tempo: “a memória dos grupos populares, das etnias que compõem a brasilidade, da diversidade dos saberes e fazeres do país” (BOTELHO, 2007). A redação final foi de Rodrigo Melo Franco de Andrade (que dirigiu a instituição de 1937 a 1967). No modelo que foi implantado, os técnicos do IPHAN realizavam a escolha dos patrimônios, não havia a participação da sociedade. Embora se reconheça a importância da preservação patrimonial – “ameaçado muitas vezes pelo tempo e pelo próprio processo de desenvolvimento do país” (MOISÉS, 2001, p.27) – há críticas porque privilegiou a preservação de igrejas católicas, barrocas, erguidas pelos colonizadores portugueses, preterindo o patrimônio material e imaterial de elementos que demonstram a diversidade da cultura brasileira, a exemplo de “sítios e áreas ligadas à tradição religiosa e cultural indígena, afro-brasileira, judaica e dos diferentes grupos de imigração estrangeira” (MOISÉS, 2001, p.28).

Ainda no Estado Novo, o setor cultural foi alvo da censura por meio do DIP² (Departamento de Imprensa e Propaganda, criado no governo de Getúlio Vargas), mais estruturado e com maior abrangência e poder de penetração na sociedade, em comparação

² A criação do DIP foi precedida por três outros órgãos - o Departamento Oficial de Publicidade (DOP), o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), e o Departamento Nacional de Propaganda (DNP), que se sucederam a partir de 1931. Nenhum deles, no entanto, desfrutou do grau de autonomia e abrangência do DIP, dada a conjuntura especificamente diferente em que atuaram (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO. CPDOC - Fundação Getulio Vargas, 2009).

com as suas “versões” anteriores. Eram proibidas quaisquer manifestações culturais que demonstrassem, mesmo que levemente, contrariar o regime ditatorial. O governo utilizava-se de algumas das expressões culturais como meio de consolidar o Estado Novo e a ideologia autoritária que lhe dava sustentação (MOISÉS, 2001).

Reconhece Rubim (2007b) que o Estado nacional, principalmente pela presença de Capanema no Ministério da Educação e Saúde, pela primeira vez, realizava um conjunto de intervenções na área da cultura, porém apresentava além de uma face “afirmativa” (a elaboração de legislações, das ações e instituição de novas organizações de cultura), uma face “negativa” (a censura, repressão, opressão).

Em meados dos anos 40 e nos anos 50, o destaque era para o processo de aplicação de recursos privados na cultura, não havendo nenhuma participação do poder Público nesta iniciativa; foram os empresários, motivados a conseguir “status social”, que financiaram os ditos investimentos. São os mecenas da época: Franco Zampari, Francisco Matarazzo Sobrinho, Assis Chateaubriand, Paulo Bittencourt, entre outros. Todos eles alavancaram em alguns segmentos a cultura nos seus estados, a exemplo da construção do Museu de Arte de São Paulo (MASP), da criação da Companhia Cinematográfica Vera Cruz, do Museu da Arte Contemporânea do Rio de Janeiro etc. (CESNIK; BELTRAME, 2005).

Em 1964, com o início da ditadura militar (1964-1985), o Estado retomou o projeto de uma maior institucionalização do campo da produção artístico-cultural. Nos primeiros anos do regime ditatorial, a cultura estava em segundo plano, priorizava-se a área da educação e somente no final do governo de Médici foi elaborado um Plano de Ação Cultural (PAC)³, apresentado como um projeto de financiamento de eventos culturais (CALABRE, 2007).

No governo de Geisel, segundo Calabre (2007, p.91), houve “um efetivo fortalecimento da área da cultura com a criação de órgãos estatais que passaram a atuar em novas áreas, tais como: Conselho Nacional de Direito Autoral, Conselho Nacional de Cinema, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e a Fundação Nacional de Arte”.

Em 1970, um redirecionamento da política cultural com a substituição do Departamento de Assuntos Culturais pela Secretaria de Assuntos Culturais mostrou outro

3 A meta do PAC era a implementação de um ativo calendário de eventos artísticos das mais variadas áreas (música, teatro, circo, folclore e cinema). Permitiu também o deslocamento de artistas para se apresentarem em outros estados: “como, por exemplo, grupos do sul se apresentavam em Recife; artistas catarinenses em Belém; músicos cariocas em Fortaleza ou amazonenses em Florianópolis, provocando uma intensa circulação e interação cultural nas mais diversas regiões brasileiras” (CALABRE, 2005, p. 5)

enfoque da política cultural do governo: uma clara divisão em vertente patrimonial e outra de produção, circulação e consumo da cultura (CALABRE, 2007).

Destaca-se, em 1975, o lançamento do primeiro plano de ação governamental no país que aponta princípios norteadores para a política cultural: a Política Nacional de Cultura (PNC). Os redatores desta política defendiam a brasilidade cultural, propondo a preservação da “originalidade, genuinidade, peculiaridade, enraizamento, tradição, fixidez, personalidade, vocação, perenidade, consciência nacional” (RUBIM, 2007b, p.44). Entendiam seus ideólogos que a maneira de obter uma unidade nacional era preservando a diversidade. A forma encontrada para viabilizar a unificação da política cultural foi a realização de encontros nacionais de cultura reunindo representantes culturais de todos os estados da federação. No Encontro de Secretários de Cultura, realizado em 1976, em Salvador, Raymundo Moniz de Aragão, então presidente do Conselho Federal de Cultura expressa na abertura o propósito do trabalho: “o almejado é a unidade e não a uniformidade” (RUBIM, 2007b, p. 46).

Vê-se que os governos autoritários deram maior atenção à cultura, porém as ações visavam instrumentalizá-la. Segundo Rubim (2007, p. 4), a atuação do Estado na cultura visava, na verdade, “domesticar seu caráter crítico; submetê-la aos interesses autoritários; buscar sua utilização como fator de legitimação das ditaduras e, por vezes, como meio para a conformação de um imaginário de nacionalidade”. Moisés (2001) sobre esse momento da história do Brasil afirma que, se por um lado, a ação dos governos militares na área da cultura foi acompanhada da criação e reordenação de instituições, demonstrando assim seu objetivo de ampliar o papel do Estado, por outro lado, mostrou “sua face repressiva ao censurar filmes, peças de teatro, publicações e outras formas de expressão cultural” (MOISÉS, 2001, p. 31-32).

Após 20 anos de governos autoritários, abre-se espaço para uma nova experiência democrática na gestão pública de cultura; a mudança de regime político provocou várias tentativas de reestruturação da administração pública federal; foram criados vários ministérios, entre eles, o da Cultura (MOISÉS, 2001).

No governo do presidente Sarney, o novo Ministério da Cultura enfrentou sérios problemas financeiros e administrativos e na tentativa de criar novas fontes de recursos criou a Lei Sarney com o propósito de atrair investimentos privados para o fomento da cultura, mediante isenção fiscal às empresas investidoras. Segundo Moisés (2001, p.33), “a idéia do presidente Sarney era de que ao Estado cabia facilitar as condições de

entendimento entre as empresas privadas e os produtores culturais, evitando que os governos interferissem no processo”; entretanto, deixou com o mercado as decisões na área.

Na Constituição de 1988, embora apresente em seu texto a responsabilidade do Estado em relação à cultura, concretamente, não se observou mudanças significativas. Anuncia a Constituição Federal/88 que:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Em 1990, ocorre a primeira eleição por voto direto no Brasil depois do regime militar e vence Fernando Collor de Melo. Encontra-se neste período democrático o que dizem os autores Cesnik e Beltrame (2005) o ápice do processo ditatorial atrasado: são extintos todos os organismos de cultura que existiam e houve o rebaixamento do Ministério da Cultura à Secretaria (ligada a Presidência da República), como represália aos artistas que apoiaram seu opositor Luis Inácio Lula da Silva. Foi também neste período revogada a Lei Sarney.

Os estados e municípios começaram a elaborar suas próprias leis e sistemática de política cultural para fomentar a cultura. Nos moldes da Lei Sarney, com significativas correções, foi criada a Lei Mendonça (1990) no município de São Paulo, que foi seguida por outros estados e também municípios que, inspirando-se nela, adotaram o mesmo formato (CESNIK; BELTRAME, 2005).

Resumidamente, assim era o formato: o produtor artístico preenchia um cadastro junto aos órgãos do governo, apresentando um projeto no qual constava a descrição e o orçamento, depois da aprovação deste, estaria habilitado para buscar financiadores no setor privado. Ao final do projeto, prestava contas junto ao governo quanto à aplicação dos recursos conseguidos. O benefício desta sistemática para o empresariado estava no abatimento, no seu ISS ou IPTU, de determinado percentual sob o valor investido (na Lei Mendonça, no município de São Paulo, era de 70%).

Em 1991, foi promulgada a lei federal Rouanet (um aprimoramento da Lei Sarney), seu texto legal é ainda hoje a base de toda a política de incentivos praticada no Brasil. Inicialmente, não foi significativa a participação, principalmente, das pessoas físicas – o rigor formal, em defesa da transparência administrativa, atrapalhou a integração da sociedade civil. Sem dúvida, comparada com as políticas praticadas anteriormente, percebeu-se uma maior participação das entidades representativas de setores culturais,

entretanto por serem as empresas os principais financiadores, os padrões mercadológicos continuavam prevalecendo.

Em 1992, com o presidente Itamar Franco é recriado o Ministério da Cultura. Rubim (2007b) aponta que as ambigüidades do período de transição e construção da democracia (1985-1993) refletiam no âmbito cultural, que pode ser ilustrado na análise da implantação dos Ministérios da Cultura que neste período sucederam dez ministros: cinco no governo Sarney, 2 no governo Collor e 3 no governo de Itamar.

No governo de Fernando Henrique Cardoso, com o ministro da cultura Corrêa Weffort, houve melhor aparelhamento e também o aumento do investimento deste segmento. Moisés (2001, p. 43) afirma que a partir daí “o ministério passou a orientar-se por objetivos voltados para a democratização da administração da cultura, a democratização do acesso da população aos bens culturais e, ao mesmo tempo, maximização de mecanismos de fomento”. Revela, entretanto, que o investimento na cultura ainda era feito de forma desigual nas diversas regiões do Brasil e que havia a necessidade de uma política que diminuísse as distâncias sociais.

Em tempos do ministro da cultura Gilberto Gil, nomeado, em 2003, pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva, a proposta é atuar na área cultural sob três frentes: “a configuração de um sistema nacional de financiamento, a construção de uma política cultural de envergadura nacional e, finalmente, a democratização cultural”⁴.

Rubim (2007) vê avanços no discurso do ministro Gilberto Gil, pois propõe uma forma diferente de tratar o setor cultural e fazer política pública, veja-se: ênfase no papel ativo do estado na formulação e implementação de políticas de cultura (faz críticas ao governo anterior por ter substituído o Estado pelo mercado, através das leis de incentivo); conexão do Estado com a sociedade (desafio de formular e implementar políticas culturais em circunstâncias democráticas) e ampliação do conceito de cultura (adotando o conceito “antropológico”), abrangendo assim não só as culturas cultas (eruditas), mas também as culturas populares. Afirma ainda o autor que a atuação do Ministério da Cultura nestes casos se não é inaugural, representa um diferencial comparado as políticas anteriores, a exemplo do apoio à cultura indígena ou às questões de afirmação sexual.

Acrescenta-se também, como avanço do setor cultural, a cultura ser percebida pelo governo federal como elemento para a promoção do desenvolvimento. Neste tocante, tendo

⁴ Texto originalmente publicado na edição nº 7, de agosto de 2003, do boletim Políticas Sociais – acompanhamento e análise, editado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) (MinC, 2007).

em vista as mudanças que ocorreram ao longo do tempo quanto à relação entre cultura e desenvolvimento, apresenta-se um breve estudo para sua melhor compreensão.

2.2. Breve Estudo da Relação Cultura e Desenvolvimento

Com a importância dada aos impactos sociais e ambientais do crescimento econômico, tornou-se claro que o desenvolvimento era um conceito muito mais abrangente do que o crescimento econômico (SACHS, 2005).

A relação cultura e desenvolvimento, nos anos 40 e 50, foi muito discutida por antropólogos e depois por economista e sociólogos, chamados teóricos da modernização. Entre os últimos, preponderava a idéia que a cultura dos países subdesenvolvidos era um obstáculo ao desenvolvimento e por isso deveriam transferir as instituições e valores ocidentais para os países subdesenvolvidos, “ainda que a descargas de canhão e golpes de baioneta” (COSTA, 2006, p.2).

No segundo pós-guerra, de acordo com Moisés (2008), as concepções economicistas ainda orientavam a economia e a sociologia norte-americana e estabeleciam, também, a impossibilidade da relação cultura-desenvolvimento (apontavam a exclusão da dimensão cultural do desenvolvimento). Entendiam que o desenvolvimento depende sempre da existência de certas condições prévias⁵ que, no caso da cultura, foram tratadas mais de forma negativa do que positiva (Moisés, 2008).

Somente nas últimas 4 décadas a relação entre cultura e desenvolvimento foi vista de forma diferente. Hermet (2002) aponta que os responsáveis de somarem novamente a cultura na pauta do desenvolvimento foram as grandes organizações de apoio ao desenvolvimento (cita o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Organização Internacional do Trabalho, a CEPAL, o PNUD e a UNESCO). Essas organizações perceberam que somente levando a cultura em consideração teriam as populações-objeto envolvidas nos seus projetos, colaborando com a sua implementação.

⁵ Esta idéia vem do estudo clássico de W. W. Rostow que fundamentou muitos programas governamentais impulsionados por organismos internacionais. Para o autor, o desenvolvimento só pode ocorrer “se e quando certas peculiaridades culturais estiverem ausentes, deixando, assim, de operar como obstáculo estrutural à sua ocorrência; ou, pelo contrário, quando condições muito particulares existem e condicionam a emergência do desenvolvimento” (ROSTOW, 1960 apud MOISÉS, 2008, p. 19).

Realizaram, principalmente em 1995, simpósios, grupos de trabalho, publicações sobre a importância do elemento cultural “como recurso para a luta contra a miséria dos povos” (HERMET, 2002, p.87).

Hermet (2002), de forma irônica, diz que, na realidade, a cultura foi levada em consideração por ser o “último aspecto inexplorado dos esforços desenvolvidos em nível internacional para estimular o desenvolvimento econômico” (ARIZPE apud HERMET, 2002, p.88). Ainda sob uma visão crítica, Gilberto Rits (apud HERMET, 2002) questiona se a inclusão da cultura nas discussões sobre o desenvolvimento realmente abrem uma nova perspectiva para repensá-lo ou se continua a perseguir o mesmo objetivo, sendo somente uma extensão da lógica mercantil numa linguagem mais atraente.

Para Moisés (2008), um dos primeiros passos para a mudança da visão sobre a relação cultura e desenvolvimento foi a instituição do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), o qual substituiu os indicadores econômicos por indicadores humanos, passando a considerar a noção de desenvolvimento humano. Neste conceito além de enfatizar as potencialidades e capacidades do indivíduo humano, também anuncia o direito à valorização e acesso das pessoas à sua cultura:

Essa foi uma primeira tentativa para pensar intelectual e praticamente o desenvolvimento não apenas como fator de crescimento econômico, mas também de progresso entendido como mudança qualitativa das condições de vida das pessoas (MOISÉS, 2008, p. 21).

Lima (2007) salienta que, em 1970, a UNESCO também passou a questionar o modelo de desenvolvimento baseado exclusivamente no crescimento econômico e na racionalidade técnica. Em 1982, a Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, realizada no México, reconheceu a importância da dimensão cultural no desenvolvimento, focando o crescimento não só no aspecto quantitativo, mas tratando-o em termos qualitativos – “ou seja, a satisfação das aspirações espirituais e culturais do homem” (LIMA, 2007, p. 4). Podem-se citar outras ações da UNESCO que evidenciam esta mudança de enfoque: a produção do relatório Nossa Diversidade Criadora (publicado em 1996), desenvolvida por uma comissão (Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento) composta conjuntamente com a ONU, em 1992, e a Conferência Intergovernamental sobre Política Cultural para o Desenvolvimento (em 1998, no México). A partir deste evento, foram elaboradas recomendações para os países membros, entre elas, fazer das políticas públicas culturais estratégias para o desenvolvimento.

Outros organismos internacionais também inseriram a cultura na pauta de discussão do desenvolvimento: o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) realizou, em 1999, o Fórum Desenvolvimento e Cultura; o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que, em 2004, no seu relatório abordou o tema diversidade cultural; o BID e o Banco Mundial, que em parceria com os governos dos Estados (por exemplo, Havana, Quito, Salvador, Rio de Janeiro, Olinda, Recife) financiaram ações e projetos nas áreas de preservação do patrimônio histórico e arquitetônico e, também, ambos financiaram investigações relativas à cadeia produtiva das indústrias criativas (RUBIM et all, 2005).

Quanto a UNESCO, o objetivo de entrelaçar cultura e desenvolvimento foi defender os modelos de desenvolvimento endógenos e diversificados dos países recém independentes ou daqueles do Terceiro Mundo (o que ocorreu a partir da década de 70). Encaravam, portanto, a cultura como um elemento para se construir um roteiro alternativo de desenvolvimento, visto que os modelos hegemônicos de desenvolvimento que visavam à planificação da economia dos países periféricos apresentavam mal sucedidas experiências (CANCLINI apud PITOMBO, 2007). O ideal do modelo era providenciar o livre mercado, o crescimento econômico e fazer com que países periféricos fossem incluídos no sistema econômico mundial, aumentariam assim as riquezas mundiais e conseqüentemente reduziriam as desigualdades sociais interna e externa entre os países. Entretanto, os modelos hegemônicos não foram capazes de resolver os problemas socioeconômicos dos países periféricos, nem reduzir as diferenças entre os países ricos e os países pobres, na realidade, ocasionou o oposto:

O aumento significativo do desemprego do caráter estrutural em todos os países do planeta; aumento da distância entre países cênicos e periféricos; aumento das desigualdades sociais internas e a conseqüente violência em escala planetária (KNOOPP E DARBILLY, 2007).

Para Celso Furtado (1984), não havia a possibilidade de todos usufruírem do estilo de vida vendido pelo capitalismo industrial, denominava essa idéia - ter economias de países periféricos similares a países ricos - como *mito do desenvolvimento*:

(...) o estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre será o privilégio de uma minoria. (...) Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão *desenvolvidas*, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista. (...) Cabe, portanto, afirmar que a idéia de desenvolvimento econômico é um simples mito. (FURTADO, 1996, p. 89).

Outro modelo de desenvolvimento era evidentemente necessário. Pitombo (2007) aponta que eventos como o Mundiacult (no México, em 1992), a proposição do decênio Mundial para o Desenvolvimento Cultural (1988-1997), a Conferência Intergovernamental de Estocolmo sobre Políticas Culturais para o desenvolvimento e a Proclamação da Declaração Universal sobre diversidade cultural são ações expressivas realizadas para a revisão de conceitos e discussão e implementação de projetos que levassem em conta a dimensão cultural do desenvolvimento. O que é um desafio pela complexidade dos termos (cultura e desenvolvimento), principalmente, quando se trata do conceito de cultura.

Não há nessa seara uniformidade entre os autores, existe concordância somente quanto à dificuldade de definir o termo - Williams Raymond (1992), Hermet (2002), Eagleton (2005), Migueles (2003) só para citar alguns autores que apresentam diferentes definições. E, ainda, são variadas as áreas que tratam deste tema - antropologia, sociologia, história, geografia etc.; apontando uma abundância de significados e poucos consensos.

Se retomarmos os conceitos originários, encontramos a definição de cultura relacionada aos significados de “cultivo agrícola”, “natureza”, “lavoura” (RAYMOND,1992); até definições mais abrangentes, como entende Eliot (apud EAGLETON, 2005, p.161) que cultura é “o modo de vida de um povo, do nascimento ao túmulo, da manhã até a noite e mesmo durante o sono”.

Pitombo (2007), em artigo sobre as mudanças no conceito de cultura da UNESCO, cita a definição de cultura formulada, em 1982, na Conferência Mundial sobre Políticas Públicas (Mondiacult); que foi concebida “como um conjunto de aspectos distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social” (PITOMBO, 2007, p.129). Percebemos o caráter amplo da definição, pois engloba as artes, as letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças (PITOMBO, 2007).

De acordo com Cucho (2002), teríamos duas perspectivas de análise para a cultura: minimalista e a maximalista. A primeira aponta “a cultura dominante, das elites, como a única cultura legítima e verdadeira”; às demais culturas seriam “subprodutos inacabados” (Cucho, 2002, p. 148) e mera imitação da cultura dominante. Já a segunda perspectiva, apresenta dois lados, àqueles que defendem que não há hierarquização entre culturas e os que consideram a cultura popular superior à cultura das elites (assim consideram porque esta cultura vem da criatividade do povo, considerada superior à criatividade das elites). Ambas são consideradas teses extremas, pois se entende que as culturas aproveitam

elementos uma das outras, “portanto não seriam totalmente dependentes nem totalmente autônomas” (SIMÕES; DARBILLY, 2007, p. 2).

Para Migueles (2003, p. 2), “o termo cultura é apresentado como um imenso ‘guardachuva’⁶ sob o qual são abrigados os mais variados fenômenos”, e todos eles tem seus usos necessários, não se podendo apontar qual o ‘certo’; portanto, quando se fala em cultura é preciso definir sob qual enfoque abordá-la.

Thiry-Cherques (2001) apresenta um estudo (Kroeber & Kluckhohn, 1952), publicado em 1950, que aponta 164 conceitos para cultura, demonstrando assim que ainda se está longe de uma aceitação universal. O quadro está transcrito abaixo:

Quadro 1 - Exemplos de Definições de Cultura

Tipo/Definição
Antropológico As redes de significado que o ser homem constrói e na qual também se insere (adaptado de Geertz, 1973).
Arqueológico Os vestígios materiais de um determinado grupo.
Comportamental Comportamento humano (modo de vida) compartilhado e aprendido. Uma abstração a partir do comportamento. Comportamento aprendido.
Estrutural Idéias, símbolos ou comportamentos padronizados e inter-relacionados.
Funcional O modo como os seres humanos resolvem problemas de adaptação ou da vida em comum. Um conjunto de técnicas para ajustar o ser humano a outros seres humanos e ao ambiente.
Histórico O acervo social que passa às gerações futuras.
Mental Complexo de idéias ou hábitos apreendidos, que inibem os impulsos e distinguem as pessoas dos animais. O modo de pensar, sentir e viver. Um conjunto de orientações padronizadas para problemas recorrentes.
Normativo Ideais, valores ou regras da vida.
Romântico “As coisas mais nobres (...) luz e doçura (...) para qual tendem os homens” (Arnold, 1869 <i>apud</i> Bodley, 1994).
Simbólico Consumo de significados arbitrários compartilhados por uma sociedade.
Sociológico Formas de organização das sociedades. Uma sociedade e o seu modo de vida.
Tecnológico As técnicas, tecnologias e produtos de um grupo.
Tópico Tudo que está incluído em uma lista de tópicos, como organizações sociais, religião, etc.
Vago genérico O complexo de características espirituais, materiais, intelectuais e emocionais que caracterizam uma sociedade ou um grupo social. Inclui não só as artes e letras, mas também os modos de vida, os direitos fundamentais do homem, o sistema de valores, tradições e crenças.

Fonte: Thiry-Cherques (2001)⁷

Não tem esta pesquisa a pretensão de esgotar ou dar uma definição de cultura, e sim, salientar a diversidade de significados, mostrando assim a complexidade de tratar do tema, principalmente quando associado ao desenvolvimento.

Retomando a discussão sobre a relação entre cultura e desenvolvimento, PORTO (2004) destaca que, tratando-se de Brasil, há insuficiência histórica do debate sobre a

⁶ Termo utilizado por Geertz (GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos, 1989) e citado por Migueles (2003).

⁷ O quadro foi adaptado e ampliada a partir de Bodley (Bodley, John H. Cultural anthropology: tribes, states and global system, 1994)

relação de cultura com democracia e/ou direitos sociais, conseqüentemente, a relação entre cultura e desenvolvimento.

Nas políticas culturais brasileiras, a cultura é instrumento da ação social (utilizando-a como estratégia para o resgate da auto-estima de crianças e jovens das periferias, ou para a redução da violência nas cidades); o quê acaba preterindo o seu caráter político e reivindicatório, bem como desconsidera a importância da cultura no processo de democratização e no fortalecimento da cidadania. As intenções são, sem dúvida, boas, concorda-se assim com Porto (2004), que os resultados com o público atendido por programas culturais para a inclusão social são positivos; deve-se, entretanto ter o cuidado para não olhar “a ação cultural esvaziada do seu potencial político transformador, aproximando-a do assistencialismo” (PORTO, 2004, p.111).

Segundo Knoopp e Darbilly (2007), o projeto de desenvolvimento do Brasil foi exógeno e economicista, inserido no sistema econômico mundial de forma subalterna, preterindo o seu contexto histórico e cultural. Cita esses autores a alternativa de desenvolvimento proposta por Celso Furtado, onde indica que para mudar tal situação é necessário levar em consideração os aspectos históricos-culturais particulares do Brasil, portanto pensar numa forma de desenvolvimento pautado na lógica endógena:

Cumpra-nos pensar em desenvolvimento a partir de uma visualização dos fins substantivos que desejamos alcançar, e não da lógica dos meios que nos é imposta do exterior. A superação do impasse estrutural que está no fundo de nossa crise somente será lograda se o desenvolvimento futuro conduzir a uma crescente homogeneização de nossa sociedade e abrir espaço à realização das potencialidades de nossa cultura (FURTADO, 1984, p.30).

Para Furtado (1984, p.30), num país como o Brasil, falar de desenvolvimento “como reencontro com o gênio criativo de nossa cultura e como realização das potencialidades humanas pode parecer simples fuga na utopia”, embora reconhecesse isto, entendia que para pensar em opções de desenvolvimento era fundamental uma reflexão prévia sobre a cultura brasileira.

Há 30 décadas já se apresentava a necessidade de outro tipo de desenvolvimento, tendo em vista principalmente o insucesso da lógica neo-liberal. Tratar o desenvolvimento somente sob o aspecto econômico não é suficiente, deve-se acrescentar outras dimensões: a social, a política e a institucional (KLIKSBURG apud KNOPP; DARBILLY, 2007).

Amartya Sen (2000, p. 52-53) propõe uma via alternativa ao modelo de desenvolvimento econômico vigente, qualificado como uma “política cruel de

desenvolvimento”, a base de “sangue, suor e lágrimas”. Para o autor, o desenvolvimento “consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente” (SEN, 2000, p. 10). O prêmio Nobel, em 1998, acredita na possibilidade de um desenvolvimento “socialmente amigável” e nesta forma alternativa de desenvolvimento pretende-se o empoderamento individual e coletivo, a partir de mecanismos institucionais. Sobre as idéias de Sen, falam Knopp e Darbilly (2007) que:

Desenvolver é empoderar os indivíduos, ampliar a consciência sobre a sua condição, aumentar a sua capacidade de ação e sua liberdade substantiva. Neste sentido, ter poder é ter acesso a recursos que permitam ao sujeito renegociar as suas formas de inserção social.

A expansão da liberdade é a principal idéia da abordagem de Sen: é fim e é meio para o desenvolvimento. Em poucas palavras, a teoria do autor trata do desenvolvimento como liberdade; a liberdade como uma capacidade e com possibilidades de escolha: “com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros” (SEN, 2000, p. 26).

Cita-se também o “outro tipo de desenvolvimento”⁸, no qual se levaria em conta a qualidade de vida de todos os integrantes de uma comunidade. Seria, portanto, segundo Knoopp e Darbilly (2007), um desenvolvimento sustentável e integral, inclusivo, local no qual se primaria pela melhoria da qualidade de vida da comunidade, acreditando-se nas capacidades locais e no desenvolvimento do potencial humano. Os autores alertam, entretanto, que o foco no local não significa que a visão deva ser limitada, ou traduzir-se para um sentido paroquial ou localista, mas no sentido de perceber e aproximar àqueles que são semelhantes na sua história e que tenham “problemas interconectados”:

Deve-se entender o local não como uma mera demarcação político-administrativa ou apenas uma escala espaço-territorial, senão, como um espaço com características similares e problemáticas socioeconômicas comuns (KNOOPP; DARBILLY, 2007, p.7).

Os autores reforçam a importância dos projetos de desenvolvimento locais estejam sempre em consonância com o global.

⁸ Knoopp e Darbilly usam este termo de Coraggio (2006), que, em termos genéricos, quer dizer “um proceso dinámico de ampliación de las capacidades locales para lograr la mejoría (...) sostenida de la calidad de la vida de todos los integrantes de una población”.

Segundo Goulart, Vieira e Carvalho (2005, p.11) são necessárias estratégias “rumo ao desenvolvimento integral das localidades, enfatizando suas peculiaridades, sem perder de vista sua inserção na sociedade global”. O isolamento e o atomismo são geradores de alienação.

É importante ainda refletir sobre mais um aspecto: embora, entenda-se a importância de atrelar a cultura ao desenvolvimento, deve-se ter o cuidado de não reduzir essa relação a uma natureza essencialmente instrumental (LOIOLA; MIGUEZ, 2007), no sentido de pensar a dimensão cultural do desenvolvimento somente quanto a aumento de empregos, comercialização de produtos e serviços culturais ou desenvolvimento da indústria cultural. Essa relação na verdade tem a ver com geração de riquezas simbólicas, fortalecendo a diversidade cultural, a inclusão da sociedade em todas as dimensões – a cultural, a social e a econômica. Segundo Celso Furtado (1984, p.32), uma “política de desenvolvimento deve ser posta a serviço do processo de enriquecimento cultural”.

Focando o caso brasileiro, especificamente, o governo Lula, o discurso do presidente aponta para uma nova visão que o Estado tem hoje da cultura, onde diz que a cultura está investida de um papel estratégico:

[A cultura] como base da construção e da preservação da nossa identidade, como espaço para a conquista plena da cidadania, e como instrumento para a superação da exclusão social” (BRASIL, 2006, p.5).

Diz, ainda, o discurso do governo que a cultura é tratada em todas as suas dimensões: da simbólica à econômica - “tanto pelo fortalecimento da auto-estima de nosso povo, quanto pela sua capacidade de gerar empregos e de atrair divisas para o país” (BRASIL, 2006, p.5).

O entrelace cultura e desenvolvimento pode ser percebido também no discurso do ministro Gilberto Gil, em palestra no Instituto Rio Branco:

O Ministério da Cultura, como eu disse, tem insistido na abordagem das conexões entre cultura e desenvolvimento e na necessidade de ampliar seu papel, somando às políticas tipicamente compensatórias aquelas capazes de diagnosticar e estimular o mercado, ou seja, as empresas e os empreendedores brasileiros que atuam no setor cultural. Trata-se de uma abordagem mais abrangente e integrada.⁹

⁹ Disponível em <<http://www.cultura.gov.br/site/2007/10/02/economia-da-cultura/>>. Acesso em Março/2008).

Esta abordagem é reafirmada ainda por Juca Ferreira, hoje ministro da cultura, que trata “a cultura como vetor e catalisador do desenvolvimento social e econômico do Brasil” (BRASIL, 2006, p. 8). Em seu discurso, também se refere às novas teorias do desenvolvimento no tocante a sustentabilidade e indica a cultura como elemento decisivo do desenvolvimento.

Percebe-se, portanto que nos discursos governamentais cultura e desenvolvimento estão alinhados; é preciso, entretanto, questionar e avaliar como esses temas apresentados tão harmoniosamente no campo das idéias vêm sendo concretizados.

2.3 Uma Nova Perspectiva no Discurso das Políticas Públicas Culturais Atuais

“É outra – e é nova – a visão que o Estado brasileiro tem, hoje, da cultura” (Luiz Inácio Lula da Silva, texto de abertura do Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil, 2006)

Os discursos do governo e as pesquisas atuais sobre o campo cultural mostram que as políticas públicas culturais sinalizam para uma nova perspectiva na forma de trabalhar o campo cultural.

Dos discursos governamentais, destacam-se dois documentos do governo - A Imaginação a Serviço do Brasil e Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil – que evidenciam a nova proposta a ser trabalhada. O primeiro é o programa de Políticas Públicas de Cultura elaborado pelo Partido dos Trabalhadores que serviu de inspiração ao Governo Lula e traz o diagnóstico do campo cultural e os conceitos estruturantes do programa; o segundo, trata de conceitos que fundamentam a gestão cultural deste governo e relata as ações implementadas no primeiro ano de mandato, além de indicar as estratégias e desafios para o próximos anos de governo.

No quadro abaixo, apresenta-se as temáticas norteadoras aplicadas na construção das políticas públicas culturais do governo atual:

Quadro 2: Temáticas Norteadoras das Políticas Públicas Culturais

“A Imaginação a Serviço do Brasil”	Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil
<ul style="list-style-type: none"> - Cultura como Política de Estado - Planejamento das Políticas Públicas de Cultura como direito básico e permanente do cidadão; - Afirmção da identidade nacional por meio das identidades culturais regionais; - Financiamento das Políticas Públicas de Cultura: fundos públicos; leis de incentivo fiscal; proposta de ampliação das linhas de crédito das agências financeiras públicas à produção e difusão cultural; - Cultura como fator de desenvolvimento humano: geração de emprego e renda e fator de inclusão social; - Gestão Democrática; - Regionalização das Políticas Públicas de Cultura; - Estímulo à produção e difusão cultural regional; - Mecanismos de participação popular: formação dos conselhos; - Implantação de um "Sistema Nacional de Política Cultural"; - Ampliação do orçamento do MinC compatível com as suas tarefas constitucionais; - Transversalidade nas políticas de cultura: integração entre os ministérios (Educação, Meio Ambiente, Comunicação, Ciência e Tecnologia, Indústria e Comércio e Turismo) e trabalho conjunto com os Estados. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estímulo a participação da sociedade para dialogar com o governo, iniciado em 2003 através das Câmaras Setoriais do Livro, da Leitura, da Dança, do Teatro, do Circo, da Música, das Artes Visuais e do Conselho Superior do Cinema, por exemplo; - Resgate do papel do Estado: neste documento, Juca Ferreira afirma que cabe ao Estado “promover e estimular o desenvolvimento cultural e da sociedade”; e sendo assim o governo chama para si a responsabilidade quanto à cultura; - Reorganização institucional orientada por uma visão mais estratégica para dotar o Estado de equipamento apropriado para suas ações e distribuição dos temas e áreas da cultura em secretarias, fundações, institutos e agências para um “funcionamento mais sistêmico e integrado” (BRASIL, 2006, p. 17). Com a reforma definiu-se melhor as competências de cada área administrativa, evitando-se excessiva centralização ou confusão nas competências.

Fonte: Imaginação a Serviço do Brasil, 2005 e Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil, 2006.

Por estes documentos pode-se inferir que há, nos discursos, o compromisso do governo de observar a cultura como um direito do cidadão, observado principalmente

quando disponibiliza canais para a participação (através de conselhos e câmaras setoriais), bem como por trazer elementos como gestão democrática e identidades culturais regionais.

Rubim (2007) e Faria (2003) reconhecem que de fato identificam-se avanços nas políticas culturais; visto na proposta da diversidade cultural, no papel ativo do Estado, no processo de democratização, na ampliação do conceito de cultura, na participação da sociedade civil na discussão etc.

A questão da diversidade cultural destaca-se na pauta de discussões, principalmente, por estarmos num país grande e vasto de manifestações culturais. A ação do governo, neste sentido, foi a criação de uma Secretaria própria para tratar da diversidade cultural – Secretaria da Identidade e da Diversidade, entendendo que a identidade do país não pode refletir a homogeneização das manifestações culturais e sim respeitá-las nas suas diferenças e diversidades de expressões. Esta Secretaria é uma estratégia para pôr em prática ações mais específicas nesta seara:

A criação, no âmbito do Ministério da Cultura, de uma Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural tem um caráter estratégico na nova postura do MinC, de formular e implementar políticas públicas ativas na Cultura. Ativas no sentido da promoção da cultura tanto do ponto de vista de seus aspectos econômicos, de inclusão social e cidadania, bem como da importância da cultura como produção simbólica. A afirmação positiva da diversidade e pluralidade cultural brasileira, nos termos aqui expostos busca estimular e promover ações transversais de promoção da diversidade cultural brasileira e do intercâmbio cultural no território nacional. (Disponível em: http://www.cultura.gov.br/ministerio_da_cultura/secretarias/index.php?p=10028&more=1&c=1&pb=1, acesso em maio/2008)

Quanto ao conceito de cultura, o atual ministério trabalha com uma definição mais ampla que complementa a idéia de diversidade cultural. No primeiro governo de Lula, o esforço foi para o uso de um conceito mais abrangente para a cultura – o conceito dito “antropológico” que revelava a intenção de abrir “fronteiras para outras modalidades de culturas: populares, afro-brasileiras, indígenas, de gênero de orientação sexuais, das periferias, da mídia áudio-visual, das redes informáticas etc.” (RUBIM, 2007, p. 12). Fala-se de uma atuação inaugural do ministério, tendo em vista que são reduzidas as ações governamentais anteriores que abrangeram tais modalidades culturais.

Outra questão é a atuação do estado. A dura crítica do governo atual ao anterior (FHC/Weffort) foi pela ausência de ações mais diretas do Estado no campo cultural e a sua substituição e submissão ao mercado, através das leis de incentivos fiscais (RUBIM, 2007).

A lei de incentivos culturais trouxe investimentos privados para a esfera pública o que poderia indicar um avanço para o setor; entretanto, não é uma política suficiente; acabou por favorecer grupos empresariais que se aproveitavam da renúncia fiscal, e que financiavam somente projetos de seu interesse, àqueles que promoviam a divulgação de seu produto ou da sua instituição (FARIA, 2003). Somente os produtos e eventos artísticos que trouxessem um bom retorno, quanto à mídia e exposição de suas marcas recebiam os investimentos. Os projetos de “maior apelo mercadológico” eram financiados; “aos feios, sujos e malvados, resta à exclusão” (BRANT, 2003, p.11). Se persistisse nesta sistemática – políticas públicas reduzidas às leis de incentivo fiscal – o governo estaria favorecendo a privatização da cultura e o fortalecimento das marcas dos patrocinadores do evento; valorizando somente o mercado, a velocidade por ele exigida e a eficácia das gestões. O perigo, alertado por Brant (2003), é que tudo isso acabaria por ser entendido como algo espontâneo, “como desejo democrático das multidões, livremente escolhidos pelas leis do mercado e pela liberdade de expressão” (FEIJÓ, 2003, p.21). Assim, a cultura estaria à mercê de outro tipo de censura – a econômica, pois as empresas que gozam das leis de incentivos fiscais somente aprovam os projetos que realmente podem dar retorno mercadológico.

No que diz respeito à democratização, segundo Egg (apud FARIA, 2003, p.46), democratizar a cultura é principalmente:

Proporcionar a indivíduos, grupos e comunidades instrumentos necessários para que, com autonomia, possam desenvolver a sua vida cultural e participar nos processos socioculturais”.

Embora a CF/88 tenha anunciado o processo de democratização, não foi visto na realidade. Rubim (2007) destaca que se pode perceber com a gestão de Gil abertura para o diálogo com a sociedade: “o essencial desafio de formular e implementar políticas culturais em circunstâncias democráticas foi nitidamente colocado na agenda do ministério” (RUBIM, 2007, p.12). Foi realizada uma série de consultas e fóruns para estimular a participação de diversos segmentos da área artística e da sociedade em geral - a temática inicial destas discussões foi a lei de incentivos fiscais. Depois, fez consultas à sociedade para a revisão das políticas de financiamento, concorrência de projetos e uso de editais para a definição do Fundo Nacional de Cultura. Salienta-se ainda a constante realização de seminários, câmaras setoriais, conferências.

Outra iniciativa da gestão de Gil foi trabalhar de forma transversal com os outros ministérios, por exemplo, o Plano Plurianual (PPA) possibilitou desenvolver programa do MinC junto com os Ministérios da Educação, do Turismo, do Meio Ambiente, do Trabalho, dos Esportes, da Integração Nacional e das Relações Exteriores, e também com outras instituições públicas. O PPA também tem o propósito de promover as instituições federais como estratégia descentralizadora e nacionalizante do MinC, pois muitas destas instituições tem atuação demasiada em estados como São Paulo e Rio de Janeiro – tradicionais centros culturais e econômicos - e escasso nos outros estados brasileiros.

Cita-se também os projetos desenvolvidos pelas secretarias e organismos do Ministério da Cultura que seguem esta nova perspectiva (RUBIM, 2007): o Sistema Nacional de Cultura - articulação dos governos federal, estadual e municipal – vital a institucionalização a médio e longo prazo, reduzindo os riscos das intempéries conjunturais; o Plano Nacional de Cultura – que a partir de grupos de discussão, com participação da sociedade civil e do MinC, vem sendo debatido em todos os estados brasileiros – e o Programa Cultura Viva – que será adiante apresentado.

Embora se reconheça os avanços, sérias limitações ainda não foram vencidas pelo MinC. É necessária a continuidade da reforma administrativa, tendo em vista que a infraestrutura do ministério não é suficiente para a demanda dos projetos em desenvolvimento nem para a ampliação de suas ações; há a necessidade de realização de mais concursos públicos para o preenchimento do seu defasado quadro de recursos humanos, bem como capacitação para os servidores existentes (RUBIM, 2007).

Outro ponto é colocar na pauta de discussão a questão do financiamento da cultura, restrita ainda as leis de incentivos fiscais – “ausência de uma política de financiamento da cultura em plenitude corrói muitas das iniciativas do ministério, inclusive aquela primordial de fazer o estado assumir um papel mais ativo na cultura” (RUBIM, 2007, p. 16); e a avaliação e consolidação dos canais de participação da sociedade civil e dos artistas.

Acrescenta-se a lista, a conquista de no mínimo um por cento do orçamento para a cultura. Rubim (2007) entende que o aumento no orçamento representaria a garantia de:

[...] papel ativo e poder de decisão do estado sobre as verbas públicas; mecanismos simplificados de acesso aos recursos; instancias democráticas de deliberação acerca dos financiamentos; distribuição justa dos recursos, considerando as regiões, os segmentos sociais e a variedade de áreas culturais; modalidades diferenciadas de financiamento em sintonia com os tipos distintos de articulação entre cultura e mercado, acionando, por exemplo:

empréstimo, micro-crédito, fundo perdido, fundo de investimento, mecenato, marketing cultural etc. (RUBIM, 2007, p.17)

Há anos a cultura é preterida da pauta das discussões das políticas públicas governamentais; o anúncio desta nova perspectiva do governo representa um avanço para o setor cultural, mas se sabe que para o real exercício do direito à cultura ainda há muitos desafios a serem enfrentados.

3 O Programa Cultura Viva

O Cultura Viva é hoje a maior ação do MinC para dar realidade ao desejo de disponibilização de bens e serviços culturais a todos. Um trabalho para promover a autonomia das comunidades, garantindo que essas possam formar seus produtores de cultura. (BRASIL, 2006, p. 25)

O Programa Cultura Viva (PCV) foi criado em 6 de julho de 2004 e “contempla iniciativas culturais que envolvem a comunidade em atividades de arte, cultura, cidadania e economia solidária” (BRASIL, 2004, p.10); apresenta-se como uma oportunidade para as manifestações culturais populares se beneficiarem de recursos governamentais, o que não acontecia por meio da Lei Roaunet, onde a infra-estrutura do MinC era utilizada de forma desigual e não contínua, impossibilitando a formação de ações sustentáveis.

O Programa abrange as seguintes ações: Pontos de Cultura, Agenda Cultura Viva, Cultura Digital, Escola Viva e Ação Griô. Os Pontos de Cultura, objeto desta pesquisa, são organizações culturais selecionadas por editais públicos para articular e impulsionar as ações que já são desenvolvidas nas comunidades (BRASIL, 2004), desenvolvidas de forma livre e flexível. É propósito do programa preservar a autonomia dos Pontos e evitar o risco de o estado ou a iniciativa privada apoderarem-se da gestão das organizações culturais, por isso não há modelo preestabelecido para o funcionamento dos Pontos de Cultura, “nem de instalações físicas, nem de programação ou atividade” (BRASIL, 2004, p.20). Revela Célio Turino (2006, p.1), secretário de Programas e Projetos Culturais e coordenador do Programa Cultura Viva que o “modelo de construção do programa é flexível, orgânico, menos preocupado com a estrutura e mais com o fluxo, a permanência e as ações continuadas”

O Programa mostra, portanto, uma forma nova de fazer política pública a partir da proposta de utilizar um modelo flexível de gestão. As ações vão sendo realizadas e as experiências acabam por provocar transformações na maneira como são desenvolvidas. O oposto do que se costuma perceber na elaboração e implementação de políticas públicas que é a institucionalização das estruturas e sua forma hierarquizada. A própria cartilha do Programa esclarece que “não tem uma resposta acabada a todo esse processo que apenas se

inicia, mas, tenta identificar caminhos; ou, pelo menos, identificar aqueles caminhos que não devem ser trilhados” (BRASIL, 2004, p.16). Segundo ainda a Cartilha (BRASIL, 2004, p.16) é “uma troca entre iguais que aprendem entre si e se respeitam na diferença”, tenta evitar assim uma estrutura fortemente institucionalizada, pesada na forma de gestão e controle, muito comum na burocracia pública.

Para este contexto, propõe o PCV uma Gestão Compartilhada e Transformadora para os Pontos de Cultura que “tem por objetivo estabelecer novos parâmetros de gestão e democracia na relação entre Estado e Sociedade” (BRASIL, 2004, p. 33). A intenção é que os grupos culturais participem não só para dizerem “o quê” querem (ou precisam), mas para dizerem “como” querem; envolve o empoderamento, a autonomia e o protagonismo social.

A autonomia é concebida como práticas que são realizadas pelos grupos culturais respeitando sua dinâmica própria local, como processos de modificação das relações de poder ou como exercícios de liberdade. Assim não é vista como “uma prática futura, nem espontânea, nem mesmo uma técnica social, política ou cultural, mas a própria realização, os atos concretos de participação e afirmação social” (BRASIL, 2004, p. 34).

Já o protagonismo social ocorre à medida que os movimentos sociais são reconhecidos como sujeitos de suas próprias práticas; podendo, assim, intervir nas políticas de desenvolvimento social, nos hábitos da sociedade e na elaboração de políticas públicas.

Quanto ao empoderamento, é percebido como um processo a ser conquistado pelos Pontos de Cultura. Entende-se que foi a partir da participação dos grupos culturais no Programa Cultura Viva que esses movimentos passaram a ser reconhecidos como sujeitos de manifestações culturais legítimas e, assim, transformaram a relação entre eles e o governo local, passando estes últimos a respeitá-los e reconhecê-los, o que foi retratado no depoimento de Beth de Oxum (coordenadora do Ponto Samba do Coco de Umbigada):

“Nós, o Povo do Santo, aqui em Pernambuco, estamos com a auto-estima levantada. Com o Ponto de Cultura foi a primeira vez que, de fato, fomos reconhecidos como cultura e recebemos uma estrutura para trabalhar. Os terreiros de Candomblé sempre foram vistos com intolerância. Quantas vezes fomos saqueados pela polícia que tirava todos os nossos fundamentos. No porão do Palácio do Campo das Princesas [sede do governo do estado] estão jogados, feito pó, todos os nossos fundamentos, os Ibais [painéis], os Ilu [instrumentos musicais, atabaques] os assentamentos [pedras]. Agora, quando a polícia aparece, nós dizemos: ‘O que vocês querem? Somos Ponto de Cultura, reconhecidos pelo governo federal’. E a zabumba que foi dos nossos avós e tem mais de 150 pode tocar a samba, onde os fundamentos do Santo seguram a Cultura Popular: a ciranda, o samba de coco, o maracatu

e todos os encontros de brincantes” (Beth de Oxum, Ponto de Cultura “Memória e Produção da Cultura Popular – Coco de Umbigada”; Olinda – Pernambuco) - (TURINO, 2006, p.2).

Com o PCV, quer também o Ministério concretizar a articulação entre as organizações culturais a partir dos Pontos, estimulando-os a trabalhar em contato uns com os outros e de forma horizontal, sem qualquer tipo de hierarquia. A pretensão é fazer uma teia que vai entrelaçando as ações culturais já existentes, segundo Célio Turino:

“a idéia de rede ganha aqui centralidade para potencializar a articulação entre as diferentes formas de organização comunitária e do movimento social, e destas com o poder público” (TURINO, 2006, p.1).

A cultura, portanto, seria a base comum para unir a rede. O governo expressa com o PCV seu entendimento que a partir do desenvolvimento da cultura pode-se ter o desenvolvimento econômico, social e humano. O Programa objetiva potencializar a criação e produção local e “encontrar alternativas de desenvolvimento humano sustentável junto às comunidades e movimentos sociais que visa atingir” (BRASIL, 2004, p.38).

3.1 As Outras Ações do Programa

A Ação **Agente Cultura Viva** ocorre junto aos Pontos de Cultura e em parceria com o Ministério do Trabalho, através da Secretaria do Primeiro Emprego, estimulando que jovens entre 16 e 24 anos trabalhem em atividades junto aos Pontos com o auxílio financeiro de R\$ 150,00 mensais. Esta ação tem o objetivo de despertar o interesse dos jovens a profissões relacionadas à cultura e daí possibilitar alternativas nas comunidades periféricas.

Cada Ponto de Cultura define a capacitação que será oferecida aos jovens e a coordenação do Programa contribui com o acompanhamento em educação popular, empreendedorismo cultural e microcrédito. O objetivo desta ação é “fomentar a geração de renda nas próprias comunidades, a partir de uma economia solidária” (BRASIL, 2004).

A ação **Cultura Digital** fornece a cada Ponto de Cultura um kit multimídia compostos por uma pequena ilha de edição com computador conectado à internet, câmeras de vídeo e de fotografia, entre outros equipamentos para que a comunidade possa produzir vídeos registrando as atividades que desenvolvem e para divulgar suas ações.

Disponibiliza ainda o Estúdio Livre¹⁰ que é um espaço na web para armazenamento de produções multimídias, como vídeos, áudios, animações, entre outros, onde os Pontos de Cultura o utilizam para a troca de experiências e discussões políticas.

Todas as tecnologias oferecidas trabalham com softwares livres e com essas ferramentas tecnológicas podem compartilhar suas experiências em gestão pública com todos os Pontos de Cultura em atuação. O MinC entende que esta ação possibilita a inclusão digital, que seria o alicerce para o processo de democratização. E tendo em vista que vivemos numa sociedade que o que mais se valoriza é o acesso à informação, são válidos os esforços para encontrar alternativas possíveis para a inclusão de todos nos processos de aquisição de conhecimento (RIBENBOIM, 2003).

Destaca-se também que a manipulação de todas as tecnologias (seja a produção dos filmes sobre a comunidade e a arte dos Pontos ou a programação das páginas na internet) é criada pela comunidade que a utiliza, resguardando assim seu protagonismo e sua autonomia.

Outra ação do Programa Cultura Viva trabalha com a aproximação da cultura e as escolas: a ação **Escola Viva**, que resgata a integração cultura e educação.

A idéia de criar a ação surgiu a partir do edital do Prêmio Escola Viva, de maio de 2007, que premiava Pontos de Cultura, Pontões, Redes de Pontos ou organizações vinculadas às Redes, que possuíssem iniciativas envolvendo ações intencionais de ensino/aprendizagem. Desta forma, valorizam-se práticas culturais e educacionais desenvolvidas nos Pontos de Cultura, Pontões de Cultura ou Redes de Pontos de Cultura, em conjunto com instituições educacionais formais (escolas públicas) e não formais (museus, bibliotecas, Pontos de Cultura, entre outros).

Esta ação trabalha em duas frentes: a primeira estimula as escolas que já desenvolvem propostas inovadoras, onde a cultura é o elemento estruturante, a apresentarem seus projetos pedagógicos e transformarem-se, assim, em Pontos ou de Pontos em escola cultural brasileira (BRASIL, 2004, p.27). A segunda frente é estabelecer parceria direta com as escolas, por exemplo, a adoção do Segundo Tempo¹¹, programa governamental do Ministério dos Esportes.

¹⁰ O Estúdio Livre é um conceito de ambiente colaborativo em constante desenvolvimento que tem por objetivo a formação de espaços reais e virtuais que estimulem e permitam a produção, a distribuição e o desenvolvimento de mídias livres; os Pontos de Cultura são parceiros e neste espaço virtual promove discussões políticas e trocas de experiências.

¹¹ O Segundo Tempo ocorre antes ou depois do horário das aulas, é “ [...] um segundo turno, [onde] crianças e jovens participarão de oficinas e atividades culturais diversas, integradas ao cronograma escolar, a partir das

A quinta ação é o **Griô** que tem por principal proposta “reaprender com os griôs (ou mestres da tradição oral) o jeito de construir o conhecimento integrado à ancestralidade” (BRASIL, 2004, p.27). Esta ação também tem o propósito de reunir a cultura com a educação.

A palavra Griô “é o ‘abrasileiramento’ da palavra francesa *griot*, usada por jovens africanos que foram estudar em universidades francesas. Eles, movidos pela preocupação com a preservação de seus contadores de histórias, que carregam consigo a tradição oral (“a morte de um *griot* representa um incêndio em uma biblioteca”, diziam), consolidaram um conceito e uma atividade secular entre seu povo, também expressado na palavra *dielis*. Os griôs são pessoas que acumularam conhecimentos das comunidades e podem ser chamados de “patrimônio cultural imaterial” (BRASIL, 2004).

Propõe, portanto, o PCV, com essas ações: (a) a participação direta das organizações culturais nas políticas públicas (de forma democrática e flexível), sem encaixá-las em modelos do “mainstream” empresarial, no intuito de preservar suas identidades e as suas formas de trabalho; (b) aproximar a educação à cultura (tendo em vista que educação e cultura têm o potencial de transformar a realidade das comunidades) e, ainda, (c) viabilizar o trabalho transversal entre os Ministérios do governo (o PCV tem parcerias com Ministério do Trabalho, através do Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego, atuando em parceria na ação Agente Cultura Viva; foi também iniciada uma parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, para a criação de Pontos de Cultura em área rural). Cita-se também a parceria com o Ministério das Comunicações que viabiliza a instalação das Antenas GESAC nos Pontos de Cultura. E, na ação Escola Viva, está em fase de articulação uma parceria com o Ministério da Educação, integrando a ação ao Fórum Mais Educação.

Por tudo que foi apresentado sobre o Programa, vê-se que ele sinaliza para mudanças significativas e em sintonia com os valores e demandas contemporâneas da área cultural: democratização da cultura, diversidade cultural e valorização das experiências locais. Os recursos financeiros e não financeiros deram fôlego para que as comunidades pudessem desenvolver suas atividades culturais, entretanto, após 4 anos de programa, interessa-nos saber qual foi contribuição do Programa Cultura Viva para a sustentabilidade dos Pontos. Para este questionamento, torna-se necessário entender a definição de

diretrizes e parâmetros curriculares que já estabelecem o tema transversal cultura” (Programa Cultura Viva, 2004, p.27).

sustentabilidade, pois não tem um conceito simples, assunto pelo qual nos dedicamos a seguir.

4 Desenvolvimento Sustentável: Origens e Conceito

O crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente [...] para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos. (SACHS, 2008, p.13)

O termo desenvolvimento sustentável precede ao da sustentabilidade; surge na década de 70 quando das discussões sobre uma alternativa para o desenvolvimento a partir do crescimento econômico. Neste período, a corrente Liberal e a corrente Estruturalista antagonizavam-se nos debates sobre modelos de desenvolvimento nos países da América Latina. A primeira é “defensora do mercado como mecanismo regulador por excelência e do individualismo como motor da ação social” (GOULART; VIEIRA; CARVALHO, 2005, p.14), entendiam que copiar os modelos de países desenvolvidos faria com que os demais países atingissem o mesmo patamar de desenvolvimento e crescimento econômico. A segunda corrente questionava essa lógica, “especialmente mediante a formulação de categorias teórico-empíricas como a dicotomia centro-periferia na estruturação do sistema econômico mundial e as características intrínsecas e particulares do subdesenvolvimento” (GOULART; VIEIRA; CARVALHO, 2005, p.14). As transformações econômicas e os acontecimentos da crise de 70 acabaram por negar as expectativas tanto dos modelos sob orientação liberal quanto os keynesianos, pois notaram que, ao contrário do que previam, as transformações ocorreram não só por causa da expansão do mercado, mas também pela regulação social, através de exigências impostas pelo movimento dos trabalhadores e populares, por exemplo, os movimentos ambientalistas.

Segundo Costa e Santos (2007), para muitas organizações de movimentos contestatórios, as catástrofes ambientais ocorridas nos anos 50 e 60 serviram de base para incluir o tema de preservação ambiental nas suas lutas. O movimento dos ambientalistas criticou fortemente o modelo de desenvolvimento em bases estritamente econômicas. Neste contexto, a problemática ecológica passa gradualmente a se deslocar do âmbito nacional para o âmbito internacional, ocorreram importantes eventos na década de 70: a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo, 1972, e a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), em 1975.

Nos preparativos que antecederam a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano, debatiam-se de um lado as idéias do “economismo arrogante” e do outro, o “fundamentalismo ecológico” (Sachs, 2000). A primeira considerava as preocupações com o meio ambiente exageradas e prejudiciais aos países em desenvolvimento, entendia que havia a possibilidade, a partir do desenvolvimento industrial, dos países periféricos poderem se equiparar ao padrão dos países centrais; a segunda apontava uma catástrofe e que o crescimento demasiado da industrialização exauriria os recursos naturais. No encontro de Estocolmo, ambas as posições extremas estavam descartadas, reconheceu-se a necessidade do crescimento econômico, desde que fosse socialmente receptivo e que respeitasse os métodos favoráveis ao meio ambiente na sua implantação (SACHS, 2007).

Destaca-se sobre a proposta extrema de ‘crescimento zero’ os ensinamentos de Sachs:

O desafio consiste na redefinição das formas e usos do crescimento e não na desistência do crescimento. Em todo caso, a proposta de não crescimento baseia-se numa lógica que de certo modo peca, quando invoca o fantasma da exaustão dos recursos: também uma economia estacionária consome recursos. Por que, então, nos contentarmos com um estado estacionário em vez de postularmos uma taxa negativa de crescimento? (SACHS, 1986, p.53).

Ainda na Conferência de Estocolmo (1972), surgiram dos debates dois termos com o propósito de combinar o desenvolvimento econômico com a defesa do meio ambiente: o ecodesenvolvimento e o desenvolvimento sustentável. O primeiro foi criado por Ignacy Sachs e sua abordagem é fundamentada na harmonização entre os objetivos sociais, ambientais e econômicos. Na prática seria, por exemplo, a utilização de novas tecnologias que possibilitassem o reaproveitamento dos resíduos, conservação de energia, água, entre outros recursos; bem diferente do tipo de crescimento considerado pela sociedade capitalista.

Para Sachs (1986, p.10):

O ecodesenvolvimento é um caminho promissor tanto para países ricos como para países pobres. Para estes mais do que nunca, a alternativa se coloca em termos de projetos de civilização originais ou de não-desenvolvimento, não mais parecendo possível nem, sobretudo, desejável a repetição do caminho percorrido pelos países industrializados [...].

O segundo termo – desenvolvimento sustentável – começou a formar-se no encerramento da reunião de Cocoyoc, no México, em 1974, consolidando-se com o

relatório Brundtland, em 1987 (CASTRO, 1996). Na década de 80, a defesa do meio ambiente e da ecologia eram temas centrais nas agendas dos diversos atores; no âmbito internacional, entre 1985 e 1990, foram realizadas dezessete conferências mundiais sobre esta temática (COSTA e SANTOS, 2007). O Relatório Brundtland, conhecido também por “Nosso Futuro Comum”, foi publicado em 1987, pela CMMAD (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento) e é citado como a principal referência no debate sobre sustentabilidade (SANTOS, 2005). Nesse relatório é divulgada uma das definições mais conhecidas sobre desenvolvimento sustentável: é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem as suas (BRUNDTLAND, 1991). O conceito tem ênfase ambientalista; entretanto, quando se trata da esfera social, econômica e cultural “remete para mecanismos de inclusão, crescimento sustentável e preservação da identidade” (GOULART; VIEIRA; CARVALHO, 2005, p.51).

Em 1992, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – a Rio-92 - foi desenvolvida a Agenda 21 que apresenta um conjunto de diretrizes e recomendações sobre como as nações devem agir para que ocorra o desenvolvimento de forma sustentável (Costa e Santos, 2007). O plano de ação proposto pela Agenda 21, que aponta metas para o século XXI, fez o conceito de desenvolvimento sustentável ser concretizado em ações. Suas premissas conduziram vários países a iniciarem seus programas de sustentabilidade.

Embora a Agenda 21 trace um plano global de ação, a pretensão é atuar em atividades locais e por isso, segundo a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD, no capítulo 28 da Agenda 21 Global, reforça que,

[...] a participação e cooperação das autoridades locais será um fator determinante na realização de seus objetivos. As autoridades locais constroem, operam e mantêm a infra-estrutura econômica, social e ambiental, supervisionam os processos de planejamento, estabelecem as políticas e regulamentações ambientais locais e contribuem para a implementação de políticas ambientais nacionais e subnacionais. Como nível de governo mais próximo do povo, desempenham um papel essencial na educação, mobilização e resposta ao público, em favor de um desenvolvimento sustentável.

Muitas nações e regiões, seguindo as recomendações apontadas na Agenda 21 para o desenvolvimento sustentável, criaram as suas próprias agendas. Na Conferência Rio +5, em 1997, cerca de 65 países e duas mil comunidades locais já haviam elaborado sua Agenda 21 e na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (“Rio+10”), que

ocorreu em Joanesburgo, na África do Sul, computa-se no mínimo o dobro desse número (NOVAES, 2003). Contudo, constatou-se, na mesma reunião, que após dez anos, poucas metas tinham sido cumpridas.

Quanto ao conceito de desenvolvimento sustentável, a definição do Relatório Brundtland, embora seja a mais divulgada, é contestada por pesquisadores. Entre as críticas, Castro (1996) aponta que além da indefinição do próprio termo, também não foram considerados, nos debates do relatório, pontos-chave como o conflito de interesses entre Norte-Sul, o poder e influência das empresas multinacionais e seu poder de oposição às iniciativas contrárias às suas estratégias globais.

Pronk & Ul Haq (apud VAN BELLEN, 2002) consideram o desenvolvimento como sustentável quando:

O crescimento econômico traz justiça e oportunidades para todos os seres humanos do planeta, sem privilegiar algumas espécies, sem destruir os recursos naturais que são finitos e também sem ultrapassar a capacidade de carga do sistema.

Para Constanza (apud TOSTES, 2006), o conceito de desenvolvimento sustentável deve estar incluído na relação dinâmica entre o sistema econômico humano e o sistema ecológico. Para essa relação ser sustentável, reforça a importância de assegurar que a vida humana possa continuar indefinidamente, por meio do crescimento e desenvolvimento da sua cultura, observando que os efeitos das atividades humanas permaneçam dentro de fronteiras adequadas, de modo a não destruir a diversidade, a complexidade e as funções do sistema ecológico de suporte à vida.

Conforme Baroni (1992), elaborar uma definição para o conceito de desenvolvimento sustentável ainda produz diversas interpretações, “mas o consenso existe quando se trata de reduzir a poluição ambiental, diminuir o índice de pobreza e eliminar desperdícios”.

Para Sachs (2007), ainda não há uniformidade sobre as dimensões ou essencialidade do desenvolvimento sustentável. Ilustra o conceito como um trevo de 3 folhas – eficiência econômica, conservação ambiental e equidade social; revela ainda a possibilidade de acrescentar outras pétalas: a cultural, a espacial e a tecnológica.

Visto tudo isto, é certo que o conceito de desenvolvimento focado no progresso e crescimento econômico está ultrapassado e, como afirma Hermet (2002, p.81), “na

realidade, o desenvolvimento social, a justiça, a igualdade, a democracia e a proteção ao meio ambiente contam tanto quanto o crescimento”.

Os desastres ambientais do século XX, consequência do modelo de desenvolvimento capitalista (exploratório e consumista), serviram de alerta para a necessidade de se pensar em outra vertente de desenvolvimento. “O fracasso das regras existentes é prelúdio para a busca de novas regras” (KUHN, 1975, p.95).

4.1 Sustentabilidade e suas Múltiplas Perspectivas

Assim como o conceito de desenvolvimento sustentável, a definição de sustentabilidade esteve inicialmente relacionada à questão ambiental e não há conceito único. Segundo Loureiro e Callou (2007, p. 215), a mais difundida definição “refere-se ao não esgotamento dos recursos naturais que poderão ser necessários a gerações atuais e vindouras”. O conceito, portanto, relaciona-se com a idéia de “preservação e de conservação de recursos naturais limitados e não renováveis, ou seja, aqueles gastos sem uma devida racionalização e podendo escassear numa perspectiva futura” (LOUREIRO; CALLOU, 2007, p.215).

A partir do relatório de Brundtland, amplia-se este debate, acrescentando-se outros enfoques, entre eles o social, cultural, financeiro e político. Rattner (2004, p.8) afirma que:

O mais importante avanço na evolução do conceito de sustentabilidade é representado pelo consenso crescente que esta requer e implica democracia política, equidade social, eficiência econômica, diversidade cultural, proteção e conservação do meio ambiente. Esta síntese, ainda que não aceita por todos, tenderá a exercer uma influência poderosa na teoria e na prática social, nos anos vindouros.

Para Bonfim (2008), o termo sustentabilidade passou a ser conhecido e disseminado no âmbito da militância e das conferências mundiais sobre a questão do desenvolvimento sustentável nas décadas de 1980 e 1990. Um dos grandes marcos foi a Conferência Mundial no Rio de Janeiro, a ECO 92, que reuniu atores governamentais e não-governamentais para discutir e propor ações relacionadas à questão do desenvolvimento e preservação do meio ambiente, ou seja, do desenvolvimento sustentável. A Agenda 21 é o documento oficial dessa Conferência, que contém propostas de ações no âmbito internacional e local.

Costabeber e Caporal (apud LOUREIRO; CALLOU, 2007) trabalham com um conceito de sustentabilidade classificando-a nas dimensões social, cultural e econômica de uma sociedade. O estudo da sustentabilidade, por esses autores, é uma busca incessante de pontos de equilíbrio. Os autores apresentam uma perspectiva multidimensional de uma pirâmide constituída pelas seguintes bases: ecológica, econômica, social (primeiro nível); cultural, política (segundo nível) e ética (terceiro nível):

“Na ênfase à dimensão cultural, são consideradas as atitudes respeitadas para com a cultura local (os valores, os conhecimentos, os saberes), e ressaltam que esta dimensão deve ser analisada como ponto de partida nos projetos de desenvolvimento” (COSTABEBER; CAPORAL apud LOUREIRO; CALLOU, 2007).

Esta falta de precisão ao conceito de sustentabilidade, para Rattner (2004), reflete a indecisão prevalente das elites em definir um plano e programa de ação coerentes, que aceitem e incorporem as crescentes críticas dirigidas ao modelo de desenvolvimento convencional e ainda dominante. A fórmula apontada pelos discursos políticos e científicos do desenvolvimento “economicamente viável, socialmente equitativo e ecologicamente sustentável” não se concretiza na prática; ainda não há formas e meios que combine o progresso tecnológico e a produtividade à proteção e conservação dos recursos naturais e do meio ambiente.

Em meio da diversidade de conceitos, é necessário, portanto, definir qual a perspectiva que será considerada nesta pesquisa e, dentre os estudiosos, considera-se os estudos de Sachs (2007) o mais pertinente, pois apresenta a sustentabilidade por 7 dimensões; explora assim na sua obra a multidimensionalidade do fenômeno da sustentabilidade. Apresenta-se, abaixo, a sustentabilidade a partir das dimensões de Sachs¹²:

1. Sustentabilidade social: a primeira dimensão apontada por Sachs (2007) – “vem na frente, por se destacar como a própria finalidade do desenvolvimento, sem contar com a probabilidade de que um colapso social ocorra antes da catástrofe ambiental” (Sachs, 2000, p. 71). Nas palavras de Bonfim (2008) tem como pressuposto “a diminuição das polarizações ricos/ pobres, incluídos/excluídos, informados/não informados etc.”. Prevê, entre outros aspectos, o alcance de um justo grau de homogeneidade social e distribuição equitativa de renda (SACHS, 2007).

¹² Em outra obra, Sachs (2007) desdobra a dimensão da sustentabilidade política (2007) em duas dimensões: político nacional e político internacional.

2. Sustentabilidade cultural: prevê a continuidade e equilíbrio entre o respeito à tradição e inovação, bem como a “capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno, além da autoconfiança combinada com a abertura para o mundo” (Sachs, 2000, p. 85-86). Esta dimensão é apontada por Sachs como a mais difícil de ser concretizada, pois pretende alcançar a modernização sem rupturas da identidade cultural.
3. Sustentabilidade ambiental: afirma o autor que vem em decorrência das dimensões anteriores (Sachs, 2000) – é respeitar e aumentar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.
4. Sustentabilidade ecológica: o uso seletivo e não predatório dos recursos naturais associado ao investimento em pesquisas e tecnologias que viabilizem o desenvolvimento industrial, urbano e rural de forma mais eficiente (Bonfim, 2008).
5. Sustentabilidade econômica: alerta Sachs (2000) que esta dimensão aparece como necessidade, mas de forma alguma é condição prévia para as anteriores. Nas palavras de Bonfim (2008, p.3) é “condição das organizações, comunidades, países e hemisférios de alocar e gerir recursos de investimentos públicos e privados, de forma eficiente”.
6. Sustentabilidade espacial (SACHS, 2000) /territorial (SACHS, 2007): “distribuição territorial equilibrada de assentamentos humanos e atividades” (Sachs, 2000, p. 86).
7. Sustentabilidade política: o autor enumera nesta dimensão três aspectos: “democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos; desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores; e um nível razoável de coesão social”. Aponta ainda um corolário que é a sustentabilidade do sistema internacional: “para manter a paz e para o estabelecimento de um sistema de administração para o patrimônio comum da humanidade” (SACHS, 2000, p. 72).

O autor alerta que esses critérios devem ser interpretados como pontos de referência, “indicadores mais da direção desejada dos processos do que de um estado final”, pois entende que não estamos na presença do ponto zero de uma situação estática (sustentabilidade ou falta de sustentabilidade) (SACHS, 2007). O autor inclusive propõe a utilização do termo desenvolvimento “integral”; sugerindo que todos os adjetivos dados ao desenvolvimento (econômico, social, político, cultural, sustentável – ecologicamente – e humano) sejam substituídos pela palavra “integral”, enfatizando seu entendimento que o

desenvolvimento sustentável ocorre em diversas dimensões, não podendo ocorrer de forma isolada.

É a perspectiva multidimensional do conceito de sustentabilidade que guia esta pesquisa. O ambiente percebido a partir de uma visão mais ampla considerando a pobreza, a desigualdade social, a falta de trabalho, as concentrações urbanas e tantos outros problemas que estão intrinsecamente relacionados. O enfoque dado à cultura no trabalho reflete o entendimento de usá-la como um meio para este tipo de desenvolvimento - o sustentável: deslocar, assim, a cultura de uma posição subalterna para estratégia de desenvolvimento. É transformar a ideologia do Estado como provedor do setor cultural e começar a elaborar estratégias que viabilizem a sustentabilidade das organizações culturais. Na verdade, Celso Furtado (1984) já indicava que o debate sobre as opções do desenvolvimento exigia uma reflexão prévia sobre a cultura brasileira. O autor afirmava que:

“uma política cultural que se limita a fomentar o consumo de bens culturais tende a ser inibitória de atividades criativas e a impor barreiras para a inovação [...] A política de desenvolvimento deve ser posta a serviço do processo de enriquecimento cultural” (FURTADO, 1984, p. 32).

O autor indagava, portanto, sobre como seria a relação entre a cultura como sistema de valores e o processo de desenvolvimento das forças produtivas; como os primeiros poderiam evitar a contaminação de padrões de comportamentos estrangeiros.

4.2 Sustentabilidade Organizacional

Pode-se analisar a sustentabilidade sob dois âmbitos: o mais geral, que trata da sociedade e do ambiente, e o organizacional. O primeiro âmbito trata da sustentabilidade relacionada ao ecossistema (TOSTES, 2006), os autores apresentados no item anterior trabalham sob esta perspectiva mais ampla. Esta pesquisa, por ter as organizações culturais como objeto de estudo, trabalhará com o segundo âmbito.

Assim como ocorre com seu conceito, as variáveis para a análise da sustentabilidade organizacional não são únicas, variam na concepção dos autores. Segundo Falconer (1999 apud MAGALHÃES et all, 2005), a sustentabilidade organizacional é obtida através da “combinação ótima das fontes de financiamento”; pois considera que a forma de captação de recursos é que assegura a autonomia e o reconhecimento das organizações. Entende

também que a preocupação com a aquisição dos recursos - sejam eles financeiros, materiais ou humanos – deve acompanhar o cuidado de utilizá-los de forma eficiente e duradoura, para que a organização alcance seus propósitos de maneira continuada.

Cruz e Estraviz (2000 apud MAGALHÃES et all., 2005) também associam a sustentabilidade à captação de recursos: para a sua manutenção e dos seus projetos, as organizações devem se preocupar em obterem recursos e não podem restringir-se a uma única fonte. Os autores dividem as fontes de captação de recursos em sete grupos: indivíduos, eventos especiais, empresas, governo, fundações, instituições religiosas e geração de renda própria.

Para Ramos (apud Tostes, 2006), a sustentabilidade de uma organização é aquela que se baseia no tripé de viabilidade econômica, equilíbrio ecológico e inclusão social. A autora afirma que o conceito traz uma relação entre os fatores econômicos e ambientais, e a sua implantação depende que os envolvidos se preocupem em manter o meio ambiente também para as gerações futuras.

Noletto (2003) acrescenta a importância das parcerias – é fundamental saber selecionar parceiros, avaliar os riscos e identificar os fatores que justificam e levam à procura da parceria. Aponta a parceria como “o grande desafio das organizações que desejam crescer em suas frentes de atuação”.

Já Menezes (2008), em seus estudos sobre ONGs, fala que a sustentabilidade se confirma com a consolidação de alguns pressupostos fundamentais para desenvolver e executar seu trabalho que seriam, por exemplo, “a qualificação da equipe técnica da ONG; o impacto de suas ações para o público-alvo, bem como de seu efeito multiplicador; e a implantação de uma política de planejamento, monitoramento e avaliação do trabalho desenvolvido”. Salienta ainda a importância de se levar em conta, na sustentabilidade institucional, as inter-relações entre aspectos operacionais, comportamentais e aqueles aspectos inerentes a sua existência como organização (a missão, a visão e a proposta política de intervenção no mercado social), objetivando, assim, a eficácia dos resultados.

Para Armani (2006), o termo sustentabilidade organizacional passou por alguns avanços conceituais, desde a década de 1980, período marcado pelo desenvolvimento expressivo de organizações da sociedade civil no Brasil. O conceito de sustentabilidade para as ONGs restringia-se a autosustentação; após discussões sobre o tema, adquiriu maior complexidade.

Armani (2006) apresenta 3 avanços conceituais: o primeiro desconstrói a idéia que a organização tem que ser autosustentável. O segundo avanço diz respeito ao projeto institucional permanente, o qual pode ser definido “como a capacidade institucional de se relacionar criativamente com ambientes instáveis, visando à credibilidade da sua imagem perante a sociedade” (Magalhães et all., 2005, p.6). E terceiro, a organização deve constantemente reinventar-se para ser sustentável – deve acompanhar as transformações sociais para continuar atendendo ao seu propósito social. Em síntese, segundo Armani (2006, p.6):

Se, no nível micro de uma organização em particular, a sustentabilidade pode ser definida como a capacidade de sustentar de forma duradoura o valor social do projeto institucional a partir da interação criativa com contextos mutáveis; no nível macro-social, a sustentabilidade pode ser tomada como o grau de correspondência (legitimação social pública) entre a ação coletiva das ONGs e as concepções, políticas e mecanismos (públicos e privados) de enfrentamento da pobreza e das desigualdades e de promoção do desenvolvimento.

Todos esses autores contribuíram para a construção do quadro analítico elaborado para analisar a sustentabilidade dos Pontos de Cultura a partir da implementação do Programa Cultura Viva. “Desmistificaram”¹³ o conceito de sustentabilidade que ora foca somente o aspecto ecológico (conforme as origens do termo) ou ora somente os aspectos econômicos, como de regra recaem as análises organizacionais. A perspectiva aceita é a multidimensionalidade, optando pelas variáveis política, social, econômica e técnico-gerencial.

Feito um levantamento bibliográfico destaca-se o estudo de dois autores que em suas pesquisas sobre sustentabilidade de ONGs elaboraram quadros analíticos que nortearam a construção das dimensões utilizadas nesta pesquisa: os trabalhos de Armani (2001) e Tostes (2006).

4.3 Dimensões e Indicadores para a Análise da Sustentabilidade Organizacional: Modelos Inspiradores da Pesquisa

Não há um modelo único que apresente os indicadores e parâmetros para a análise da sustentabilidade. O modelo de Armani (2006) foi desenvolvido para a análise da

¹³ Expressão utilizada por Tostes (2006) em seus estudos sobre a sustentabilidade em ONG da Bahia.

sustentabilidade de ONGs, devido as significativas transformações nas estruturas destas e para responderem ao novo contexto brasileiro que estavam inseridas, cita-se: a participação de novos atores no campo social (Organizações Sociais, OSCIP, fundações de filantropia empresarial, Instituto para a Responsabilidade Social – Ethos); nova geração de entidades dentro do Terceiro Setor que se mostravam muito mais aptas às mudanças do Estado brasileiro; o investimento das empresas em educação, criando fundações filantrópicas, bem como as alterações da legislação, possibilitando o reconhecimento das ONGs como organizações privadas, mas com fins públicos.

Todas essas mudanças geraram profundas transformações de caráter organizacional e operacional e, nessa nova realidade, elas passam a buscar incessantemente o seu desenvolvimento institucional e a sua sustentabilidade (TOSTES, 2006).

Entre os diversos desafios, as organizações precisavam qualificar tecnicamente o trabalho, clarear e compartilhar o projeto político/missão institucional, promover uma cultura e metodologias/instrumentos de planejamento estratégico e de monitoramento e avaliação, aperfeiçoar os mecanismos de gestão, qualificar a participação interna e a democratização dos processos decisórios etc. (TOSTES, 2006). Com isso, cada entidade passa a ter de dedicar mais tempo, pessoas e recursos para atividades-meio relativas ao fortalecimento das condições de sua sustentabilidade política e financeira (ARMANI, 2006).

Assim, a sustentabilidade é trabalhada a partir de uma série de fatores que influenciam no “êxito duradouro” das ONGs e ao desenvolvimento institucional¹⁴ como fator crucial para a ocorrência da sustentabilidade. O autor aponta a importância da credibilidade, legitimidade, capacidade de gestão estratégica, habilidade e força para influenciar processos políticos das políticas públicas, mecanismos de governança institucional entre outros.

Partindo de uma dupla dimensão (nível de cada organização e nível mais geral do conjunto das ONGs), Armani (2006) formula algumas variáveis com seus respectivos indicadores para avaliar a sustentabilidade.

¹⁴ Armani revela que “embora exista uma rica discussão sobre o desenvolvimento organizacional e institucional das organizações não-governamentais brasileiras, não existe uma definição clara e compartilhada do que seja o desenvolvimento institucional” (Tostes, 2006, p. 40). Não aprofundaremos a discussão neste trabalho por não ser a linha escolhida para a análise nesta pesquisa.

Quadro 3: Indicadores para a análise da sustentabilidade das ONGs

Indicadores de sustentabilidade – variáveis ao nível da organização	Indicadores de sustentabilidade – variáveis no conjunto das organizações
<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade de geração/captação de recursos em relação às necessidades (trienais ou anuais) de recursos da organização; - Índice de diversificação das fontes de apoio, tanto em número como no tipo de financiadores; - Proporção das receitas não-vinculadas (provenientes de geração própria e de apoios de carácter institucional) em relação às receitas vinculadas (apoios específicos a programas e projetos, entre outros); - Grau de dependência em relação a recursos de origem internacional (presumindo-se que, no longo prazo, a organização é tanto mais sustentável quanto maior for a extensão de recursos acessados no próprio país); - Nível e tipo de condições (técnico-gerenciais e políticas) e expectativas expressas pelo financiador (em relação à autonomia da ONG). - Densidade das relações com financiadores e grau de interlocução sobre propensões institucionais e escolhas estratégicas mútuas; - Grau de desenvolvimento e qualidade dos instrumentos de <i>accountability</i> e de demonstração de resultados da organização; - Nível de desenvolvimento “interno”: (i) grau de relevância social contextualizada da missão e da estratégia de intervenção institucional; (ii) grau de compartilhamento da identidade e da missão e/ou nível de tensões e de conflitos; (iii) grau de estabilidade e efetividade das estruturas e modos de governança da instituição; (iv) capacidade e parâmetros para gestão estratégica (utilização de instrumentos gerenciais, PMA, entre outros), e (v) perfil ético político, qualificação técnica e índice de rotatividade dos recursos humanos. - Nível de desenvolvimento “ampliado”: (i) credibilidade (e grau de conhecimento) da organização diante de seu público beneficiário, movimentos sociais, outras ONGs, agências de cooperação etc.; (ii) capacidade para influenciar processos de mobilização social e de impactar a agenda pública e as políticas públicas, e (iii) capacidade para estabelecer diálogo, parcerias e trabalho conjunto com outras instituições. 	<ul style="list-style-type: none"> - Grau de credibilidade agregado às ONGs como setor em nível nacional e internacional; - Grau de iniciativa e participação do setor na interlocução pública sobre seu marco legal e sobre as formas de apoio públicas e privadas ao setor ONG no país; - Grau de desenvolvimento e amadurecimento quanto à legislação específica sobre apoio às ONGs; - Capacidade das ONGs enquanto “campo” para dialogar e influenciar as concepções políticas e modalidades de apoio dos financiadores nacionais e internacionais; - Grau de aceitação por parte da legislação específica (principalmente a legislação pertinente às OSCIPs) e por parte dos governos (municipais, estaduais e federal) de que as ONGs devem manter-se como sujeitos políticos autônomos, mesmo quando apoiadas com recursos públicos; - Qualidade dos padrões e instrumentos de controle social sobre as ONGs financiadas por recursos públicos.

Fonte: Adaptado de Armani, 2006.

Armani acrescenta, ainda, nove parâmetros, a seguir analisados a partir de Tostes (2006, p.41), que também auxiliam no estudo da sustentabilidade:

1. Base social, legitimidade e relevância da missão: refere-se à amplitude da base social das organizações e das suas alianças; também relevante é analisar quais são os fatores e o nível de legitimidade perante sua base, seus apoios, a mídia, o poder público, as universidades, as igrejas etc.

2. Autonomia e credibilidade: “neste tocante é fundamental ver qual o grau e as formas de ‘responsabilização pública’ (accountability) da organização, isto é, seu grau de transparência e suas formas de prestação de contas para os mais próximos e para a sociedade. Qual o grau de autonomia da organização e quais os fatores que podem pô-la em risco. E também ver em que medida a organização tem ‘poder de convocatória’ e é capaz de tornar-se referência pública para questões específicas (ARMANI, 2001, p. 26).

3. Sustentabilidade: a análise parte da “compatibilidade entre o nível da receita e as necessidades da organização, assim como os tipos de receitas e de financiadores e suas ‘condicionalidades’, o nível de recursos próprios, a relação entre financiamento institucional e por projeto, o grau de financiamento nacional, e as potenciais tensões entre missão e sustentabilidade (ARMANI, 2001, p. 27).

4. Organização do trabalho e gestão democrática e eficiente: reflexão sobre questionamentos como “quão adequadas e eficientes são as formas de organização do trabalho? Como se dá o processo de tomada de decisões e quão participativo e democrático ele é? Qual é o grau de delegação de responsabilidades? Quão eficientes são os instrumentos da gestão administrativo-financeira?” (ARMANI, 2001, p. 27).

5. Quadro de recursos humanos adequados: análise das pessoas que trabalham nestas organizações – quanto aos aspectos da “adequação a quantidade, o perfil (ético, político, de gênero etc.) e da qualificação técnica dos recursos humanos e oportunidades de capacitação” (ARMANI, 2001, p. 27); observam-se também os níveis salariais e as condições de trabalho; bem como analisa as formas alternativas de agregar colaboradores (voluntários, militantes, estagiários, cooperantes e outros).

6. Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação (PMA) participativo e eficiente: trata do “grau de desenvolvimento e consolidação do sistema de planejamento, monitoramento e avaliação do trabalho, e o grau de adequação ao tipo de trabalho e ao tipo de organização; grau de flexibilidade e inovação no uso dessas ferramentas, e estímulo ao aprendizado contínuo; utilização de indicadores, e nível de participação dos beneficiários e de outros parceiros no processo de PMA” (ARMANI, 2001, p. 27).

7. Capacidade de produção e sistematização de informações e conhecimentos: trabalha a “capacidade de pesquisa e de produção de dados e informações relevantes socialmente assim como a capacidade de sistematizar e de socializar experiências, e o grau de contribuição à construção de

argumentos fundamentados para o debate público e acadêmico sobre questões sociais e de desenvolvimento” (ARMANI, 2001, p. 27).

8. Poder para influenciar processos sociais e políticas públicas: é a “capacidade de planejar, promover e influenciar processos de mobilização, organização e articulação sociais, especialmente a capacidade de incidir sobre o processo de constituição de atores e movimentos e sobre as políticas públicas” (ARMANI, 2001, p. 27).

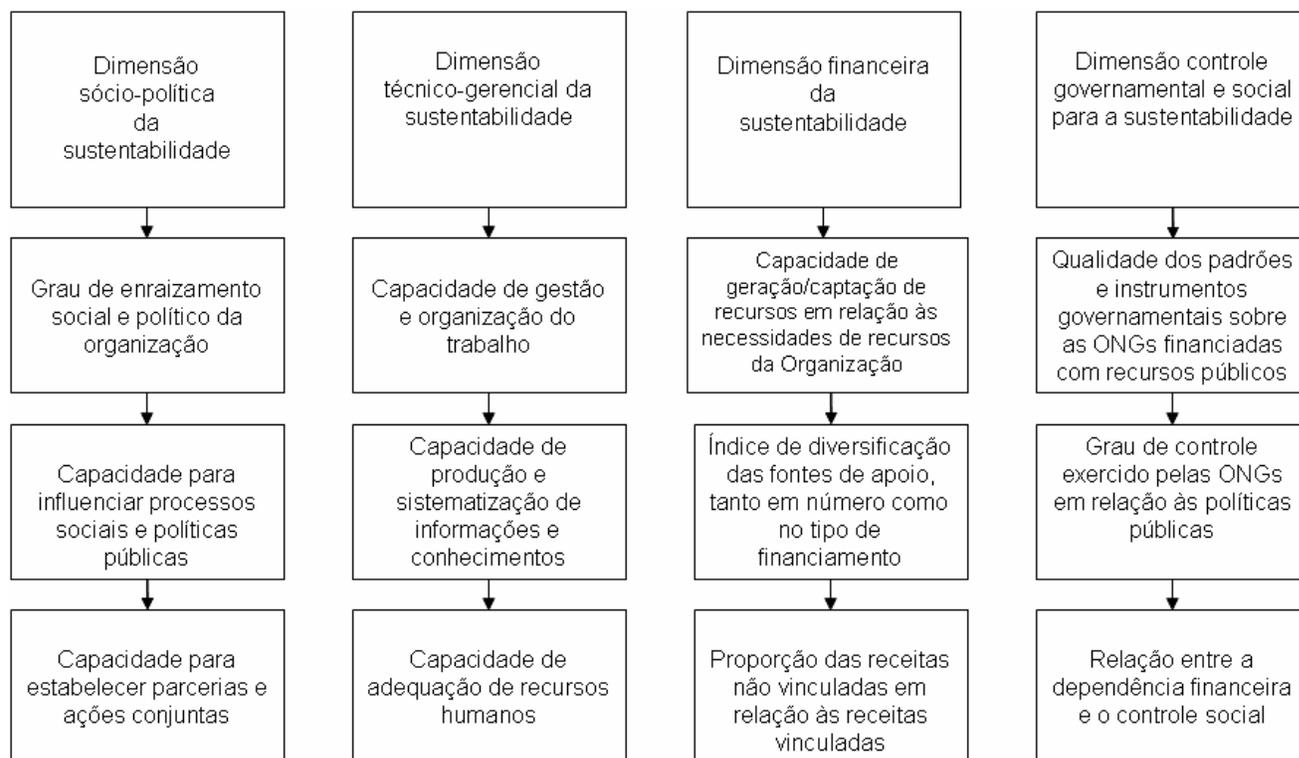
9. Capacidade para estabelecer parcerias e ações conjuntas: diz respeito às “iniciativas e consolidação de parcerias na sociedade civil, participação em redes de intercâmbio, atuação conjunta com outros atores de forma consorciada. Também a capacidade de interlocução com o poder público, com órgãos de pesquisa, com a mídia e com o setor privado” (ARMANI, 2001, p. 28).

A combinação e a adaptação dos nove parâmetros com os indicadores de sustentabilidade (variáveis em nível da organização e variáveis em nível do conjunto das organizações) serviram para subsidiar a construção do modelo de análise de sustentabilidade elaborado por Tostes (2006) para a análise do Instituto Arco Íris, entidade não-governamental, qualificada como uma OSCIP, fundada em meados de 1997 por pessoas que conviviam com HIV/Aids, seus familiares, amigos e profissionais de saúde. Entendendo que o modelo de Armani se embasou numa perspectiva quantitativa, a autora fez adaptações por querer para a sua pesquisa uma abordagem qualitativa. A denominação de indicadores/parâmetros proposta por Armani (2006) foi substituída pela autora pelo termo categorias, por considerar que esta terminologia era mais apropriada à abordagem metodológica utilizada¹⁵.

A estrutura de análise de Tostes tem 4 dimensões e cada uma com 3 categorias conforme figura a seguir:

¹⁵ Indicador de sustentabilidade é a representação quantitativa de certo parâmetro que fornece informações sobre um fenômeno que é importante para o desenvolvimento sustentável. Isso significa que a escolha dos indicadores é um reflexo da maneira como é definida a sustentabilidade, da escolha do sistema de referência para o qual se procura a sustentabilidade e da escolha das informações para representar o modelo escolhido (BRUYN; DRUINEN apud TOSTES, 2006).

Figura 1: Dimensões e Categorias para a Análise da Sustentabilidade das ONGs por Tostes



Fonte: ARMANI (2001).

Na **dimensão sócio-política**, a autora trata, na primeira categoria, do enraizamento social e político da organização, onde analisa o grau de aproximação das ações da ONG com a comunidade. Na segunda categoria - capacidade para influenciar processos sociais e políticas públicas – pode-se perceber a legitimidade da organização, autonomia e potencial para sugerir e transformar as políticas públicas; e a última categoria – capacidade para estabelecer parcerias e ações conjuntas – analisa-se a importância das parcerias para a sustentabilidade da organização.

A **dimensão técnico-gerencial** trabalha com a capacidade de gestão e organização do trabalho, onde podemos caracterizar a forma de gestão praticada nas organizações (o quão participativo e democrático é o processo de tomada de decisão). Na segunda categoria – capacidade de produção e sistematização de informações e conhecimentos – trabalha-se com a forma como as experiências e informações são compartilhadas entre as ONGs, revelando a importância de trabalhar em rede. E a terceira categoria – capacidade de

adequação de recursos humanos – permite identificar o perfil das pessoas que trabalham nas organizações, bem como observar a habilidade/capacidade para o trabalho.

Na **dimensão financeira**, a sustentabilidade é analisada a partir da capacidade de geração/captação de recursos em relação às necessidades de recursos da organização, podendo aqui fazer uma análise da quantidade e tipo de fonte de receita, as dificuldades na captação de recursos e as estratégias adotadas para superá-las.

A quarta **dimensão – controle governamental e social** – possibilita a análise dos padrões e instrumentos de controle do governo quanto à sustentabilidade das organizações. Aqui também observamos o grau de controle exercido pelas organizações em relação às políticas públicas, bem como a relação entre a dependência financeira e o controle social.

Afirma a autora que a análise de todas essas dimensões resulta em um bom diagnóstico da realidade organizacional e o seu potencial para desenvolver-se de forma sustentável. Todas as categorias foram levadas em consideração para a construção do quadro analítico proposto para este trabalho, adequando à realidade dos Pontos de Cultura, objeto de análise deste estudo.

5 Metodologia do Estudo

É indispensável em um trabalho científico a utilização de um método. A escolha do método adequado é fundamental para que os objetivos do trabalho sejam alcançados, pois ele possibilita maior objetividade e permite ser compreendido e discutido entre as pessoas que terão acesso ao conhecimento gerado pela pesquisa.

Nesta sessão, tendo em vista os objetivos traçados, apresento o delineamento da pesquisa, fontes de coleta de dados, as organizações estudadas, dimensões para análise e a técnica para tratamento dos dados.

5.1 Delineamento da Pesquisa

Esta pesquisa procura identificar as contribuições de um programa de governo – o Cultura Viva – para a sustentabilidade das organizações culturais vinculadas a ele – os Pontos de Cultura. A estratégia adotada foi a abordagem *qualitativa*, pois este tipo de pesquisa está baseada em “uma visão que a realidade é construída por indivíduos interagindo com seu mundo social” (MERRIAM, 1998, p. 6). De acordo com Denzin e Lincoln (2006, p.17) “consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo”, onde os pesquisadores “estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem”.

5.2 Coleta de Dados

Em pesquisas qualitativas deve-se utilizar diferentes meios de coletas de dados a fim de combinar diversas fontes para garantir uma melhor compreensão do fenômeno, aproximando-se o máximo possível da realidade (GIL, 1994). Para este estudo escolheu-se as técnicas: entrevistas semi-estruturadas, observação não-participante, análise documental e levantamento bibliográfico.

Por participar do grupo de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional-UFPE, tive acesso a material com entrevistas aos Pontos em áudio, vídeos de eventos e atas de reuniões de onde pude retirar relevantes verbalizações que auxiliaram na análise da temática. Entretanto, foi necessário ir a campo, visitar Pontos de Cultura, conversar com seus integrantes, para o melhor entendimento da realidade pesquisada.

Em Pernambuco são 44 (BRASIL, 2008) Pontos de Cultura, destes escolhi 3 Pontos para serem entrevistados. A escolha destes Pontos não foi aleatória, mas baseada em critérios: (a) grupos que já desenvolviam suas atividades antes de serem Pontos de Cultura; (b) que tivessem tradição na comunidade; e (c) 2 (dois) dos grupos apresentassem estrutura formal (Ponto Negras Raízes e Ponto Quartas Literárias) e o outro grupo, não (Ponto Coco de Umbigada).

Entrevistei os coordenadores destes 3 (três) Pontos de Cultura a partir de um roteiro de entrevista semi-estruturada (Apêndice 1). A entrevista semi-estruturada, conforme Triviños (1987, p.146), é:

[...] aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.

Quanto à observação não-participante, visitei os Pontos de Cultura escolhidos, o que possibilitou um contato direto da pesquisadora com o campo. Esta proximidade permitiu maior conhecimento do contexto social das organizações e pode-se perceber a legitimidade dos Pontos perante a comunidade onde estão inseridos, bem como conhecer os seus integrantes, a sua articulação com outras organizações culturais e com os órgãos do governo. O propósito também foi conhecer as práticas gerenciais destas organizações, as mudanças ocorridas a partir do Programa Cultura Viva e a forma como o Programa vêm sendo implementado – para, assim, perceber se suas ações contribuem para o crescimento dos Pontos de forma sustentável.

A participação em reuniões dos Pontos, organizadas pela regional do MINC, também foram fundamentais, pois possibilitaram o acesso a representantes não entrevistados na pesquisa.

A análise documental deu-se por pesquisas em livros, dissertações e teses, revistas, discursos oficiais, atas de reuniões e demais documentos, notícias, sites na internet. Foram também considerados os textos de legislações pertinentes ao tema.

5.3 As Organizações Estudadas

5.3.1. O Centro Cultural Coco de Umbigada

O Centro Cultural Coco de Umbigada é uma organização que tem por objetivo dar continuidade às tradições da cultura afro-brasileira especialmente o coco de umbigada, dança que tem mais de 100 anos de existência. O Centro está localizado em Guadalupe, bairro em Olinda-PE, e há 10 anos iniciou suas atividades. Tem suas raízes na sambada da família de coquistas da Aldeia de Paratibe-Paulistas-PE – família Barbosa - que realizavam esta manifestação de forma espontânea e tradicional: era cantada, dançada e improvisada por mestres anônimos da nossa cultura popular. Com a morte de dois dos seus representantes mais velhos - os avós Mestre João Amâncio e Mestre Zé da Hora no século passado – o coco se calou na aldeia por quase 40 anos.

O resgate desta dança popular vem sendo realizado nos últimos 26 anos, principalmente pela mãe-de-santo Beth de Oxum, casada com um descendente nato da aldeia de Paratibe. Foi em junho do ano de 1998 que a família voltou a fazer o coco, assim descrito por Beth de Oxum:

[...] a gente [no terreiro] tem o Coco, que é uma brincadeira que tem no Nordeste. Ela, dita pelos pesquisadores, nasce nas senzalas, se prolifera Nordeste afora: Coco de praia, de salão, de rojão, de furada, de quebrada, de pisada, de embolada, ente muitos outros o Coco de Umbigada que é a vertente que a gente traz e... cada lugar que ela chega ela tem uma especificidade, uma peleja diferente, os instrumentos mudam. Ela tem uma peculiaridade que é a pisada, a roda, praticamente quase todas as vertentes do Coco têm a roda, é uma brincadeira que tem a gira, a energia da gira, onde as pessoas se vêem, se percebem. (Beth de Oxum, 2008)

Não foi um movimento fácil. O primeiro desafio foi convencer os mestres e suas famílias a retomarem o coco. O segundo desafio foi enfrentar a intolerância às suas crenças religiosas de matriz africana por parte da igreja católica, dos evangélicos e das autoridades

policiais - nos dias que ocorriam a sambada, a polícia rondava o terreiro de 4 a 5 vezes por apresentação.

Inicialmente as apresentações se realizavam no quintal do terreiro de Beth de Oxum, mas, devido o aumento no número de pessoas que vinham assistir a apresentação, foi para a rua, tendo em vista que a casa ficou pequena para receber o público. Além da sambada, também são exibidos filmes sobre a cultura afro-brasileira no cine-clube, localizado, antes de ingressar no PCV, na casa de Beth.

O principal objetivo de realizar a sambada é fazer a família voltar a dançar o coco, e, assim, repassar para os jovens e crianças as tradições de seus ancestrais, possibilitando o conhecimento das músicas de raiz, tendo em vista que essa geração só tem contato com as músicas tocadas nas rádios e apresentadas na TV. A pretensão de Beth é divulgar as músicas do coco e do maracatu:

O que se toca na televisão e o que se toca no rádio? Não se conhece música de raiz, não se escuta música de raiz, então se a gente não botar na roda, se a gente não botar para fora, não botar na rua, eles [descendentes] não vão saber... eles só vão saber o que toca realmente na rádio, na televisão. Atitude! Vamos botar essas coisas para fora, vamos abrir esse baú, vamos cantar Coco, vamos convidar o povo que canta, porque enterrar quem teve Coco há 100 anos atrás, não é possível que não tenha ninguém vivo ainda para cantar (Beth de Oxum, 2008).

O grupo também formou, há 4 anos, o coco de umbigadinha que é a sambada das crianças, que aprendem a tradição do coco nas oficinas ministradas pelos mestres, ou por Beth e sua família. São elas que abrem a sambada todos os primeiros sábados dos meses:

[foi] cantando, botando todo mundo na roda para cantar, quer dizer, a onda é botar todo mundo pra cantar, todo mundo pra dançar, e assim é que a gente faz: ensinando a eles começou a rolar o Coco de Umbigadinha (Beth de Oxum, 2008).

Por localizar-se num bairro carente de Olinda, o Centro Cultural Coco de Umbigada realiza oficinas para os jovens da comunidade, a grande maioria sem muita perspectiva de trabalho nem capacitação. Para os integrantes do grupo, este trabalho, seja com a música e dança ou com os ensinamentos nas oficinas, representa um meio de reforçar a renda da família, bem como tirar da ociosidade e dos vícios as crianças e jovens do bairro.

Em 2004, com o lançamento do Programa Cultura Viva, viram a possibilidade de dar maior visibilidade a suas atividades, estruturar a rádio comunitária e uma sala para a inclusão digital, bem como a conquista de uma nova sede para o Centro. Não tinham, na

época da seleção do PCV, CNPJ (um dos critérios exigidos pelo edital), por isso inscreveram-se no programa tendo como entidade proponente a ONG de Direitos Humanos e Desenvolvimento Local Sustentável - Djumbay, e tornaram o terreiro num Ponto de Cultura. Embora mantivessem uma relação harmoniosa com a ONG, em 2007, a organização obteve o seu registro e o CNPJ, pois necessitavam de mais autonomia, principalmente quanto ao aspecto da gestão financeira (a entidade proponente recebia parte da verba por ceder a sua identidade institucional).

Percebeu-se, na entrevista com Beth de Oxum, que a decisão do grupo participar do PCV foi motivada pelo aspecto financeiro – o repasse das verbas públicas, o investimento em equipamentos (o kit multimídia), mas principalmente pela possibilidade do grupo, uma vez conveniado com o MinC, ter maior visibilidade junto a sociedade, bem como pela oportunidade de, pela primeira vez, ver grupos de cultura popular participando das políticas públicas.

Hoje, no Centro, atuam dois Pontos de Cultura: o Núcleo de Memória e Produção de Cultura Popular Coco de Umbigada e o Ensino de Mãe Preta. O primeiro tem o objetivo de tornar-se “referência na produção, pesquisa e acervo da cultura popular, em especial a cultura do coco” (BRASIL, 2006). O segundo tem por propósito o empoderamento e valorização da comunidade de candomblé do Recife, com foco no gênero feminino (as mães-de-santo do candomblé).

5.3.2 O Centro Cultural Luiz Freire

O Centro Cultural Luiz Freire (CCLF), localizado em Olinda – PE, é uma organização não-governamental que atua, desde 1972, com o propósito de contribuir para “o movimento de reordenamento político-institucional do país e para o fortalecimento das organizações populares” (ITEIA, 2009). Surgiu de um grupo de pessoas, que em época da ditadura militar, reuniam-se em um dos casarões do sítio histórico de Olinda para discutir sobre democracia, produzir atividades culturais e projetos de desenvolvimento comunitários (ITEIA, 2009).

Sua missão, apresentada no site do CCLF, é:

Contribuir para a radicalização da democracia na sociedade, promovendo a expansão, qualificação e consolidação da participação

cidadã e da prática dos Direitos Humanos, vivenciados como um processo educativo e cultural (CCLF, 2006).

Nos seus primeiros anos, já se pode destaca resultados significativos das suas ações: a criação da Lei do Prezeis¹⁶ (resultado da assessoria jurídica do CCLF à organização do movimento popular pelo direito à moradia) e a criação, em 1984, da primeira televisão de rua da América Latina – a TV VIVA (instalada no casarão do CCLF), que tem por missão “a radicalização da democracia na sociedade e no estado, pela efetivação dos direitos humanos e combate às exclusões” (TV VIVA, 2009).

No Centro, são trabalhados diversos eixos temáticos: criança e adolescente, direitos humanos, educação, indígenas e quilombolas. Os aspectos políticos, como a discussão sobre a democracia, também são pauta para os debates e atividades desenvolvidas no Centro. A partir de suas ações o CCLF quer consolidar o seu papel como ator político em áreas de atuação em conformidade com os desafios da conjuntura nacional, destaca-se: sua participação na fundação do Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH e no movimento pró-constituente; colaborou na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente; estimula a prática do monitoramento de políticas públicas na área de justiça e segurança; participou da criação da Associação Brasileira de ONGs - Abong; articula e/ou promove divulgação das ações dos diferentes atores sociais e movimentos populares; integra o Movimento Latino-Americano de Vídeo e participa da cena cultural pernambucana (ITEIA, 2009).

São realizados seminários, grupos de discussão e oficinas na sede do CCLF, entre elas as oficinas de leitura – o projeto Quartas Literárias, que se tornou Ponto de Cultura, surge neste espaço.

Inicialmente, a proposta das Quartas Literárias era realizar apresentações dos trabalhos resultantes das oficinas oferecidas no CCLF, mas já nos primeiros meses houve uma participação significativa do público externo que mesmo sem divulgação, compareceu ao CCLF para participar das apresentações. As Quartas Literárias, portanto, foram criadas pelos professores eicineiros a partir da idéia de resgatar as antigas rodas, para refletir sobre o direito à brincadeira, ao lazer e ao ócio – um espaço alternativo para

¹⁶ O PREZEIS - Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social, é uma experiência, em Recife, no campo dos programas de urbanização de favelas, que se tornou referência para a gestão municipal no Brasil, que culminou, após debates com as organizações populares, em lei (Lei N° 14.947/87).

experimentação artística, tendo a literatura como principal eixo, mas dialogando com outras linguagens artísticas (teatro, fotografia, dança e música).

O ingresso no PCV ocorreu em 2006, com o objetivo de reestruturar a ação, desde a infra-estrutura à sistemática de organização das apresentações e divulgação das mesmas, e ainda trazer melhorias para as oficinas; o projeto foi chamado de “Requalificação das Quartas Literárias”.

5.3.3 O Centro Maria da Conceição

O Centro Maria da Conceição foi criado em 1982 por um grupo de moradores do Morro da Conceição, um bairro pobre de Recife – PE, preocupado com a falta de espaço e atividades de educação, cultura e lazer para os jovens e crianças dos bairros. O nome do Centro é em memória a Dona Conceição, mulher negra que foi moradora do bairro e sempre preocupada com o bem-estar da sua comunidade. As ações do Centro refletem os ensinamentos que Dona Conceição repassou em vida, principalmente, o acolhimento e aconselhamento dos jovens e adultos da comunidade e o estímulo ao trabalho coletivo para a solução das necessidades da comunidade.

Tem por missão:

Promoção do protagonismo na perspectiva do estímulo a identidade ambiental, de gênero e étnico-racial, utilizando a pedagogia Aprendizagem pela Prática Cultural como instrumento de repasse de informações, formação técnica-educativa e incentivo ao desenvolvimento sustentável em morros e comunidades remanescentes de quilombo (BRASIL, 2009-A).

É propósito do Centro educar a partir da valorização da cultura local, propagando o respeito as diferenças e principalmente a valorização dos valores e princípios dos povos africanos.

Entre as ações desenvolvidas pelo Centro, cita-se: a Escola/Creche Maria da Conceição (desenvolve atividades educativas e artísticas, tendo como proposta pedagógica repassar os conhecimentos do currículo escolar tradicional de forma lúdica e interativa, além das atividades nas áreas de estética, culinária afro, teatro, dança, música percussiva e artes plásticas nas salas de aula do Centro); Encontro com as Raízes (é um evento que ocorre no meio da rua onde os mestres da tradição oral compartilham seus conhecimentos com jovens estudantes); Negras Raízes (projeto que tem o propósito de favorecer o intercâmbio entre quilombos urbanos – morro da zona norte do Recife – e quilombos rurais

– comunidades remanescentes de quilombo – visando o desenvolvimento econômico e cultural destas comunidades); Comunicação para Cultura (estímulo a produção cultural a partir de ferramentas digitais, incentivando os jovens a serem os protagonistas de suas próprias histórias, expressando, assim, seu ponto de vista, com foco na sociedade em que vivem) etc.

Em 2004, o Centro ingressa no PCV a partir do projeto Negras Raízes que propõe a produção de um musical criado a partir de pesquisas ao patrimônio cultural e resgate das histórias dos quilombos urbanos e rurais. Para a realização do musical são realizadas oficinas que além de divulgar a cultura afro-brasileira também gera renda com suas atividades culturais. Para a coordenadora do projeto, Mãe Lúcia, tornar-se Ponto de Cultura deu uma “re-oxigenada” na ação. O principal foco do Ponto é o público infantil e jovem justifica-se, pois o Centro está localizado num bairro pobre de Recife, carente de atividades educativas e artísticas.

5.4 As Dimensões para Análise

No quadro analítico abaixo estão as dimensões, os parâmetros e os elementos que serão investigados na pesquisa para a análise da sustentabilidade dos Pontos de Cultura.

Quadro 4: Dimensões para a Análise da Sustentabilidade dos Pontos de Cultura de Pernambuco.

DIMENSÕES PARA A ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE		
DIMENSÕES	Parâmetros	Elementos para Análise na Pesquisa
Dimensão política da sustentabilidade	Legitimidade	- Reconhecimento e respeitabilidade do público externo; - Proximidade com o público beneficiário.
	Capacidade de influenciar nos processos sociais e políticas públicas	- Participação do Ponto de Cultura no processo de implementação do PCV; - Participação em fóruns, conselhos e associações; - Possibilidades de influências e alterações na dinâmica da política pública.
	Nível de articulação em rede	- Participação do Ponto de Cultura quanto à articulação com outros Pontos em prol de uma mudança ou constituição de políticas públicas; - Participação do Ponto de Cultura quanto à articulação com outros Pontos em prol de uma troca de recursos entre eles.

Dimensão técnico-gerencial da sustentabilidade	Organização do trabalho e forma de gestão dos Pontos de Cultura	<ul style="list-style-type: none"> - Aceitação e reconhecimento da liderança dos coordenadores; - Tomada de decisão; - Participação dos integrantes; - Divisão das tarefas; - Dinâmica de planejamento das ações.
	Quadro de recursos humanos adequados	<ul style="list-style-type: none"> - Qualificação técnica das pessoas que atuam na organização; - Oportunidades de capacitação para o crescimento profissional dos integrantes.
Dimensão econômica da sustentabilidade	Capacidade de geração de recursos	- Ações para a geração/captação de recursos.
	Diversificação das fontes de apoio	- Ações para a diversificação das fontes de apoio.
Dimensão social para a sustentabilidade	Continuidade / Difusão do projeto	- Repasse de conhecimento e experiência para a continuidade do trabalho organizacional, por outros atores

Fonte: Elaboração própria, 2008.

O quadro analítico é resultado de um estudo em diversos autores que trabalham com a sustentabilidade. Houve mudança no quadro apresentado no projeto de dissertação para atender aos novos aspectos observados somente depois das primeiras visitas aos Pontos de Cultura. Inicialmente, conhecendo somente os modelos teóricos, distinguia-se claramente cada parâmetro, entretanto, na análise de dados viu-se que as dimensões inter-relacionavam. Preferiu-se, entretanto, manter a análise dividida em dimensões para que todos os parâmetros fossem discutidos no trabalho.

A **primeira dimensão – política da sustentabilidade** – trata da força política dos Pontos de Cultura em relação ao seu poder de influenciar, constituir e alterar políticas públicas. Para esta dimensão, 3 parâmetros foram vistos: legitimidade (analisada a partir do reconhecimento e respeitabilidade do público externo e da proximidade com o público beneficiário), capacidade de influenciar os processos sociais e as políticas públicas e nível de articulação em rede.

Esses elementos foram trabalhados por SANTOS (2005) na sua tese sobre a sustentabilidade política de uma organização não-governamental – o Gapa-Ba (Grupo de Apoio à Prevenção à Aids da Bahia); entende a autora que para a sustentabilidade política é necessário o reconhecimento das organizações, por seus parceiros, como atores sociais de confiança (SANTOS, 2005, p.129). Pretende-se com estes elementos perceber o grau de reconhecimento e proximidade com o público beneficiário dos Pontos de Cultura a partir das ações que desenvolvem para as comunidades onde estão inseridos.

O segundo parâmetro - capacidade de influenciar os processos sociais e as políticas públicas – foi destacado do trabalho de Armani (2001) e trata da análise sobre o real papel da sociedade civil (nesta dissertação, os Pontos de Cultura) nas discussões junto ao governo (participação em fóruns, conselhos e possibilidades de influenciar e alterar a dinâmica da política pública). Nas palavras de Armani (2001, p. 27) é:

Capacidade de planejar, promover e influenciar processos de mobilização, organização e articulação sociais, especialmente a capacidade de incidir sobre o processo de constituição de atores e movimentos e sobre as políticas públicas.

Será investigado também o nível de articulação em rede. Para Reis e Meira (2005) o nível de articulação em redes é outro indicador importante para análise da sustentabilidade, pois representa a sociabilidade externa; defendem ser fundamental para a sustentabilidade das organizações (nos seus estudos tratavam de empreendimentos de economia solidária) a cooperação mútua.

Tratando do PCV, entende-se como fundamental para a continuidade e aperfeiçoamento do programa que haja comunicação e trocas entre os Pontos de Cultura, governo e sociedade, para que suas experiências possam contribuir para melhorias na realidade dos demais Pontos. O próprio governo federal, na cartilha do Programa Cultura Viva, destaca a importância de se trabalhar em rede, com o propósito de realizar, principalmente, trocas de conhecimentos.

A **segunda dimensão – técnico-gerencial** – tem por objetivo a análise da forma de gestão, de organização do trabalho e do quadro de recursos humanos adequados.

A relevância de estudar a forma de gestão e organização do trabalho está na análise da eficiência dos Pontos a partir de suas práticas organizacionais. Salamon (1997) aponta esta dimensão como “um desafio especialmente delicado para as organizações conhecidas por sua flexibilidade, criatividade e sensibilidade às sugestões e preocupações populares”. Entretanto, é algo que deve ser encarado com seriedade, pois são organizações e por isso enfrentam sérios desafios no âmbito da administração e do controle institucionais.

A variável ‘quadro de recursos humanos adequados’ é a grande preocupação de muitos autores que trabalham com o terceiro setor (ARMANI, 2006; TOSTES, 2006; SALAMON, 1997), eles entendem que perante o novo contexto apresentado para estas organizações, o atual perfil profissional não atende às demandas exigidas.

Nesta pesquisa esta variável trata da qualificação técnica dos integrantes dos Pontos de Cultura: verificar suas dificuldades e perceber a contribuição do PCV em viabilizar

crescimento/informações aos integrantes dos Pontos. Também é foco da análise os funcionários do MinC, pois afetam diretamente na implementação do PCV.

A **dimensão econômica** trata da capacidade de geração de recursos e diversificação das fontes de apoio. Esses dois parâmetros são fundamentais, pois a independência financeira dos Pontos significa autonomia para essas organizações, possibilitando uma participação livre nas discussões das políticas públicas. Falconer (1999) considera que independente das características desses recursos (filantrópicos ou comerciais, pequenos ou de grandes proporções, pontuais ou de longo prazo), deve-se considerar suas restrições e as melhores estratégias para obtê-los. Santos (2006) ressalta que o relevante para a sustentabilidade é a competência para combinar essas fontes.

A quarta e última **dimensão** é a **social**. Nas pesquisas realizadas para este trabalho, a dimensão social da sustentabilidade é, também, analisada pelos autores de diferentes formas e, apontam dois âmbitos para a análise: interno e externo, por isso, a dimensão mais difícil para definir os parâmetros.

Para Reis e Meira (2005), a dimensão é observada por aspectos sociais internos; os autores fazem o destaque nos laços sociais, pois entendem que estes interferem decisivamente na gestão dos empreendimentos, e, assim, na sua sustentabilidade. Já Armani, analisa a dimensão relacionando a sustentabilidade à base social das organizações: “importante é ver a relevância social e a consistência de sua missão e os valores que impregnam a vida institucional” (ARMANI, 2001, p. 26).

Embora ambas sejam pertinentes ao estudo da sustentabilidade e não sejam excludentes, optou-se nesta pesquisa pela perspectiva de Armani (2001), primeiro porque para atender a perspectiva de Reis e Meira (2005) seria necessária a descrição do vínculo mútuo dos integrantes das organizações, pois são responsáveis pela definição do processo social de trabalho e de produção, exigindo da autora mais tempo inserida nos Pontos de Cultura para entender as características e o grau de coesão; segundo, a partir da análise da sustentabilidade por sua base social pode-se fazer uma ligação com a legitimidade estudada na dimensão política.

Assim, a dimensão social neste trabalho trata da continuidade/difusão do projeto, e refere-se ao repasse das organizações de suas experiências e conhecimentos para a continuidade de seu projeto por outros atores (SANTOS, 2005). Este parâmetro está entre os eixos que promovem a sustentabilidade, não só das organizações, mas principalmente

dos projetos que desenvolvem: fazer com que haja a continuidade da missão, bem como propagar essa missão ao ponto de ser realizada em outros espaços.

Na análise de cada dimensão, inicialmente, descreve-se a realidade dos Pontos no tocante a cada parâmetro/elemento sob análise, e, depois, identificam-se as contribuições do PCV para aquele aspecto.

5.5 Tratamento dos Dados

Segundo Gil (1994), a análise dos dados tem o objetivo de organizá-los e sumariá-los, no intuito de conduzir às respostas do problema de pesquisa; a interpretação dos dados tem como propósito a ampliação do sentido das respostas, estabelecendo relações entre os conhecimentos já obtidos anteriormente. Estas etapas, análise e interpretação, aparecem intimamente relacionadas (GIL, 1994).

Nesta pesquisa, a análise dos dados ocorreu concomitante à coleta (MERRIAM, 1998), assim permitiu uma avaliação do processo e possibilitou reflexão anterior para as entrevistas seguintes. Foi utilizada a técnica de análise de conteúdo.

Na análise de conteúdo o ponto de partida é a mensagem, considerando-se as condições contextuais de seus produtores, assenta-se na concepção crítica e dinâmica da linguagem (PUGLISI; FRANCO, 2005, p. 13).

Segundo Minayo (2003, p. 74) “o que está escrito, falado, mapeado, figurativamente desenhado e/ou simbolicamente explicitado sempre será o ponto de partida para a identificação do conteúdo manifesto (seja ele explícito e/ou latente)”. Nesta perspectiva foram analisadas as falas dos entrevistados e as informações trazidas nos documentos que apresentam e fundamentam o PCV.

6. Análise das Dimensões da Sustentabilidade dos Pontos de Cultura – as influências do PCV.

A sustentabilidade nesta pesquisa é entendida como a capacidade das organizações continuarem a desenvolver suas atividades em conformidade com seus valores e preservando sua identidade. Identifica-se esta perspectiva quando do estudo do PCV, observa-se que há a preocupação do programa com a continuidade e o fortalecimento de ações desenvolvidas por grupos culturais já existentes, resguardando a autonomia destes. Propósito que está explícito na Cartilha do Programa:

Conforme Milton Santos, em sua inovadora geografia crítica, “a utopia deve ser construída a partir das possibilidades, a partir do que já existe como germe e, por isso, se apresenta como algo factível”. Esta foi a direção da construção do programa: criar ampla linha de ação a partir do que já existe e já atua, com legitimidade comunitária (BRASIL, 2004, p.11).

O foco do Programa, portanto, são as organizações/ações culturais que podem ter continuidade, visto que um dos critérios para a seleção dos Pontos¹⁷ é a apresentação de “processos criativos **continuados**” e “capacidade em agregar outros atores sociais parceiros públicos ou privados, **garantindo a sustentabilidade** futura da proposta”:

O objetivo é fazer uma integração dos Pontos em uma rede global que aconteça a partir das necessidades e ações locais. A interação entre o global e o local deve respeitar o crescimento das ações desenvolvidas em cada Ponto de Cultura, de modo que eles ganhem musculatura e estrutura óssea e conquistem sua sustentabilidade e emancipação (BRASIL, 2004, p. 16)

E, ainda:

O papel do Ministério da Cultura é o de agregar recursos e novas capacidades a projetos e instalações já existentes, oferecendo equipamentos que amplifiquem as possibilidades do fazer artístico e recursos para uma ação contínua junto às comunidades (BRASIL, 2004, p.18).

Visto que é propósito do governo através do PCV a sustentabilidade dos Pontos de Cultura, este trabalho procura identificar como o programa contribuiu para a sustentabilidade, analisando cada uma das dimensões: econômica, política, social e técnico-gerencial.

¹⁷ Edital de Divulgação nº 1 de 16 de julho de 2004.

6.1 Descrição e Análise da Dimensão Econômica da Sustentabilidade

O PCV para os Pontos de Cultura apresenta-se de imediato como uma fonte de recursos: as organizações culturais recebem do governo, ao se inserir no programa, em parcelas, recurso financeiro para investir nas atividades realizadas pelos grupos. Pelo PCV, cada Ponto recebe:

Até 185 mil reais, em parcelas semestrais, para investir no prazo de dois anos e meio, conforme projeto definido pelo próprio Ponto (BRASIL, 2004, p. 21).

E, também:

50 bolsas do Programa Primeiro Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego, no valor de 150 reais, para jovens de 16 a 24 anos. Cada bolsa tem a duração de seis meses. Findo o prazo, outro jovem é selecionado. O jovem ganha para desenvolver o projeto do Ponto e freqüentar cursos que o capacitem para gerar renda própria a partir da cultura, e melhor exercer sua cidadania (Cartilha, p. 21).

O valor recebido da primeira parcela, no mínimo, de 25 mil reais deve destinar-se a aquisição de equipamento multimídia em software livre (programas fornecidos pela coordenação do programa), composto por microcomputador, mini-estúdio para gravar cd, câmera digital e ilha de imagem.

Entretanto, analisar o impacto do PCV nas organizações culturais que participam do programa somente por esta ótica – como fonte de recurso – é reduzir o conceito de sustentabilidade à sustentação financeira, o que não é o objetivo deste trabalho. A sustentabilidade está relacionada à idéia de continuidade e as parcelas referidas, repassadas pelo PCV, não tem esse caráter.

Para atender a perspectiva de sustentabilidade econômica defendida neste trabalho, analisa-se os parâmetros capacidade das organizações gerarem recursos e a diversificação das fontes de apoio, pois se entende que, para a manutenção das organizações e dos seus projetos, devem se preocupar em obter recursos por diferentes fontes e não se restringir a uma única.

A proposta do governo, apresentada na Cartilha do PCV, coaduna com esta idéia na medida que entende que o repasse das parcelas é, inicialmente, para dar fôlego às

atividades, mas, principalmente, potencializar outras iniciativas de ações por parte dos grupos culturais, gerando assim novas fontes de recursos:

O Ministério reconheceu a pluridimensionalidade da experiência cultural [...reconhecendo] a cultura como economia, geradora de crescimento, emprego e renda. O Programa Cultura Viva, assim como os Pontos de Cultura, atua nestas três dimensões (BRASIL, 2004, p.11).

Nos Pontos de Cultura entrevistados é possível perceber alguns avanços no que diz respeito a estes aspectos apontados. O **Coco de Umbigada**, com o ingresso no PCV, recebeu o kit multimídia, tornando possível no Ponto a estruturação de uma sala de computadores com acesso a internet para a comunidade de Guadalupe, bem como equipou um estúdio para a produção de vídeos. Essa infra-estrutura, acessível aos jovens da comunidade, tem gerado novas oportunidades de trabalho, cita-se a produção de vídeos e fotos dos eventos da comunidade (casamentos, aniversário etc.), que são serviços prestados por um preço abaixo do mercado para atrair clientes. Também a partir do programa foi montado um estúdio para a rádio, possibilitando a divulgação das músicas e dos trabalhos realizados no Centro.

No Ponto **Quartas Literárias**, foi o recurso advindo do PCV que assegurou a continuidade das apresentações, pois o CCLF que até então mantinha a ação, não disponibilizava mais de recursos para as reformas necessárias. O repasse financeiro do programa foi utilizado para a reestruturação, principalmente, da infra-estrutura das apresentações – parte da primeira parcela (R\$30.000,00) foi aplicada na construção do palco, pagamento de técnicos e especialistas de fora do CCLF (convidados para trabalhar nas oficinas), na aquisição de livros, para viabilizar a participação de artistas, e na compra de material para as oficinas. Ainda falta receber duas parcelas atrasadas (somando 54.000,00) que serão destinadas para o projeto das oficinas de capacitação de jovens e para o redimensionamento do sistema elétrico.

O PCV, portanto, para o Ponto, foi fundamental para a realização das melhorias na infra-estrutura, mas, passados 4 (quatro) anos, não apresentou, ainda, avanços quanto a capacidade de geração de recursos.

Quanto ao **Ponto de Cultura Negras Raízes**, para a coordenadora, o PCV deu uma “re-oxigenada” nas atividades já desenvolvidas:

[...] É um programa muito legal ... Quando a gente apresenta o projeto, a nossa perspectiva é que o projeto traga apoio financeiro, mas ele traz elementos que eu nunca vi em projeto nenhum, e já trabalho com projetos há 26 anos. Não conheço nenhum projeto que tenha aberto possibilidades como o Cultura Viva (Lúcia dos Prazeres, 2008).

A contribuição do PCV para este parâmetro pode ser identificada quando da análise do projeto que concorreu no edital dos Pontos de Cultura. O projeto tem por resultado final a realização de um espetáculo musical e, até a sua apresentação, o Ponto desenvolve oficinas com temáticas que contribuem para a construção deste espetáculo: oficina de dança, de teatro, de música, de estética negra e culinária negra. Foi a partir destas oficinas que surgiram ações externas que geram renda para o Centro e para seus participantes: contratos, por exemplo, com a Coordenadoria da Mulher, que rendeu R\$ 70.000,00 para o Centro e seus integrantes, e parceria com a Diretoria de Combate ao Racismo.

Destaca-se também a aquisição do kit multimídia, que gerou oportunidades de trabalho aos jovens da comunidade:

O kit multimídia trouxe muitas possibilidades. Jovens que ganharam dinheiro pelas ações que desenvolviam, trabalhando com filmagens e fotografia (Lúcia dos Prazeres, 2008).

Quanto ao segundo parâmetro – diversificação das fontes de recursos – sobressaem-se algumas ações desenvolvidas pelo Ponto que levam à sustentabilidade econômica da organização. Embora o PCV não atue diretamente neste parâmetro, faz-se o registro, pois se considera importante para a análise da sustentabilidade dos Pontos entrevistados.

Entre as fontes de recursos do **Coco de Umbigada** citam-se as apresentações da sambada, embora se reconheça sua escassez (em Pernambuco, acontecem de 2 a 3 apresentações por ano); para o ano de 2009, há o projeto de produção e distribuição dos produtos culturais do terreiro: são produções de roupas, adereços, utensílios e peças em barro e panelas. Pretendem também participar dos editais lançados pelo governo com o foco na distribuição do produto dos artesãos e costureiras:

Não há a intenção da usura-lucro. A proposta é ter uma cooperativa a partir da lógica da economia solidária (Lúcia dos Prazeres, 2008).

Acrescenta-se ainda como fonte de recursos (que se destaca nas organizações da sociedade civil com propósitos sociais nas suas atividades, como é o caso do Coco de Umbigada) as doações de particulares – pessoas jurídicas ou físicas. Em visitas do Pontão de Gestão¹⁸, no segundo semestre de 2007, ao Coco de Umbigada, discutiu-se a possibilidade de sistematizar as doações: os “Amigos da Sambada”, que até o momento não iniciou.

Nas **Quartas Literárias**, quanto a este parâmetro, a coordenadora do Ponto informou que, por hora, não há nenhuma estratégia para a busca de fontes alternativas de recurso. Reconhecem que o Ponto só conta com uma fonte de apoio que são os recursos do PCV, e estes estão sempre em atraso, o que, conseqüentemente, dificulta o desenvolvimento das atividades planejadas. Admite que há necessidade de articular com empresas ou particulares uma sistemática de doações, bem como, trabalhar em conjunto com outros Pontos para a realização de trocas entre os grupos. Embora se reconheça o grande potencial para que essas trocas aconteçam, a atuação ainda é reduzida.

O **Negras Raízes** tem com fonte de recurso a prestação de serviços: os integrantes dos Pontos visitam organizações ou secretarias do Estado e Município e oferecerem as oficinas – apresentam seus projetos pedagógicos de valorização da cultura negra. O Ponto já prestou serviços para entidades particulares, ONGs de grande porte, governo do Estado e FUNDARPE, a antiga FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor), Cruzada de Ação Social e para a Rede Municipal de Ensino.

Recebem também doação anual de um grupo de amigos italianos (6.000 euros); considerada uma contribuição significativa, pois podem contar de forma regular e certa com este dinheiro (diferentemente dos recursos do Programa).

A contribuição do PCV, portanto, para a sustentabilidade econômica dos Pontos entrevistados está nas oportunidades que surgem a partir do desenvolvimento de atividades secundárias ao projeto apresentado ao PCV, reconhece-se, entretanto que é ainda muito reduzida. Entende-se que o recurso financeiro é importante para o Ponto para atender às necessidades mais urgentes, mas não assegura a sua sustentabilidade e, ao contrário, pode gerar dependência e acomodação.

18 O projeto Pontão de Cultura UFPE – Rede integrada dos Pontos de cultura de Pernambuco (RIAPC) foi criado com objetivo de ser um espaço de articulação entre os Pontos de Cultura de Pernambuco, desenvolvendo atividades de formação e acompanhamento (de forma presencial e à distância); fomentando e difundindo a cultura de acordo com suas vocações locais, contemplando diversas linhas do Programa Cultura Viva (do qual faz parte), servindo como suporte, apoio, espaço de socialização e difusão das ações dos Pontos de Cultura de Pernambuco utilizando meios de comunicação disponíveis na universidade ou a serem instalados (UFPE,2006).

6.2. Descrição e Análise da Dimensão Política da Sustentabilidade

A dimensão política da sustentabilidade neste trabalho é analisada por três parâmetros: legitimidade; capacidade de influenciar os processos sociais e as políticas públicas e nível de articulação em rede. Foi distribuído em subtópicos para melhor análise.

6.2.1. Legitimidade

A legitimidade para este estudo relaciona-se diretamente com o reconhecimento e respeitabilidade do público externo. O ingresso de organizações, de cultura popular principalmente, no PCV, beneficiou sua imagem junto à comunidade, pois o Ponto de Cultura tornou-se uma marca (um selo) para os Pontos.

Quanto a este parâmetro, percebe-se o impacto do PCV de forma mais evidente no Ponto **Coco de Umbigada**:

No início a gente teve problemas com os evangélicos, pastores, porque você sabe que na periferia as igrejas vêm negando o orixá da alma brasileira, negando a cultura popular, negando essa coisa construída historicamente, por nós e por nossos ancestrais [...] Essa ação já era desenvolvida, e quando o Ministério da Cultura lançou esse edital para reconhecer o que já vinha sendo feito, reconhecer o que já tinha de raiz, a matriz africana, aí legitimou (Beth de Oxum, 2008).

O PCV, portanto, certificou que naquele local – sede do terreiro – também se faz cultura. A comunidade mudou seu olhar sob o terreiro e nota-se que também há avanços junto ao governo, por exemplo, com a criação do Pólo de Guadalupe no Carnaval de 2008:

Um pólo ... pense num pólo! Um pólo que funcionou..., foi um pólo oficial da Fundarpe. Então a gente quebrou um paradigma na perspectiva de que trazer a cultura popular pro palco 1. Isso é fundamental, entendeu? Trazer a Cultura popular pro palco 1. Vinte mil reais esse palco ... um palco desse nível pra cultura popular. Um som caríssimo também. Porque a cultura popular não pode mais ficar no palco 2 (Beth de Oxum, 2008).

Apresentar a cultura do terreiro no palco principal refletiu no fortalecimento do Centro e por consequência gerou oportunidades de trabalho para o Ponto:

Então depois do Carnaval, eu posso dizer que o espaço de trabalho da gente ampliou muito. Deu um tapa também na cara da

comunidade, num bom sentido, no sentido do pertencimento ainda. No sentido desse largo poder ser de fato um largo de cultura popular. Então a gente hoje não precisa mais esperar que a prefeitura faça isso. Quantas ações não deixam de ser feitas porque as pessoas esperam a prefeitura fazer. Então a gente tem que se aproximar dos pontos e tomar a rédea dessa história aí na mão (Beth de Oxum, 2008).

Outro aspecto, percebido com o ingresso no PCV, foi a maior aproximação com o público beneficiário, pois os Pontos quando selecionados para o programa comprometem-se a promover oficinas para os jovens da comunidade:

Por meio do programa Cultura Viva, o MinC estará envolvendo milhões de jovens no desenvolvimento de aptidões culturais e artísticas. Investimento que, certamente, reverterá em benefício de toda a sociedade brasileira, eis que atuando em favelas e ajudando a cicatrizar nossas explosivas feridas sociais. (BRASIL, 2004, p.11)

O bairro do Guadalupe é um local carente, onde vivem pessoas pobres e jovens sem oportunidades no mercado de trabalho; a comunidade, portanto passa a ver de forma positiva toda ação que é desenvolvida em prol da qualificação. A realização das oficinas pelos Pontos de Cultura contribui para o desenvolvimento dos jovens, bem como auxilia na renda da família, pois muitos receberam bolsas por participarem das oficinas:

A gente atendeu como bolsista 54, fora os que não são bolsista. Desse resultado, uns vinte se empoderaram literalmente com a música e são músicos e isso deu um resultado, pra gente, maravilhoso. (Beth de Oxum, 2008)

E quando há reconhecimento do público quanto às ações desenvolvidas, há fortalecimento da legitimidade.

Quanto ao **Ponto Negra Raízes** e **Centro Cultural Luiz Freire** (sede das Quartas Literárias), são organizações já reconhecidas pela comunidade, não só pelo PCV, mas pelas ações que já desenvolviam.

Mesmo antes de ser Ponto, nossa relação sempre foi muito boa com a comunidade, senão não estava vivo! Tudo que a gente fez até hoje foi sugestão da comunidade. Tudo! (Lúcia dos Prazeres, 2008)

Entretanto, reconhece a coordenadora do Negras Raízes que a partir do PCV, principalmente quando da aquisição dos kits multimídia, foi possível gerar mais oportunidades aos jovens.

Nossa meta são 100 jovens. Se a gente conseguir que esses 100 jovens tenham uma compreensão básica para utilizar esse mecanismo da internet para se favorecer e favorecer a sua comunidade e conseguir garantir uma ação que possa sustentar esses jovens; eu estarei muito feliz (Lúcia dos Prazeres, 2008).

Embora seja relevante a atuação do PCV nas comunidades através das ações desenvolvidas pelos Pontos de Cultura, entende a coordenadora do Negras Raízes que há ainda há muito trabalho para desmistificar a imagem reproduzida por anos, pois ainda pesa o preconceito: “não é fácil ser de morro, ser negro, muitas vezes não conseguimos nem passar para a sala da secretária”.

6.2.2. Capacidade de influenciar os processos sociais e as políticas públicas

A proposta do governo com o PCV é realizar junto aos Pontos uma gestão compartilhada e transformadora, que envolve os conceitos de empoderamento, autonomia e protagonismo social. De fato, comparada com outras políticas públicas, o PCV tem uma proposta de participação da sociedade civil na discussão e construção de políticas nunca vista antes em governos anteriores, entretanto, divergem os Pontos quanto ser efetiva sua participação nos encontros organizados pelo MinC ou se são capazes realmente de provocar mudanças na política pública.

Para a coordenadora do **Coco de Umbigada** um dos motivos que fez participar do programa foi a possibilidade do protagonismo das comunidades:

Quem imaginaria que a cultura popular estaria participando de discussões como o Plano Nacional da Cultura? Quando a sociedade civil organizada discutia sobre isso? Eu saía muito daqui (referindo-se ao terreiro) por causa da música, saía muito por aí afora por causa da música, mas como protagonista de gestão de Ponto de Cultura foi agora ... tá rolando (Beth de Oxum, 2008)

Afirma, porém, que é um processo que está em construção e ainda há muito trabalho para vivenciar uma política compartilhada, mas acredita que já está acontecendo:

Foi muito difícil implementar o programa, eu via em Brasília que aquilo era briga de poder. O Gil deixou um legado de ter garantido nessa política a participação da cultura popular. Agora, diga-se de passagem que os Pontos já existiam na sociedade, nas diversas comunidades (Beth de Oxum, 2008).

O integrante das **Quartas Literárias** que geralmente participa dos eventos de discussões políticas, embora reconheça que do ponto de vista político o PCV é importante, vê que as oportunidades que os Pontos tem para debater sobre política pública não estão sendo aproveitadas. As discussões são superficiais e muitas vezes fogem do foco proposto.

Pode-se observar nos diálogos do Estúdio Livre, que, em 2006 e 2007, por causa das dificuldades que os Pontos tiveram com a prestação de contas e os atrasos no repasse das parcelas, os encontros resumiam-se às reclamações dos Pontos quanto a burocracia e dificuldades administrativas do MinC, o que naquele momento até era pertinente devido a gravidade das conseqüências do não recebimento do recurso.

O entrevistado no CCLF alerta que já está na hora de aprofundar as discussões políticas, que é na verdade a grande inovação do programa. Sobre isso, afirma:

Temos que qualificar o debate. Temos uma poderosa ferramenta na mão, mas não se sabe o quê fazer. No caso dos fóruns há um canal legítimo. O diálogo não é qualificado por causa da pouca formação política dos Pontos. A maioria não está preparada (Afonso, 2008).

A coordenadora do **Negras Raízes** também já não vê mais de forma positiva a realização de tantos fóruns:

Se fosse participar de todos os fóruns e conselhos, não faria mais nada. Às vezes parece que a realização de tantos fóruns e reuniões é para tirar o foco daquilo que realmente tem que lutar politicamente. Enquanto estou no fórum, brigando por cargos, para ter poder de nada, me tira do foco (Lúcia dos Prazeres, 2008).

Entende Lúcia dos Prazeres (coordenadora do Ponto Negras Raízes) que teria um melhor aproveitamento se nas reuniões debatessem sobre sustentabilidade dos Pontos, apresentando alternativas e estratégias para isso:

É desgastante! Consume energia participar dos eventos! É melhor gastar aqui dentro (no Ponto). Tinha muito mais a contribuir se descobrisse, por exemplo, uma forma de sustentabilidade (Lúcia dos Prazeres, 2008).

Reconhece, porém, que há o aspecto positivo nessas reuniões:

Tudo é de mão-dupla. Nos fóruns às vezes temos um “avançozinho” nos nossos ganhos (Lúcia dos Prazeres, 2008).

Nesses quatro anos de PCV, o impacto do programa na sustentabilidade política é percebido no que diz respeito à disponibilização de diferentes canais para a participação, seja por fóruns, conselhos, encontros ou ambiente virtual. O governo reconhece, assim, os Pontos de Cultura como atores políticos na construção e execução das políticas públicas

culturais. Se neste aspecto avançou, reconhece-se que a capacidade para influenciar e alterar a dinâmica de políticas públicas ainda não se efetivou, os canais não são utilizados em sua plenitude e os debates não estão qualificados, a pauta das discussões muitas das vezes reduz-se à questões operacionais do programa.

6.2.3. Nível de Articulação em Redes

O nível de articulação em redes é o terceiro parâmetro para a análise da sustentabilidade na dimensão política, trata da capacidade das organizações de estabelecer parcerias, fundamental para a continuidade das ações.

A formação de uma rede de Pontos é, na verdade, o grande propósito do PCV: “uma integração dos Pontos em uma rede global que aconteça a partir das necessidades e ações locais” (BRASIL, 2004, p.16).

Destaca-se o papel fundamental de cada um dos Pontos para a efetivação desta rede:

[...] Ponto de Cultura como espaço de sedimentação da macro rede Cultura Viva - de organização da cultura em nível local e de mediação na relação entre Estado e sociedade e entre os outros Pontos, constituindo redes por afinidade (BRASIL, 2004, p. 17)

[...]

O Ponto de Cultura é a ação prioritária do Programa Cultura Viva e articula todas as suas demais ações. Ele é a referência de uma rede horizontal de articulação, recepção e disseminação de iniciativas e vontades criadoras (BRASIL, 2004, p. 20).

Ocorre, entretanto, que muitas organizações localizadas no mesmo município ou em bairros próximos nunca realizaram qualquer tipo de troca, o que foi justificado pelos Pontos entrevistados pela falta de tempo para articularem-se. Àqueles Pontos que já iniciaram as parcerias, elas ainda se apresentam de forma modesta.

Para a coordenadora do **Coco de Umbigada**, o Ponto é bem articulado, quinzenalmente reúnem-se para discutir formas de fortalecimento das redes de matrizes africanas e a importância de oficinas para os agentes jovens e dos seminários (julho/2006). Atualmente, formou parcerias com Cinema de Animação, com o Maracatu de Aliança, com o Pilares de um Recife, Canal Capibaribe e Tainá (Casa de Cultura). Neste último a proposta principal é a troca de experiências e conhecimentos. Há a expectativa de outras

articulações acontecerem a partir de editais do MinC específicos para a troca entre os Pontos¹⁹.

Essas articulações entre os Pontos, entretanto, não acontece com a grande maioria dos grupos. Em uma das oficinas realizadas pelo Pontão de Gestão, um representante de um Ponto justificou que a rede não acontece porque de certa forma os Pontos são concorrentes, tendo em vista que disputam por editais ou outros financiamentos.

O evento da Teia²⁰ que seria uma oportunidade para fortalecer a rede dos Pontos tem sofrido críticas principalmente quanto à forma que vem sendo conduzida. Desabafa a coordenadora do Negras Raízes:

É maravilhoso (referindo-se ao evento Teia), mas é preciso ser repensado. Fica zanzando em infinidades de coisas, mas não aprofunda em nada, não se discute nada mais aprofundado (Lúcia dos Prazeres, 2008).

Para o Ponto Quartas Literárias, a Teia é mais uma oportunidade de discutir política pública, que é a principal pretensão do CCLF, mas participa do coro quanto à necessidade de rever a organização do evento:

A Teia do ano passado (2007) foi dispersiva. O fórum acontecendo no mesmo tempo que as atividades ocorriam. Nem deu para conhecer os Pontos, nem deu tempo para o debate político. Esse ano, após as reclamações, parece-me que vai ser diferente (Afonso, 2008).

O estabelecimento das parcerias é considerado pelos Pontos e para o PCV um meio importante para garantir a sustentabilidade, entretanto a capacidade para estabelecê-las precisa ser trabalhada com mais eficácia, sendo necessário inicialmente um maior envolvimento dos Pontos com a formação da Rede.

No Festival de Inverno em Garanhuns (2008), os Pontos durante o evento debateram sobre a construção da Rede e a necessidade de seu fortalecimento a partir, principalmente, de recursos tecnológicos (as facilidades da comunicação e trocas de experiências pelo ambiente virtual) e foi, na oportunidade, proposto pelo MinC a sua ampliação para os países do MERCOSUL, contactando organizações culturais daqueles países.

¹⁹ Cita-se entre os editais, o de Bolsas de Intercâmbio Cultura Ponto-a-Ponto.

²⁰ O evento Teia é um encontro organizado pelo Ministério da Cultura que reúne os Pontos de Cultura de todo o Brasil. A primeira edição aconteceu em abril de 2006, em São Paulo, reunindo 440 Pontos (dos 443 conveniados na época). Em 2007 foi realizada em Belo Horizonte e, em 2008, o evento foi em Brasília, com a participação de 670 delegados de Pontos de Cultura de 23 estados da federação. O evento tem por objetivo discutir sobre as ações do Programa Cultura Viva e os rumos para o ano seguinte.

Embora seja uma ação positiva, entende-se, que o foco principal deveria permanecer no fortalecimento da Rede de Pontos, local e nacionalmente, para depois trabalhar em uma ação mais abrangente.

Visto todos os parâmetros, reconhece-se que a contribuição do PCV às organizações culturais entrevistadas quanto à dimensão política está principalmente na maior visibilidade aos Pontos de Cultura, providenciado por canais originados a partir do programa. Com o PCV, os Pontos, atualmente, têm maior participação nas discussões políticas, pois participam dos fóruns e debates organizados pelo governo, bem como a promoção de uma rede de relacionamentos entre os Pontos, o que permite a troca de informações e experiências e fomenta o debate sobre as dificuldades que vivenciam.

6.3. Descrição e Análise da Dimensão Social da Sustentabilidade

A dimensão social, neste trabalho, refere-se à continuidade das ações desenvolvidas pelos Pontos de Cultura a partir do repasse do conhecimento e experiências para além do universo organizacional, com o propósito de dar continuidade ao projeto. Propõe-se, portanto, ultrapassar os limites da comunidade, onde o projeto é desenvolvido, e dar conhecimento às ações desenvolvidas.

Neste tocante, observa-se, a princípio, a possibilidade de efetivar-se este propósito a partir do PCV por fornecer os kits multimídias e instalar as ilhas de edição nos Pontos de Cultura. Com essa ação o programa tem o objetivo de possibilitar o registro e divulgação das atividades desenvolvidas pelas organizações culturais:

“Nosso objetivo é que os artistas populares consigam materializar sua criatividade também em produtos audiovisuais e digitais usando a tecnologia como forma de divulgação” (BRASIL, 2004, p.7).

Permite, portanto, que cada Ponto, à sua maneira, filme o seu dia-a-dia, as pessoas de sua comunidade, contando suas histórias ou desenvolvendo sua arte:

O sucesso do programa envolve a interação, a troca de informações e a ampla distribuição de conhecimento que só pode se realizar plenamente por instrumentos de comunicação e difusão bastante eficazes (BRASIL, 2004, p.30).

Foi o que aconteceu no Centro **Coco de Umbigada**, a aquisição dos kits possibilitou o registro de suas atividades. No Centro, os integrantes do Ponto estão produzindo vídeos que mostram as histórias das pessoas da comunidade, com o roteiro e produção dos próprios moradores do bairro. Atualmente, os esforços direcionam-se para o fortalecimento da rádio comunitária. A pretensão é mostrar à comunidade as músicas do coco e do maracatu, pois não tem espaço nas rádios comerciais.

Outro canal de comunicação *on line* é o Mapa das Redes, criado pelo Ministério da Cultura para promover o diálogo entre os Pontos e destes com a sociedade e governo, O Mapa das Redes é também um canal de divulgação dos Pontos, pois além de mostrar a localização e um breve histórico e apresentação dos Pontos, disponibiliza vídeos com depoimentos sobre a importância das atividades desenvolvidas.

No **Ponto Quartas Literárias** não há nenhuma ação específica com o propósito de difusão do projeto em outros espaços a partir deste meio disponibilizado. Justifica-se, pois, por ser projeto do CCLF, utilizam a divulgação do próprio centro, no tocante às suas ações.

Observa-se que esta dimensão também se realiza a partir de outras iniciativas, por exemplo, o desenvolvimento do próprio projeto dos Pontos já concretiza a divulgação dos mesmos. O **Ponto Coco de Umbigada** divulga suas tradições culturais através dos mestres, nas escolas e nas oficinas realizadas nos terreiros, e ainda pelos vídeos que exibem no cineclube. O cineclube é um espaço que foi criado para a divulgação da cultura negra e dos trabalhos do Ponto de Cultura.

Há também a realização da sambada que acontece todos os primeiros sábados dos meses, no átrio da igreja, no bairro de Guadalupe, próximo a casa onde funciona o centro. Nota-se que a cada apresentação cresce o público para assisti-los.

No **Ponto Negras Raízes**, a propagação de sua missão realiza-se nas próprias oficinas, divulgando a cultura dos quilombos através da música, das vestimentas ou da culinária. O Ponto, atualmente, dedica-se a difundir o projeto aos quilombos rurais. Levam, portanto para fora do Centro Maria da Conceição os preceitos que regem a organização: a valorização da cultura negra. Eles se propõem a fazer um resgate da história dos quilombos, um trabalho junto com os jovens, visando à produção de um musical para circular no país todo, extrapolando os limites das comunidades.

No **Quartas Literárias**, efetiva-se a divulgação do projeto a partir das apresentações no CCLF, que sensibiliza a sociedade para a importância do projeto: dar visibilidade aos artistas que estão fora do eixo comercial.

Para a sustentabilidade dos Pontos, quanto à dimensão social, é fundamental que a proposta de difusão de conhecimentos e experiências seja contemplada nos projetos, pois somente com o registro e divulgação das ações, sejam educativas ou artísticas, há possibilidade de assegurar sua continuidade por outros agentes.

6.4. Descrição e Análise da Dimensão Técnico-Gerencial da Sustentabilidade

Na análise da dimensão técnico-gerencial dois aspectos destacam-se: a gestão e as pessoas que compõem as organizações. São parâmetros desta dimensão o quadro de recursos humanos adequado e a gestão praticada nos Pontos.

6.4.1. Quadro de Recursos Humanos.

O ingresso dos grupos e organizações culturais no Programa Cultura Viva exigiu significativas mudanças na forma de administrar suas atividades para que se adequassem à formalidade própria da administração pública. Cita-se o projeto técnico a ser apresentado para o edital de seleção do PCV que exigia: plano de trabalho, justificativa do projeto, cronograma de trabalho, cronograma de metas, entre outros documentos. O certame público para muitos Pontos, principalmente àqueles que existiam somente como movimento cultural, era uma grande novidade, pois nunca haviam participado de seleção por editais, por isso, inicialmente, houve dificuldade para apresentar a documentação exigida.

Neste contexto, um quadro de recursos humanos capacitado para atender a essas novas demandas de conhecimento era fundamental para a sustentabilidade, seja quanto aos funcionários do Ministério que atendem ao PCV ou quanto aos integrantes dos Pontos de Cultura.

Em relação aos primeiros, a crítica dos Pontos de Cultura foi quanto ao número reduzido de funcionários para atender ao programa. Em discussões no Estúdio Livre, o MinC reconheceu que havia de fato falta de pessoal tanto nas representações regionais (no caso do Nordeste e Norte eram 6 funcionários para atender os Pontos), quanto em Brasília (no recebimento das prestação de contas), inviabilizando o atendimento junto aos Pontos (Estúdio Livre, 2005). Tendo em vista a inexperiência de muitos Pontos com o trâmite da

administração pública, o acompanhamento mais próximo do MinC amenizaria as dificuldades na entrega da documentação.

Quanto ao quadro de recursos humanos dos Pontos, a diversidade de grupos organizacionais que se tornaram Pontos de Cultura faz a tarefa de analisar o seu perfil um desafio por sua complexidade: há Pontos que são organizações civis sem fins lucrativos que já participaram de outros editais do governo ou convênios com empresas e, portanto, não tiveram seus integrantes muitas dificuldades na elaboração dos documentos, e Pontos que não tinham nenhuma experiência com as formalidades exigidas pelo programa. Estes últimos foram os mais críticos nesta fase do PCV:

[há] dificuldades de domínio nos mecanismos de gestão, notadamente na relação com o MinC, especialmente dos pontos de cultura do segmento da cultura popular, que não estavam habituados ou não tinham relação com esses mecanismos burocráticos (Carta dos fóruns, Dezembro/2007).

Entende-se que se a proposta do PCV é possibilitar a continuidade das atividades dos Pontos de Cultura, o aspecto humano quanto à capacitação dos seus integrantes é fundamental, mas não avançou nos primeiros anos de implementação do Programa. Destaca-se a iniciativa do Pontão de Gestão.

Em 2007, foram organizadas oficinas pelo Pontão de Gestão, na tentativa de troca de informações com os Pontos, para refletirem e discutirem sobre temáticas gerenciais.

Nas primeiras reuniões, face o depoimento dos Pontos sobre as teorias da Administração não se adequarem a sua realidade, estabeleceu-se que os cursos ocorreriam em forma de oficinas, cujo método fundamental é o da construção coletiva, “a várias mãos”, sem produtos e conceitos pré-determinados da ciência administrativa.

Seria, portanto, um espaço para que pudessem trocar experiências e colher mais informações sobre gestão, principalmente, para contribuir com a organização dos Pontos. Foram definidos os temas: Comunicação e Marketing Cultural, Planejamento Estratégico e Participativo e Captação de Recursos.

No decorrer do processo, a equipe do Pontão notou que embora fossem temas definidos pelos próprios Pontos, não houve a participação esperada, seja a ausência dos Pontos nas oficinas, seja a pouca participação nas discussões, ocasionando a dispersão cada vez maior dos Pontos nos encontros, provocando desânimo nosicineiros. No relatório anual apresentado pelo Pontão foram apontadas as seguintes justificativas para a falta de interesse dos Pontos:

(a) tinham a percepção de que o Projeto Pontão de Cultura estava vinculado politicamente ao Ministério da Cultura e, portanto, representava os interesses políticos deste órgão, (b) as ações paralelas de outros atores do campo da cultura que tinham interesse político de assumir a liderança da rede dos Pontos em Pernambuco, (c) interesse dos participantes dos Pontos em obter das oficinas fórmulas e artefatos gerenciais prontos, portanto não adequaram-se ao método das oficinas e (d) a imagem da Universidade e, em decorrência da equipe que a representava, que impunha relativo distanciamento e resistência entre o “acadêmico” e o “saber popular”.

A proposta de capacitação não obteve os resultados esperados, mas serviu para repensar a forma de abordar conhecimentos sobre práticas gerenciais junto aos Pontos.

Quanto a este parâmetro, a atuação do PCV foi deficiente, pois para contribuir com a sustentabilidade nesta dimensão, o desenvolvimento de cursos de formação para os gestores culturais e integrantes dos Pontos é fundamental. A capacitação do quadro de recursos humanos não só é fundamental para a análise deste parâmetro, mas reflete também no próximo, na capacidade de organizar o trabalho de forma eficiente.

6.4.2. Capacidade de Organização e Gestão do Trabalho

Para entender o impacto do PCV para a sustentabilidade na dimensão gerencial, analisa-se, primeiramente, os seguintes elementos em cada Ponto: aceitação e reconhecimento da liderança dos coordenadores, tomada de decisão, participação dos integrantes, divisão das tarefas e dinâmica de planejamento das ações.

No **Ponto Coco de Umbigada**, quanto à aceitação e reconhecimento da liderança da coordenadora, Beth de Oxum, é fundada no reconhecimento dos integrantes do Centro e da comunidade pelo seu trabalho junto aos artistas da sambada e aos mestres. Ela foi a grande incentivadora e quem reiniciou as atividades do Centro, conseguiu arregimentar pessoas para retomarem a sambada e ainda convenceu os mestres a retornar os ensinamentos das tradições dos seus ancestrais.

No que diz respeito à tomada de decisões, os integrantes participam das discussões, mas só são finalizadas com a anuência da coordenadora. No tocante a dinâmica de trabalho

do Ponto, as atividades são realizadas de forma coletiva, os integrantes atuam nas atividades que mais se identificam e que julgam poder contribuir com o seu conhecimento e prática, seja nas oficinas de teatro de bonecos, ritmo e vídeos.

No **Ponto Negras Raízes** não há também definição formal das atividades a serem realizadas. Hoje a ONG tem uma ação permanente que são as atividades com as crianças (desde a pré-escola, ensino fundamental e creche) e oferecem também oficinas (vídeo, fotografia, teatro, rádio, dança e música).

Na elaboração dos projetos, há a participação de todos: o texto é feito pela a coordenadora, uma equipe é encarregada de fazer pesquisas e repassar informações auxiliando-a na elaboração da proposta (buscam, por exemplo, informações sobre como aquele projeto é trabalhado nacionalmente); uma das integrantes da ONG é responsável pelo orçamento, enquanto outro dá um arranjo visual (estético) no projeto.

Há também a preocupação com a participação de todos na tomada de decisões, são realizadas reuniões 1 vez por mês. Nestas reuniões cada equipe apresenta como está o andamento das suas atividades, momento para sugerir e opinar sobre o trabalho. É feito também um planejamento mínimo das ações do dia-a-dia.

Nas **Quartas Literárias**, inicialmente, antes de tornarem-se Ponto, já ocorriam as apresentações dos alunos das oficinas, mas eram realizadas de forma bastante flexível e assistemática: os artistas se inscreviam no CCLF para apresentarem a sua arte, seja música, literatura, teatro etc. Foi a partir da seleção e depois de tornar-se Ponto de Cultura que perceberam a importância de sistematizar o seu trabalho e algumas modificações na gestão das ações foram necessárias. Primeiro, elaboraram um proposta de trabalho – exigência do edital, e que serviu para direcionar suas atividades e identificar os envolvidos com o projeto. Para cumprir com a proposta apresentada para o MinC, admitiram que tiveram que melhor sistematizar as ações no Ponto, que antes eram realizadas de forma bem flexível e muitas vezes até intimista (visando somente os participantes do CCLF). A principal alteração na gestão das apresentações foi a melhor organização das oficinas, quanto a frequência e continuidade, e também quanto a organização do evento – elaborou-se um calendário para as apresentações e organizaram por temáticas.

Não há divisão formal das tarefas, elas são assumidas pelos profissionais do CCLF que auxiliam a coordenadora nas oficinas e apresentações. A coordenação assume a realização das atividades culturais-artísticas, conduz as reuniões, fecha as temáticas e os

artistas que irão se apresentar no evento, bem como define as temáticas das oficinas e os profissionais que trabalharão nela.

Quando se trata de assuntos relacionados à discussão política e participação junto ao governo nos fóruns ou debates, é outro integrante que atua, a coordenadora assume não ter o mesmo interesse para estes questionamentos políticos quanto o outro membro. Se há, portanto uma divisão de funções bem explícita, citaria duas: a artística e a política – harmoniosamente dividida entre dois dos integrantes do Ponto.

Infere-se, quanto a estes elementos do parâmetro organização do trabalho, que predomina nos Pontos a informalidade nas relações interpessoais e a flexibilidade na organização do trabalho. Respeitando este contexto, o PCV não interfere na organização do trabalho, deixando os Pontos livres quanto à gestão de suas ações:

O modelo de gestão precisa ser flexível e moldável, respeitando a dinâmica própria do movimento social, que continuará existindo independente de ser ou não um Ponto de Cultura (BRASIL, 2004, p. 33).

Outro aspecto da dimensão técnico-gerencial da sustentabilidade das organizações é a dinâmica de planejamento de ações: o modo como essa organização se vê e se planeja. O planejamento das ações é elemento fundamental para a análise da sustentabilidade organizacional, pois se entende que assim é possível preparar-se para o futuro, visando à continuidade das ações da organização. Percebemos nos Pontos entrevistados que há a preocupação com o planejamento.

No **Ponto Sambada do Coco de Umbigada**, a coordenadora tem projetos em andamento visando a não-dependência ao PCV. Planejam participar de outros editais do governo, principalmente os prêmios, que são recursos que lhe permite maior flexibilidade para a destinação destes. Também já organizam parcerias com outros Pontos de Cultura com o objetivo de trocar experiências e também organizar apresentações e feiras em conjunto, possibilitando a arrecadação de dinheiro e a divulgação dos trabalhos das costureiras e artesãos das comunidades, gerando novas fontes de recursos.

Atualmente, uma das principais preocupações é dar visibilidade a Rádio Comunitária Amnésia (a casa de memória do coco), para a divulgação das músicas dos terreiros. Foram gravados alguns trabalhos com grupo de hip-hop, com as crianças do coco

de umbigadinho, com a sambada de coco e mais dez bandas. O esforço agora é divulgar o trabalho através da Rádio. Considera a coordenadora do Ponto que assim quebrará o paradigma das rádios comerciais, potencializando as rádios livres:

E pode ser uma revolução silenciosa mesmo, que cada um esteja fazendo dentro do seu sentimento (Beth de Oxum, 2008).

Outro projeto é o lançamento do Tele-centro em parceria com a Serpro:

Primeiro tele centro de Olinda inclusive. Perspectiva social de inclusão digital com compromisso pedagógico de que o computador é um instrumento importante de informação e de comunicação, nessa perspectiva. A gente tá aí com mais de 15 blogs como resultado da primeira oficina (Beth de Oxum, 2008).

Está nos planos também a participação em outros editais do governo. Recentemente, o projeto Escola de Ensino de Mãe Preta tornou-se também Ponto de Cultura. É uma escola de vivência, reunindo as ialorixás de PE.

Cita-se, entre outras ações a serem implementadas, a formação de um grupo - os “Amigos da Sambada”, com pessoas de fora da comunidade – e a melhor organização da festa que ocorre nos primeiros sábados do mês. Entre as necessidades para a organização da festa aponta-se: melhoria do som; melhor distribuição das barracas que vendem bebida e comida; instalação de banheiros públicos e melhoria na iluminação da rua (que serão solicitados à prefeitura de Olinda); diversificar as linguagens utilizadas na festa (por exemplo, exposição de adereços, artesanato, fotos, murais; apresentação de teatro e cinema de animação); pensar em novas formas de divulgação da festa, tendo em vista que todo mês haveria uma atividade cultural diferente. A idéia também abrange a articulação com outros pontos, por exemplo, cinema (com Lula Gonzaga, coordenador do Cinema de Animação), teatro de mamulengos (com Lúcia dos Prazeres) ou artesanatos (com o grupo do Pró-criança).

No **Negras Raízes**, o Centro faz um planejamento geral a cada cinco anos. As reuniões acontecem no final de cada ano, para discutir e planejar o quinquênio 2009-2013. O centro trabalha em três eixos (cultura, educação e comunicação), na reunião do início de dezembro de 2008, foram apresentados pelas equipes do Centro projetos nestes eixos para a sustentabilidade do Ponto. O Negras Raízes acredita que tem um grande serviço a prestar para a sociedade:

Nós sabemos tocar, nós sabemos dançar, nós sabemos dar aula, nós sabemos escrever, mas como a gente transforma isso num produto social? Como eu pego este elemento que a gente vem construindo e transforma num produto do mercado? (Lúcia dos Prazeres, 2008)

As grandes questões que orientam as discussões sobre o futuro do Ponto são: como gerar renda através do conhecimento que eles possuem, como ampliar este trabalho que realizam na comunidade para um público maior e como gerar a independência financeira do Maria da Conceição. “E isso a gente ainda não sabe!” revela a coordenadora do Ponto. Uma das idéias é estudar o banco de projetos que possuem e foram elaborados durante todos os anos de existência do Negras Raízes, para ver quais ações podem desenvolver para assegurar a independência financeira. O interesse dos participantes, além de divulgar a cultura e tradição negra, é providenciar sustento para os que trabalham no Centro e trazer oportunidades para os jovens da comunidade.

Entende-se que pensar em sustentabilidade, em qualquer de suas dimensões, exige planejamento, pois requer refletir sobre o futuro, sobre as ações a serem desenvolvidas e as estratégias a serem implementadas. O PCV também não interfere neste aspecto, deixando os Pontos tomarem suas próprias decisões.

7 Sustentabilidade: interdependência das dimensões

A análise de cada uma das dimensões da sustentabilidade dos Pontos de Cultura fez perceber que há na verdade uma inter-ligação entre cada um dos seus parâmetros.

A imbricação entre as dimensões é percebida, por exemplo, quando tratamos da dimensão econômica, no tocante à ‘diversificação das fontes de apoio’, pois não há como dissociar da dimensão política, quanto ao parâmetro da legitimidade. O reconhecimento do público e a confiança nas ações que desenvolvem facilitam a proximidade da sociedade junto ao Ponto, possibilitando parcerias e trocas entre as organizações culturais e outras entidades. Perceptível, por exemplo, no Centro Cultural Maria da Conceição que recebe recursos financeiros de uma organização europeia porque entende como relevante o papel do centro na comunidade onde está inserido.

Acrescenta-se ainda nesta ligação, a relevância da dimensão social, pois a divulgação da missão e/ou projetos dos Pontos fortalece a sua legitimidade, tendo em vista que a divulgação das ações desenvolvidas permite que a comunidade reconheça o importante papel assumido por estas organizações, seja por dar continuidade à cultura popular, muitas vezes preterida da política pública, bem como por seu trabalho junto às crianças e jovens, que é um dos fundamentos de todos os projetos aprovados pelo Programa Cultura Viva. A relação contrária também ocorre, pois é necessário acreditar na legitimidade da missão dos Pontos para buscar outros atores que dêem continuidade ao projeto.

Ainda quanto à associação das dimensões política e econômica, nota-se que uma dá suporte à outra, na medida em que para participar com autonomia e questionar as políticas públicas, os Pontos de Cultura devem ser independentes, principalmente no aspecto financeiro, em relação ao governo. O propósito do PCV com o repasse das verbas, apresentado em seu discurso, é fomentar as atividades já antes realizadas pelas organizações culturais, possibilitando até mesmo a geração de fontes alternativas de recursos, bem como gerar renda para os envolvidos no processo. Entende-se que somente

assim, sem dependência financeira, é possível uma efetiva participação dos agentes na discussão política do país.

Por outro lado, percebe-se que o aumento do número de parceiros, doadores, financiadores, indica o fortalecimento da base social e conseqüentemente ampliam sua legitimidade diante da sociedade.

Outra associação pode ser percebida quando da análise da dimensão política com a dimensão social. No que diz respeito ao parâmetro ‘formação de redes entre Pontos’, observa-se que uma vez atendendo a dimensão política – possibilitando a aproximação entre os Pontos e efetivamente as trocas entre os mesmos – viabilizaria a dimensão social, pois é uma forma de promover a troca de conhecimentos e experiências, inicialmente entre Pontos, mas que posteriormente poderia estender-se:

[...] E um novo tipo de troca se estabelece, tanto em redes locais a partir do Ponto, como globais por afinidade temática, territorial (rede estudantil, da terra, de percussão, de dança, literária). Por estados e regiões, como a bacia hidrográfica do São Francisco, o Recôncavo Baiano e todas as outras múltiplas possibilidades a serem inventadas quando as pessoas se unem (BRASIL, 2004, p.37).

Por tudo isto, embora tenha optado nesta pesquisa por trabalhar com a sustentabilidade por quatro dimensões, reconhece-se a sua interdependência. E tratando-se das contribuições do PCV, identifica-se que as ações do programa não trazem resultados isolados, mas refletem nas diversas dimensões da sustentabilidade dos Pontos.

8 Conclusão

“A sustentabilidade é um processo, não um estado que se atinge e se mantém” (PEZULLO, p. 161).

O Programa Cultura Viva apresenta-se como uma política inovadora em diversos aspectos: gestão transformadora e compartilhada entre governo e Pontos de Cultura, disponibilização de canais para a participação dos grupos culturais nos debates políticos, foco nas manifestações de cultura popular (historicamente preteridas da pauta das políticas públicas do Estado) e a promoção de ações que visam à sustentabilidade.

A pesquisa teve como objetivo analisar, de fato, quais foram as contribuições do Programa Cultura Viva para a sustentabilidade das organizações culturais a partir da ação Ponto de Cultura. Para isso, primeiro, fez-se um estudo da sustentabilidade para “desmistificar” o seu conceito. O tema quando trabalhado no âmbito organizacional, em geral, reduz-se ao aspecto financeiro; porém, nesta pesquisa, considerou-se o caráter multidimensional da sustentabilidade e foram estudadas as dimensões política, técnico-gerecncial, social e econômica. A sustentabilidade, portanto, é compreendida como a capacidade que as organizações têm de manter seu funcionamento, cumprindo com os seus objetivos, sem prejudicar sua autonomia e identidade.

Entretanto, nem sempre o que está no discurso, ocorre na prática. As entrevistas aos Pontos de Cultura Coco de Umbigada, Negras Raízes e Quartas Literárias foram fundamentais para identificar quais as contribuições do Programa. Embora os Pontos de Cultura reconheçam os avanços advindos do Programa, tem sérias críticas à forma como foi implementado. Se por um lado, os Pontos de Cultura apontam vantagens por participarem do PCV (entre elas, cita-se a importância dos recursos financeiros para o desenvolvimento de suas ações, maior participação em fóruns e debates, bem como maior proximidade com o governo federal), por outro lado, listam uma série de reivindicações que devem ser discutidas.

O trabalho de análise dos dados mostrou que há níveis diferenciados do impacto do PCV nas dimensões da sustentabilidade, bem como não foram percebidas contribuições do programa em todas as organizações entrevistadas.

Quanto à dimensão social, a sustentabilidade ocorre quando a organização repassa seus conhecimentos e experiências a outros atores, o Programa Cultura Viva contribuiu neste aspecto a partir do aparelhamento dos Pontos com kits multimídia para a produção de vídeos e fotos das suas atividades culturais: os vídeos registram as atividades desenvolvidas nos Pontos e as histórias das pessoas da comunidade, importante material para divulgação do projeto. A pretensão é fazer com que novos atores se envolvam com o projeto e seja reconhecido também fora da região que está inserido.

No tocante a dimensão econômica, é percebida a sustentabilidade quando a organização apresenta capacidade de geração/captação de recursos. No que diz respeito a este elemento, cita-se novamente a aquisição dos kits multimídia que gerou uma atividade secundária, considerada uma fonte alternativa de renda: a produção de vídeos e fotos em eventos da comunidade. Bem como, a proximidade com o governo, a partir do convênio, possibilitou maior reconhecimento das organizações culturais: ser Ponto de Cultura é um certificado para aquela organização cultural, e isso gerou novas parcerias para a realização das oficinas desenvolvidas pelos Pontos.

Quanto ao aspecto técnico-gerencial, assegura-se a sustentabilidade quando se apresenta uma organização do trabalho eficiente e quadro de recursos humanos adequados. Quanto ao primeiro elemento, no que diz respeito à gestão dos Pontos, não houve interferência direta do PCV, as organizações estão livres para desenvolverem suas atividades da forma que melhor atenda as necessidades de cada Ponto, mesmo porque as organizações culturais desenvolvem suas ações independente de serem Pontos, e por isso devem ter sua dinâmica respeitada.

Em relação ao aspecto quadro de recursos humanos, destacam-se as críticas ao Programa feitas pelos Pontos entrevistados. Os Pontos entendem que o número de funcionários que atendiam os Pontos, em Brasília e nas regionais, era insuficiente, o que gerou desgastes entre os Pontos e o governo, principalmente na fase de elaboração e entrega dos projetos e prestação de contas. Quanto ao elemento qualificação técnica, novamente insatisfação: foram poucas as iniciativas para a capacitação dos integrantes dos Pontos.

Concorda-se com Menezes (2008) que entre os pressupostos que devem ser consolidados para a ocorrência da sustentabilidade está a qualificação técnica, pois somente com quadro de recursos humanos adequado, as organizações estarão preparadas para atender às demandas do ambiente que estão inseridas.

Registra-se que este ano foi ofertado pelo Comuna²¹ o Programa de Formação em Gestão Cultural, curso de formação específica em gestão cultural que contempla atividades presenciais e educação à distância. Pretende-se com esse programa reduzir a lacuna da capacitação dos gestores culturais, fundamentada na construção do saber:

Todo o curso será desenvolvido em linguagem simples e consistente, de forma a atingir agentes culturais de diferentes níveis de formação escolar. Trabalharemos no intuito de buscar uma formação voltada para o auto-aprendizado, para a flexibilização de raciocínio, contribuindo para a construção de espaços de cultura política e para a democratização do saber (Programa de Formação em Gestão Cultural, 2009, p. 5).

No aspecto político, os avanços foram mais significativos. A contribuição do PCV à sustentabilidade dos Pontos pôde ser observada em ambos os elementos da dimensão: quanto à legitimidade e nível de articulação em rede.

O Programa permitiu uma maior proximidade dos Pontos com a comunidade, principalmente no Ponto Coko de Umbigada que historicamente era visto de forma negativa. Reconhece-se que o preconceito com o terreiro ainda existe, mas avanços foram percebidos. Outro aspecto é a participação dos Pontos em fóruns, debates e eventos do governo. Os Pontos são chamados para debater e construir as políticas públicas culturais do país, o que não era observado anos atrás.

Quanto ao nível de articulação em rede, este elemento é fundamento do PCV, os Pontos de Cultura na verdade levam esse nome, pois são parte da ilustração da rede de Pontos:

O Cultura Viva é uma rede horizontal de articulação, recepção e disseminação de iniciativas culturais inovadoras e o Ponto de Cultura é a ponta desta rede, um organizador da cultura em nível local, um centro de referência para novas conexões em rede (BRASIL, 2004, p. 20).

Dos Pontos entrevistados, somente o Quartas Literárias não apresenta ações para a formação da rede. Justifica-se, pois o projeto na verdade é mais uma das atividades desenvolvidas pelo Centro Cultural Luiz Freire, e este já constrói uma rede de ligações com os mais diversos atores do cenário cultural, até mesmo mais ampla que a rede proposta pelo Cultura Viva.

²¹ O Comuna – Comunidade Santo Antônio – é uma sociedade civil sem fins lucrativos que em 2008 tornou-se Pontão de Cultura para a realização do Programa de Formação em Gestão Cultural dos Pontos de Cultura.

A formação da rede é fundamental para a sustentabilidade da dimensão política dos Pontos, pois reunidos há maior possibilidade de atuação política no cenário nacional.

Por fim, conclui-se que a sustentabilidade, por ser um processo e não uma meta a ser alcançada, deve ser continuamente estimulada em cada uma das suas dimensões. O coordenador do Programa Cultura Viva, Célio Turino, quando questionado se era possível perceber a sustentabilidade dos Pontos de Cultura a partir do Programa Cultura Viva, respondeu positivamente:

Acho que sim. Principalmente a sustentabilidade da ação. Não a econômica propriamente dita, porque ainda é preciso muito mais tempo. Mas a dos pontos se empoderarem, se perceberem enquanto promotores de cultura e serem reconhecidos. Pernambuco é um bom exemplo. Acabamos de ter o encontro em Garanhuns (Casa PE, dos pontos de Cultura, durante o Festival de Inverno), em que o protagonismo foi essencialmente dos pontos de cultura, inclusive da proposição da rede dos pontos de cultura do Mercosul, além da construção de uma rede audiovisual dos pontos. Recentemente, Beth de Oxum (do Coco de Umbigada, Olinda), esteve em Cuba fazendo um filme (Pernancubanos, da TV Viva) e tudo isso é em decorrência do ponto de cultura. Essa é uma verdade que evidentemente vem sendo construída. É um processo muito longo, que ainda exige muito tempo para plantar e que a gente já começa a ver ganhos bem efetivos (Célio Turino, 2008²²)

De fato é evidente a maior participação dos grupos populares nos debates políticos, principal contribuição do PCV, entretanto ainda há um longo caminho a percorrer. É uma política que está em permanente construção e o envolvimento e a participação mais efetiva dos Pontos é fundamental para sua evolução. Transcorridos 4 (quatro) anos do programa, é o momento de fazer um balanço das ações desenvolvidas até aqui, uma reflexão com a participação de todos os atores que constituem o PCV, para, a partir de um diagnóstico do programa, sejam providenciados ajustes e melhorias.

²² Entrevista concedida à Rede Enraizados, disponível em <http://www.rede.enraizados.com.br/?p=204>, acesso em 02.05.2009.

Referências

ANDRADE, Julia. **Por uma Política Cultural que Garanta Diversidade e Acesso Socioespacial**. In: BRANT, Leonardo (org). Políticas Públicas. BARUERI, SP: Manole, 2003.

ARMANI, Domingos. **Sustentabilidade: desafio democrático**. Instituto Fonte, 2006. Disponível em: <http://institutofonte.org.br/conteudo/sustentabilidade-desafio-democratico> Acesso em: 20 mar. 08.

BARONI, M. **Ambigüidades e deficiências do conceito de sustentabilidade**. Revista de Administração Empresarial – RAE. São Paulo, v. 32, n. 2, p. 14- 24, abr./jun. 1992.

BELLIA, Vitor. **Introdução à Economia do Meio Ambiente**. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1996.

BONFIM, Leila Aparecida. **Sustentabilidade e as Organizações da Sociedade Civil: o campo, a estratégia e a técnica**. Disponível em: <http://www.labsocial.com.br/textos08leila.html> Acesso em: 20 mar. 08.

BOTELHO, Isaura. **A política Cultural e o Plano das Idéias**. IN: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre.(orgs.) Políticas Culturais no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2007.

BRANT, Leonardo. **Políticas Públicas**. BARUERI,SP: Manole, 2003.

BRASIL, Ministério da Cultura. **Mapas do Brasil**. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/sys/skins/cultura_viva_capa/sistematizacao_fim.php Acesso em: 02 mar.08

BRASIL, Ministério da Cultura. **Programa Nacional de Educação, Cultura e Cidadania – Cultura Viva**. Brasília- DF, 2004.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil**. Brasília: MinC, 2006.

_____. **Prêmio Cultura Viva**. Disponível em: <http://www.premioculturaviva.org.br/premio.php> acesso em 02.03.2009.

_____. **Negras Raízes**. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/10/negrasraizes.pdf> acesso em 10.06.2009-A.

_____. **Plano Nacional de Cultura**. Brasília- DF, 2007.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil**: balanço e perspectivas. In: CANELAS, Antonio Albino (org.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

_____. **Política Cultural no Brasil**: um histórico. I Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. 14 e 15 de abril de 2005, Salvador de Bahia, Brasil. Organização: UFBA.

CASTRO, Manuel. **Desenvolvimento Sustentável**. Revista Economia e Empresa – Instituto Presbiteriano Mackenzie, Universidade Mackenzie. Vol.3 – nº 3, julho/setembro 1996.

CESNIK, Fábio de Sá; BELTRAME, Priscila Akemi. **Globalização da Cultura**. Barueri, SP: Manole, 2005.

COELHO, Teixeira. **Política Cultural em Nova Chave**. Revista Observatório Itaú Cultural. OIC. N. 3. (set./dez. 2007). São Paulo: Itaú Cultural, 2007.

COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE. **A Imaginação a Serviço do Brasil**: programa de políticas públicas de cultura. São Paulo, 2002. 28 p. Disponível em: <http://www.lula.org.br> Acesso em: 15 dezembro 2008.

CONFERÊNCIA SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1992. **Agenda 21**. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=575>> Acesso em: 14 jun 2008.

COSTA, Frederico Lustosa da. **Cultura, Desenvolvimento e Governança**: A construção da bacia cultural do Araripe. Trabalho apresentado no II ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado de 03 a 05 de maio de 2006, na Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2002

CURY, Cláudia Engler. **Políticas culturais no Brasil**: subsídios para lembrar construções de brasilidade. 2002. Tese (doutorado)-Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, SP: 2002.

DENZIN, Yvonna S.GUBA, Egon G. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa**: Teorias e Abordagens. Porto Alegre: Bookman e Artmed, 2006.

DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO. CPDOC - Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/7791_1.asp> Acesso em 18 mar 2008.

EAGLETON, Terry. **A Idéia de Cultura**. Trad. Sandra Castello Branco. Revisão técnica Cezar Mortari. São Paulo: UNESP, 2005.

FALCONER, Andrés Pablo. **A Promessa do Terceiro Setor**: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão. São Paulo: Centro de Estudos em Administração do Terceiro Setor/USP, 1999

FARIA, Hamilton. **Políticas Públicas de Cultura e Desenvolvimento Humano nas Cidades**. In: BRANT, Leonardo. (org). Políticas Públicas. BARUERI, SP: Manole, 2003.

FEIJÓ, Martin Cezar. **As Políticas Culturais da Globalização**. In: BRANT, Leonardo. (org). Políticas Públicas. BARUERI, SP: Manole, 2003.

FOLADORI, Guillermo. **Avanços e Limites da Sustentabilidade Social**. Revista paranaense. Desenvolvimento, Curitiba, n. 102, p. 103-113, jan./jun. 2002

FURTADO, Celso. **Cultura e Desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. **Introdução ao Desenvolvimento**: um enfoque histórico-estrutural. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GOULART, Sueli; VIEIRA, Marcelo; CARVALHO, Cristina. **Universidades e Desenvolvimento Local**: uma abordagem institucional. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2005.

GOULART, Sueli. MENEZES, Michelle Ferreira de. GONÇALVES, Julio César. **Composição e Características do Campo Organizacional dos Museus e Teatros da Região Metropolitana do Recife**. In: CARVALHO, Cristina Amélia. VIEIRA, Marcelo Milano Falcão.(orgs) Organizações, Cultura e Desenvolvimento Local: a Agenda da Pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional. Recife: EDUFEPE, 2003.

HERMET, Guy. **Cultura e Desenvolvimento**; tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

KNOPP, Glauco da Costa. DARBILLY, Leonardo Vasconcelos Cavalier. **Reflexões sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento Local**. Apresentado no XXXI Encontro ANPAD. Realizado no Rio de Janeiro, 22 a 26 de setembro de 2007.

KISIL, Marcos. **Organização Social e Desenvolvimento Sustentável**: Projetos de Base Comunitária . In: IOSCHPE, Evelyn Berg. (org). 3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

KUHN, Thomas S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Perspectiva S.A., 1975.

LIMA, Carmen Lucia Castro. **Políticas Culturais para o Desenvolvimento**: o debate sobre as indústrias culturais e criativas. Trabalho apresentado no III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado entre os dias 23 a 25 de maio de 2007, na Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador-Bahia-Brasil.

LOIOLA, Elizabeth. MIGUEZ, Paulo. **Sobre Cultura e Desenvolvimento**. Trabalho apresentado no III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado entre os dias 23 a 25 de maio de 2007, na Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador-Bahia-Brasil.

LOUREIRO, Camila; CALLOU, Angelo Brás F. **Extensão rural e desenvolvimento com sustentabilidade cultural: o Ponto de Cultura no Sertão Pernambucano (Brasil)**. In INTERAÇÕES Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 8, N. 2, p. 213-221, Set. 2007.

MAGALHÃES, Osia Alexandrina Vasconcelos. MILANI, Carlos Roberto Sanchez. SANTOS, Tacilla da Costa e Sá Siqueira. AGUIAR, Vicente Macêdo de. ALVES, Daiane Golçalves. **(Re)Definindo a Sustentabilidade no âmbito da Gestão Social: Reflexões a partir de duas Práticas Sociais**. In: **Anais do XXIX ENANPAD**. Brasília, 2005. XXIX Enanpad, Brasília, 2005.

MERRIAM, Sharan B. The design of qualitative research. In: **Qualitative research and case study applications in education**. 2. ed. San Francisco: Jossey-Bass, 1998, p. 1-25.

MENEZES, P. **Sustentabilidade e auto-sustentação**. Revista Demo. n.1. Disponível em <<http://longoalcance.com.br/ocara>>. Acesso em 20 mar. 2008.

MIGUELES, Carmen Pires. **O estudo da cultura organizacional**: as dificuldades estão no objeto ou nas formas de defini-lo? Volume I – Número 2 – Rio de Janeiro: Cadernos EBAPE, Dezembro, 2003.

MINAYO, M.C. de S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MIRANDA, Danilo Santos de. **Democratizar a Cultura, Democratizar as Culturas**. In: BRANT, Leonardo. (org). **Políticas Públicas**. BARUERI, SP: Manole, 2003.

MOISÉS, José Álvaro. **Estrutura Institucional do Setor Cultural no Brasil**. Cadernos do Nosso Tempo. Cultura e Democracia. Rio de Janeiro: FUNARTE, vol. 1, p. 13-55, 2001.

_____. **Diversidade cultural e desenvolvimento nas Américas**. Texto preparado pôr solicitação do Programa de Cultura da Organização dos Estados Americanos OEA. Disponível em: [www.sedi.oas.org/dec/espanol/documentos/1hub5.doc.\(25/set/2008\)](http://www.sedi.oas.org/dec/espanol/documentos/1hub5.doc.(25/set/2008))

NOLETO, M. J. **Parcerias e alianças estratégicas**: uma abordagem prática. Rits. Disponível: <http://www.rits.org.br/gestao_teste/ge_testes/ge_tmes_junho2003.cfm>. Acesso em: 01 mar. 2008.

NOVAES, W. **Agenda 21**: um novo modelo de civilização. In: TRIGUEIRO, André. Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Rio de Janeiro: Sextante, 2003, p. 323-331.

PEZULLO, Susan. **Desenvolvendo sua organização**: um guia de sustentabilidade para ONGs. Trad. Elisa Larroudé. 2ª ed. São Paulo: SENAC São Paulo, 2004.

PITOMBO, Mariella. **Entre o universal e o heterogêneo**: uma leitura do conceito de cultura da UNESCO. In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori. Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares. Salvador: EDUFBA, 2007.

PORTO, Marta. **Cultura para o Desenvolvimento**: um desafio de todos. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. Cultura e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

PUGLISI, M.L.; FRANCO, B. **Análise de conteúdo**. 2. ed. Brasília: Líber Livro, 2005.

RATTNER, Henrique. **Sustentabilidade**: uma visão humanista. 2004. Disponível em: <<http://www.lead.org.br/article/articleview/134/1/97/>>. Acesso em: 20 ago. 2004.

RAYMOND, Williams. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

REIS, Tatiana Araújo. MEIRA, Ludimeira. **A sustentabilidade em empreendimentos da economia solidária: pluraridade e interconexão de dimensões**. In: **Anais do XXIX ENANPAD**. Brasília, 2005. XXIX Enanpad, Brasília, 2005.

RIBENBOIM, Ricardo. **Cultura e Responsabilidade Social**. In: BRANT, Leonardo. (Org). Políticas Públicas. BARUERI, SP: Manole, 2003.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas Culturais do Governo Lula / Gil: Desafios e enfrentamentos**. III Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. 23 e 27 de maio de 2007, Salvador de Bahía, Brasil. Organização: UFBA.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas Culturais no Brasil**: tristes tradições, enormes desafio. IN: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre.(orgs.) Políticas Culturais no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2007b.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; RUBIM, Iuri e VIEIRA, Mariella Pitombo. **Políticas e redes de intercâmbio e cooperação em cultura no âmbito ibero-americano**. In: CONVÊNIO ANDRÉS BELLO. Siete cátedras para la integración. Bogotá, Convênio Andrés Bello, 2005, p.129-170. www.cult.ufba.br/arquivos/cult_politicas_e_redes.pdf Acessado em 26 de setembro de 2008.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986

_____. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

_____. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Paula Yone Stroh (org.). Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

_____. **Rumo à Ecosocioeconomia.** Paulo Freire Vieira (org.). Teoria e Prática do Desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

SALAMON, Lester. **Estratégia para o Fortalecimento do Terceiro Setor.** In: IOSCHPE, Evelyn Berg. (org). 3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

SANTOS, Tacilla da Costa e Sá Siqueira. **As diferentes dimensões da sustentabilidade em uma organização da sociedade civil brasileira: o caso do GAPA-Bahia.** 2005. Universidade Federal da Bahia. Salvador: NPGA/UFBA, 2005. [Dissertação Mestrado]

SANTOS, Tacilla Costa e Sá Siqueira. **Organizações da sociedade civil e as Construções teóricas contemporâneas acerca da sustentabilidade.** VI CONFERENCIA REGIONAL DE ISTR PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. 8 al 11 noviembre de 2007, Salvador de Bahía, Brasil. Organizan: ISTR y CIAGS/UFBA.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIMÕES, Janaína Machado. DARBILLY, Leonardo Vasconcelos Cavalier. **Administração, Cultura e Desenvolvimento.** Cadernos EBAPE. v.5. n.2. Rio de Janeiro: Ebape, jun. 2007.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. **De falácias e de cultura.** Revista de Administração Pública, RAP, Rio de Janeiro 35(4):7-17, Jul./Ago. 2001. Disponível em <http://www.ebape.fgv.br/academico/asp/dsp_rap_artigos.asp?cd_edi=11>. Acessado em 26 de setembro de 2008.

TOSTES, Andreia Costa. **Avaliação da Sustentabilidade de uma Organização Não-Governamental em suas Dimensões Sociopolítica, Técnico-Gerencial, Financeira e de Controle Governamental e Social.** 2006. 154f. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006. [Tese de doutorado]

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa qualitativa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. 13 ed. São Paulo: Atlas, 1987.

TURINO, Célio. **Indo direto ao ponto: um estado de novo tipo se forma quando ouvimos quem nunca foi ouvido:** os pontos de cultura. Revista Raiz. Edição nº. 03, 2006. Disponível:<http://revistaraiz.uol.com.br/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=96&Itemid=110>. Acesso em: 01 mar. 2008.

TURINO, Célio. **Um conceito de política pública em construção: gestão cultural compartilhada e transformadora.** São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.interblogs.com.br/celioturino/pdf.kmf?cod=4831733&canal=1>> Acesso em: 15 fev. 2008.

UFPE, 2006.

VAN BELLEN, Hans Michael. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável - Um Levantamento dos Principais Sistemas de Avaliação.** ENANPAD 2002.

Apêndice A - Roteiro de Entrevistas

ROTEIRO DE ENTREVISTA

I) PONTO DE CULTURA: _____

- SEDE DO PONTO DE CULTURA: _____

II) ENTREVISTADO: _____

III) PCV

- Qual foi a motivação para submeter o projeto ao PCV? (o quê esperavam?)
- Quem construiu o projeto enviado ao edital de seleção do PCV?
- Em que o PCV contribuiu para as Quartas Literárias?
- Na sua opinião, quais os acertos e problemas do PCV?

IV) SUSTENTABILIDADE (análise geral) (FRISAR QUE A ANÁLISE RELACIONA-SE AO PCV)

- Tem-se falado muito nas reuniões/oficinas sobre sustentabilidade dos Pontos de Cultura: O QUE É PARA VC SUSTENTABILIDADE?
- Como vc avalia a sustentabilidade deste Ponto?
- Vc pode apontar ações do PCV que diretamente favorecem a sustentabilidade dos Pontos?

V) DIMENSÕES

- ATIVIDADES

- Ano de início das atividades:
- Como surgiu a idéia?
- Ano da seleção como Ponto de Cultura:
- Quais as atividades que vcs desenvolvem?
- Como vc avalia essas atividades? (Há planos para ampliar e melhorá-las)?
- Qual o perfil do público que frequenta o Pt.?
- Vem muitas pessoas? (É bastante frequentado?)
- Como acontece a publicidade dos eventos realizados no Pt.? Vc percebeu se houve maior interesse com o decorrer dos anos? Se sim, a quê atribui isso?

- Vc notou diferença quanto a visibilidade da organização depois de tornar-se Pt.? (sociedade, mídia, poder público)?
- Como o público e quem se apresenta nos eventos (artistas) vê o Pt.? Qual a importância que eles dão aos eventos?

- INTEGRANTES:

- Quem e quantos são os responsáveis pelo desenvolvimento destas atividades?
- Têm voluntários?
- Na sua opinião porquê as pessoas trabalham no Pt? (O quê motiva os integrantes a participarem do Ponto ou deste tipo de trabalho) – por ordem de importância:
 - é o trabalho
 - gostam de trabalhar com cultura
 - por serem artistas
- Vc vê que as pessoas estão engajadas com o projeto? Quais ações são realizadas no intuito de engajar os integrantes? (ex. filmes, reuniões, palestras)
- Há quanto tempo estas pessoas trabalham com Cultura? Estão desde o início?
- Houve mudança nos quadros após a inserção no PCV?
- O que é necessário para trabalhar com este tipo de atividade? Na sua opinião o pessoal do Pt. está preparado para desempenhar as atividades?
- Que ações são realizadas no intuito de capacitá-los? Vc vê necessidade de capacitação dessas pessoas?

- GESTÃO

- Como é o dia-a-dia do Ponto?
- Como são definidos os eventos?
- Há planejamento das atividades nos Pontos de Cultura? Há reuniões?
- Como ocorre o acompanhamento e avaliação das atividades realizadas pelo Ponto de Cultura?
- Quem toma as decisões? (Em conjunto? Quais instâncias participam?)
- O processo de decisão é tranquilo? (É lento? As pessoas estão preparadas para tomar decisões?)
- Quanto à comunicação (interna/externa), quais os instrumentos utilizados (formais ou informais)?

DIMENSÃO POLÍTICA

- Vcs costumam participar de fóruns, conselhos etc.? Poderia ter uma maior participação nestes eventos?
- Vc é quem geralmente participa desses fóruns? (Já tinha alguma experiência com esse processo de participação?)
- Vc percebeu que, com o PCV, as organizações culturais estão mais participativas? Realmente houve mudanças em relação à participação nas políticas públicas?

- Vc acredita que há realmente a possibilidade de mudar algo de concreto (editais, legislações, programas governamentais)? (Vc pode apontar algo de concreto que vcs modificaram nos editais, nas políticas públicas com a participação de vcs?)

- BENEFICIÁRIOS:

- Há atividades como “formação de jovens” (descrito nos objetivos do projeto)?
- Como acontecem?
- Vc recebe algum tipo de avaliação (feedback) dos beneficiários das suas ações?
- A comunidade é próxima ao Pt.? Como eles vêem vcs?
- Quais os impactos das atividades do Pt. na comunidade? (produzem algum tipo de mudança?)
- Eles participam da organização das atividades? Já mudaram alguma coisa nas atividades?

- ARTICULAÇÃO

- Entre os objetivos do projeto estava a articulação e mobilização de artistas e grupos culturais - como está esta articulação? Vc percebeu se houve mudanças nessa relação após serem Pt. de Cultura?

- PARCERIAS/AUTONOMIA

- Qual a relação com os outros Pontos de Cultura? Há troca de recursos? Há planos para a promoção das trocas de recursos? Vc acha que os Pontos estão articulados (idéia de Rede)? O que falta para a Rede acontecer/ampliar?
- Como é a articulação do Ponto com empresários, ONGs, secretarias, autoridades (locais, estaduais, federais)? Em que medida eles participam ou influenciam na política e na dinâmica organizacional?
- Vc entende que o seu Ponto de cultura tem autonomia?
- Quais fatores vc considera que podem pôr em risco a autonomia da organização?

- DIMENSÃO FINANCEIRA

- INFRA-ESTRUTURA

- A estrutura onde o Pt. está é apropriada para desenvolver suas atividades?
- Entre os objetivos do projeto estava a reforma da infra-estrutura do espaço: houve significativas mudanças com o PCV?

MÓVEIS: instalações, mobília, equipamentos.

IMÓVEIS: sede, quadras, salas, anexos.

- INSTITUCIONAL

- Quem é responsável pela documentação do Pt.:

- Quanto à documentação contábil/fiscal (NF, recibos, extratos, planilhas/ impostos, contribuições, taxas)

- Quanto à documentação administrativa (Cartas, ofícios, atas etc.)

- Quanto à documentação de projetos (estudos, propostas, contratos, relatórios)

- Quanto ao material de escritório, limpeza e conservação

- Há dificuldade quanto a organização do papelório exigido pelo MinC?

- Quem é o responsável pelas atividades prestação de contas (geral e MINC)?

- FONTE DE RECURSOS

- Como se mantém o Ponto?

() Produtos/serviços comercializados pelo Ponto

() Subsídios governamentais (nível institucional)

() Subsídios não governamentais (nível institucional)

() Doações monetárias (nível individual)

() Trabalho voluntário

() Doações não monetárias

- Vc notou se, após tornarem-se Pt., houve alguma mudança: apareceram novos apoios para o projeto (empresas, doações, políticos)?

- As receitas cobrem as despesas? (Qual o déficit?)

(Solicitar que analise a capacidade de geração/captação de recursos em relação às necessidades (mensal/anual) de recursos do Ponto)

VI) FINALIZAÇÃO

- Vc vê que os objetivos do projeto estão realmente sendo colocados na prática? (atividades realizadas X alcance dos objetivos)

- Tem planos para ampliar o projeto em outros locais? O quê é feito para isso?

- Quais suas expectativas em relação ao PCV daqui para frente? Quais as possibilidades de melhorias ou quais os erros a se repetirem?